

# **Nota de Boas Práticas**

Como Abordar a Violência de Gênero  
no  
Financiamento de Projetos de Investimento  
Envolvendo Grandes Obras Civis

**28 de setembro de 2018**

## Agradecimentos

Esta Nota de Boas Práticas foi elaborada por uma equipe da Prática Global de Transportes (GGITR) e do Grupo de Gênero (GTGDR), formada por Christopher R. Bennett (Especialista Líder em Transportes, GTDDR), Diana J. Arango (Especialista Sênior em Gênero, GTGDR), Nora Weisskopf (Especialista em Transportes, GTDDR) e Keelye Hanmer (Analista de Transportes, GTDDR), sob a orientação de Franz Drees-Gross (Diretor, GGITR), Caren Grown (Diretora Sênior, GTGDR) e Maninder Gill (Diretor, GSUSD).

A Nota contou com a contribuição e o apoio de Verena Phipps (Especialista Sênior em Desenvolvimento Social, GSU07), Deviyani Dixit (Consultora, GTDDR), Michael Mahrt (Técnico Sênior em Programas, GGOOS), Subha Latchmi Ram (Assistente da Equipe, EACNF), Qays Hamad (Assessor de Operações, OPSES), Nathalie Munzberg (Assessora Regional de Salvaguardas, OPSES), Tesfaalem Gebreyesus (Especialista Líder em Compras, OPSPR) e do Grupo de Trabalho de GTDDR para membros da GBV, composto por Karla Gonzalez Carvajal (Gerente de Prática), Julie Babinard (Especialista Sênior em Transportes) Karla Dominguez Gonzalez (Especialista em Gênero) e Nato Kurshitashvili (Especialista em Gênero).

# Índice

Abreviaturas e Siglas .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Principais termos e definições .....	v
1. Introdução .....	1
Âmbito desta NBP.....	2
Estrutura desta NBP.....	3
2. Considerações sobre violência de gênero no financiamento de projetos de investimento envolvendo grandes obras civis5	
2.1 Definição de violência de gênero .....	5
2.2 A violência de gênero e o consentimento .....	6
2.3 A violência de gênero e as crianças .....	6
2.4 Os autores da violência de gênero .....	7
2.5 A violência de gênero e o afluxo de mão de obra .....	7
3. Avaliação dos Riscos de VG e Capacidade de Resposta.....	8
3.1 Introdução .....	8
3.2 Avaliação dos riscos.....	9
Ferramenta de Avaliação de Riscos de VG do Banco Mundial.....	10
Avaliação dos riscos de violência de gênero conduzida pelo cliente .....	11
<i>Envolvimento das Partes Interessadas</i> .....	11
<i>Documentos de Salvaguarda</i> .....	13
3.3 Plano de Ação para a VG.....	14
3.4 Avaliação da capacidade de responder à VG.....	15
4. Como abordar os Riscos de VG.....	16
4.1 Medidas de mitigação e resposta ao risco de VG.....	16
4.2 Abordar os riscos deVG por meio do Processo de Compras .....	22
Documentos de licitação (compras).....	22
Durante a licitação .....	23
Avaliação das propostas.....	23
4.3 Códigos de conduta .....	24
4.4 PGAS da empresa contratada .....	25
4.5 Treinamento em VG para empresas contratadas, consultores e clientes .....	25
4.6 Mecanismos de Queixas .....	26
4.7 Monitorização e Relato .....	27
Indicadores do Quadro de Resultados .....	27
4.8 Envolvimento das Partes Interessadas .....	30
4.9 Supervisão e Acompanhamento.....	30
Modalidades de Supervisão .....	30
Consultores de Supervisão.....	30

Pessoal do Órgão de Implementação .....	31
Monitorização Independente de VG .....	31
5. Responder a Incidentes de VG.....	32
5.1 Uma abordagem centrada no sobrevivente .....	32
5.2 Prestadores de Serviços em VG .....	32
5.3 Lidar com Queixas de VG .....	33
5.4 Garantir o apoio adequado a sobreviventes .....	34
5.5 Informar a Administração.....	34
5.6 Resolver e Encerrar um Caso .....	35
Anexo 1: Códigos de Conduta e o Plano de Ação para VG .....	37
Códigos de Conduta.....	37
Conteúdo do Plano de Ação de VG.....	40
Anexo 2: Coletar informações sobre VG.....	41
Anexo 3: VG em Zonas de Conflito - Experiências de Camarões .....	42
Anexo 4: Ferramenta de avaliação dos riscos de VG .....	43
Figura 6. Seção A da ferramenta de avaliação dos riscos de VG - Contexto do país - Questões 1 a 13 .....	44
Figura 7. Seção B da ferramenta de avaliação dos riscos de VG Seção B - Contexto do projeto - Questões 14 a 25.....	44
Anexo 5: Abordar a VG no PGAS da empresa contratada .....	45
Figura 8: Gestão de risco ambiental e social desde a preparação do projeto até a construção .....	45
Anexo 6: Trabalhar com prestadores de serviços em VG .....	48
Anexo 7: Mecanismos de queixas de VG .....	50
Figura A9.1: Exemplo de canais de queixas para o Projeto de Investimento em Aviação de Vanuatu .....	51
Figura A9.2: Pontos de Entrada para sobreviventes de exploração e abuso sexual para o Projeto de Acesso no Projeto de Estradas de Moçambique .....	51
Figura A9.3: Processo de queixas de VG do Projeto de Investimento da Aviação em Vanuatu .....	52
Anexo 8: Uso da tecnologia para abordar a VG .....	53
Anexo 9: Programas de treinamento em VG .....	55

## Tabelas

Tabela 1: Ações recomendadas para abordar os riscos de GV no financiamento de projetos de investimento .....	14
Tabela 2: Proposta de Relato sobre a VG durante a implementação.....	29

## Figuras

Figure 1: Áreas de risco de VG .....	3
Figura 2. Avaliar, abordar e responder aos riscos de VG no financiamento de projetos de investimento que envolvam grandes obras civis.....	4
Figura 3. Fatores de risco que podem contribuir para a VG em projetos financiados pelo Banco Mundial com grandes obras civis .....	8

Figura 4. Ciclo de gestão dos riscos de VG ao longo do projeto .....	9
Figura 5. Opções de supervisão e acompanhamento para projetos de alto risco baseadas no Projeto China Hubei Yiba Highway .....	30
Figure 6. Seção A da ferramenta de avaliação de risco de GV – Contexto do país – Perguntas 1-13 .....	44
Figure 7. Seção B da ferramenta de avaliação de risco de VG – Contexto do projeto – Perguntas 14-25 .....	44

## Abreviaturas e Siglas

CEMAC	Comunidade Econômica e Monetária da África Central
AS	Assédio Sexual
ASA	Avaliação Social e Ambiental
AVI	Agente de Verificação Independente
CC	Código de Conduta
EAS	Exploração e Abuso Sexual
FPI	Financiamento de Projetos de Investimento
FRIS	Ferramentas de Resposta a Incidentes de Salvaguardas
MQ	Mecanismo de Queixas
HIV/AIDS	Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
IST	Infecção Sexualmente Transmissível
LPN	Licitação Pública Nacional
M&A	Monitorização e Avaliação
MPT	Monitorização por Terceiros da VG (também Monitor Independente)
NAS	Normas Ambientais e Sociais
NBP	Nota de Boas Práticas
NCP	Nota Conceitual do Projeto
OI	Órgão de Implementação
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCAS	Plano de Compromissos Ambientais e Sociais
PEPI	Plano de Envolvimento das Partes Interessadas
PGAS	Plano de Gestão Ambiental e Social
PGAS-EC	Plano de Gestão Ambiental e Social da Empresa Contratada
QAS	Quadro Ambiental e Social
QER	Revisão de Melhoria da Qualidade
RSI	Relatório sobre a Situação da Implementação
SASS	Meio Ambiente, Social, de Saúde e de Segurança
DPL	Documentos Padrão para Licitações
DPC	Documento Padrão para Compras (também Documento Padrão para Licitações, SBD)
SSO	Saúde e Segurança Ocupacional
TR	Termos de Referência
UGP	Unidade de Gestão de País
UGP	Unidade de Gestão do Projeto (também conhecida como Unidade de Implementação do Projeto, ou UIP)
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
VCC	Violência contra a Criança
VD	Violência Doméstica
VFS	Violência Familiar e Sexual

VG  
VPI

Violência de Gênero  
Violência por Parceiro Íntimo

## Principais termos e definições

<b>Violência contra mulheres e meninas</b>	<p>A <i>Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres</i>, adotada pelas Nações Unidas em 1993, definiu violência contra as mulheres e meninas como “qualquer ato de violência de gênero que resulte, ou possa resultar, em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais atos, a coerção ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada (artigo 1º).</p> <p>A violência contra mulheres e meninas deve ser entendida de modo a abranger, entre outras coisas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Violência física, sexual e psicológica que ocorra no seio da família, como as agressões físicas, o abuso sexual de crianças do sexo feminino no lar, a violência relacionada ao dote, a violação conjugal, a mutilação genital feminina e outras práticas tradicionais danosas às mulheres, os atos de violência praticados por outros membros da família que não o cônjuge e a violência relacionada com a exploração;</li> <li>• Violência física, sexual e psicológica que ocorra na comunidade em geral, como o estupro, o abuso sexual, o assédio sexual e a intimidação no trabalho, em instituições educacionais e em outros locais, o tráfico de mulheres e o trabalho sexual forçado;</li> <li>• Violência física, sexual e psicológica praticada ou tolerada pelo Estado, onde quer que ocorra (artigo 2º).</li> </ul> <p>A violência contra mulheres e meninas é uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres, que levaram à dominação das mulheres e à discriminação contra elas por parte dos homens, bem como à prevenção do pleno avanço das mulheres.</p>
<b>Violência de gênero (VG)</b>	<p>A violência de gênero (VG) é um termo genérico que abrange qualquer ato prejudicial cometido contra a vontade de uma pessoa e que se baseie em diferenças atribuídas socialmente (ou seja, com base no gênero) entre homens e mulheres. Abrange atos que infligem dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, as ameaças de tais atos, a coerção e outras privações de liberdade. Esses atos podem ocorrer na vida pública ou privada (Comitê Interinstitucional Permanente, IASC, 2015). As mulheres e meninas são afetadas desproporcionalmente pela VG em todo o mundo.</p>
<b>Assédio sexual (AS)</b>	<p>Aproximações ou investidas de caráter sexual indesejadas, solicitação de favores sexuais e outras condutas físicas ou verbais indesejadas de natureza sexual. Difere da exploração e abuso sexual (EAS) na medida em que ocorre entre os funcionários/a equipe que trabalha no projeto e não entre a equipe e os beneficiários ou comunidades do projeto. A distinção entre EAS e AS é importante para que as políticas do órgão e a capacitação da sua equipe contenham instruções específicas sobre os procedimentos para informar cada uma dessas condutas. Tanto mulheres como homens podem sofrer assédio sexual.</p>
<b>Exploração e abuso sexual (EAS)</b>	<p>Qualquer abuso ou tentativa de abuso de uma posição de vulnerabilidade, diferença de poder ou confiança, para fins sexuais, inclusive, entre outras coisas, tirar proveito monetário, social ou político da exploração sexual de outra pessoa. A definição de abuso sexual é aprofundada como “a intrusão física ou ameaça de intrusão física de natureza sexual, seja pela força ou sob condições desiguais ou coercitivas”. Mulheres, meninas, meninos e homens podem sofrer EAS. No contexto dos projetos apoiados pelo Banco Mundial, os beneficiários do projeto ou membros de comunidades afetadas pelo projeto podem sofrer EAS.</p>
<b>Casamento infantil/casamento precoce forçado</b>	<p>O casamento forçado é o casamento de um indivíduo contra sua vontade. O casamento infantil é o casamento formal ou união informal antes dos 18 anos. Embora alguns países permitam o casamento antes dos 18 anos, as normas internacionais sobre os direitos humanos os classificam como casamentos infantis, com base no argumento de que os menores de 18 anos estão impossibilitados de manifestar um consentimento informado. Assim, o casamento infantil é uma forma de casamento forçado, pois as crianças não são legalmente competentes para concordar com essas uniões (IASC, 2015).</p>

<b>Tráfico de pessoas</b>	O recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas, por meio de ameaça, uso da força ou outras formas de coerção, rapto, fraude, engano, abuso de poder ou de posição de vulnerabilidade, ou a entrega ou recebimento de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha controle sobre outra, para fins de exploração. Já a exploração abrange, no mínimo, a exploração do trabalho sexual de outras pessoas ou outras formas de exploração sexual, trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas semelhantes à escravidão, servidão ou a retirada de órgãos (Nações Unidas, 2000. Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças).
<b>Abordagem centrada nos sobreviventes</b>	A abordagem centrada nos sobreviventes baseia-se em um conjunto de princípios e qualificações destinados a orientar os profissionais — seja qual for a função — no envolvimento com sobreviventes (predominantemente mulheres e meninas, mas também homens e meninos) que tenham sofrido violência sexual ou outras formas de violência. A abordagem centrada nos sobreviventes visa criar um ambiente de apoio em que os direitos dos sobreviventes são respeitados e priorizados, e em que os sobreviventes são tratados com dignidade e respeito. Essa abordagem ajuda a promover a recuperação dos sobreviventes e a capacidade de identificar e expressar necessidades e desejos, além de contribuir para o reforço da capacidade dos sobreviventes de tomar decisões sobre possíveis intervenções.



# 1. Introdução

1. O Grupo Banco Mundial é da opinião de que nenhum país, comunidade ou economia pode alcançar seu potencial nem fazer face aos desafios do século XXI sem a participação plena e igual de mulheres e homens, meninas e meninos. O Grupo está empenhado em fechar as lacunas existentes entre homens e mulheres em todo o mundo visando um impacto duradouro no combate à pobreza e na promoção do crescimento econômico sustentável em benefício de todos (Banco Mundial, 2018).<sup>1</sup>
2. Segundo estimativas da OMS de 2013, 35% das mulheres em todo o mundo já sofreram violência física e/ou sexual de um parceiro íntimo (VPI) ou violência sexual de outra pessoa que não um parceiro; em ambos os casos, trata-se de manifestações de violência de gênero (VG).<sup>2</sup> Grandes obras civis<sup>3</sup> podem agravar o risco de VG em espaços públicos e privados por uma variada gama de agentes e de várias maneiras, como, por exemplo:
  - Projetos com grande afluxo de trabalhadores podem aumentar a demanda pelo chamado trabalho sexual — e até mesmo aumentar o risco de tráfico de mulheres para esse tipo de trabalho — ou o risco de casamentos precoces forçados em uma comunidade em que o casamento com um homem empregado seja visto como a melhor estratégia de subsistência para uma adolescente. Além disso, o aumento dos salários dos trabalhadores de uma comunidade pode levar a um aumento do sexo transacional. O risco de incidentes sexuais entre trabalhadores e menores, mesmo quando não forem transacionais, também pode aumentar.
  - Os projetos geram mudanças nas comunidades em que ocorrem e podem causar alterações na dinâmica de poder entre os membros da comunidade e dentro das famílias. O ciúme masculino, um fator-chave da VG, pode ser desencadeado pelo afluxo de mão de obra para um projeto quando se acredita que os trabalhadores estejam interagindo com as mulheres da comunidade. Assim, o comportamento abusivo pode ocorrer não apenas entre o pessoal relacionado com o projeto e as pessoas que vivem no local do projeto e arredores, mas também dentro da casa das pessoas afetadas pelo projeto.
  - Quando ocorre a redistribuição de terras — por exemplo, em virtude do reassentamento para obras civis — as mulheres podem ficar extremamente vulneráveis à VG, sobretudo em países onde os sistemas jurídicos impedem que as mulheres tenham posse legal da terra.
  - As oportunidades de trabalho para mulheres e meninas são limitadas devido à falta de opções de transporte adequadas. Ao gerar oportunidades de emprego para mulheres dentro dos projetos, as equipes devem estar cientes de que o deslocamento entre a casa e o trabalho, em alguns contextos, pode forçar as mulheres e meninas a usar rotas pouco seguras, mal iluminadas ou transportes públicos sem segurança. O risco de violência aumenta quando as mulheres se veem diante da necessidade de viajar longas distâncias para ter acesso a oportunidades de trabalho ou são forçadas a se deslocar à noite.
3. Esta Nota de Boas Práticas (NBP) foi elaborada para ajudar as equipes dos projetos a estabelecer uma abordagem para identificar os riscos de VG, sobretudo de exploração e abuso sexual (EAS) e assédio sexual (AS), que podem surgir no Financiamento de Projetos de Investimento (FPI) que envolvam contratos de grandes obras civis, bem como para orientar os mutuários sobre como administrar esses riscos da melhor forma. Esta nota se baseia na experiência do Banco Mundial e nas boas práticas internacionais do setor, inclusive nas de outros parceiros de desenvolvimento. Embora as equipes de projetos do Banco Mundial sejam o público-alvo principal, esta nota também tem como objetivo contribuir para a crescente base de conhecimentos sobre o assunto.
4. Embora esteja sendo emitida no contexto da adoção do novo Quadro Ambiental e Social (QAS) do Banco Mundial, esta NBP foi concebida para apoiar as equipes que trabalham em novos projetos que estão sendo preparados no

---

<sup>1</sup> <http://www.worldbank.org/en/topic/gender>.

<sup>2</sup> A VG também afeta homens, meninos e minorias sexuais ou aqueles com identidades de gênero não conformes. No entanto, a VG afeta desproporcionalmente as mulheres e meninas ao longo de todo o seu ciclo de vida, com impactos profundos e de longo prazo na saúde, autonomia, conquistas e bem-estar.

<sup>3</sup> Entre as grandes obras civis, destacam-se a construção, manutenção e/ou modernização de infraestruturas (transporte, energia, água e saneamento, irrigação e infraestrutura urbana, construção de escolas ou hospitais, etc.) e a respectiva fiscalização ou supervisão, bem como atividades de assistência técnica relacionadas a esses projetos.

âmbito do QAS, bem como em projetos ora em fase de preparação ou implementação sujeitos ao quadro de salvaguardas anterior ao QAS.

5. As Normas Ambientais e Sociais (NAS) do QAS estabelecem os requisitos a serem cumpridos pelos mutuários no que diz respeito à identificação e avaliação de riscos e impactos socioambientais associados aos projetos que o Banco Mundial apoia. Esta NBP oferece às equipes dos projetos um conjunto de boas práticas para abordar os riscos e impactos da VG no contexto do QAS, passando pelas seguintes normas do QAS e políticas de salvaguardas anteriores ao QAS:
  - NAS 1: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais;
  - NAS 2: Mão de Obra e Condições de Trabalho;
  - NAS 4: Saúde e Segurança Comunitárias;
  - NAS 10: Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações.
6. As recomendações do relatório de um grupo de trabalho independente de 2017<sup>4</sup> formado por peritos externos (denominado “Relatório do Grupo de Trabalho sobre VG de 2017”) serviram de base para esta NBP e a enriqueceram. Esse relatório oferecia orientações sobre como o Banco Mundial poderia fortalecer seus sistemas para prevenir e mitigar a VG, sobretudo o assédio sexual e a exploração e abuso sexual.
7. Esta NBP é pautada por vários princípios fundamentais refletidos no Relatório do Grupo de Trabalho sobre VG de 2017:
  - *Ser centrada nos sobreviventes*: as considerações relacionadas à prevenção, mitigação e resposta à VG devem ser abordadas com uma perspectiva centrada nos sobreviventes,<sup>5</sup> protegendo sua confidencialidade, reconhecendo que essas pessoas têm prioridade para tomar decisões sobre os seus próprios cuidados e tratando-as com autonomia, dignidade e respeito por suas necessidades e desejos.
  - *Dar ênfase à prevenção*: Adotar abordagens baseadas no risco que visem identificar os principais riscos de VG e tomar medidas para prevenir ou minimizar danos.
  - *Aproveitar o conhecimento local já existente*: envolver os parceiros da comunidade — líderes locais, organizações da sociedade civil, defensores das questões de gênero e da criança — como fontes de conhecimento dos riscos locais, fatores de proteção eficazes e mecanismos de apoio durante o ciclo do projeto.
  - *Ser baseada em evidências*: tirar partido dos estudos e conhecimentos já existentes a nível mundial sobre como lidar com a VG de forma eficaz.
  - *Ser adaptável*: a orientação operacional apresentada nesta nota constitui a base para uma abordagem eficaz da gestão dos riscos de VG. As medidas de mitigação devem ser adaptadas e ajustadas de modo a responder aos fatores e contextos únicos em cada uma das situações.
  - *Permitir a monitorização e aprendizado contínuos*: zelar para que sejam incorporados às operações mecanismos de monitorização e recolha de opiniões regulares para acompanhar a eficácia e acumular conhecimentos internos sobre o que funciona para prevenir, mitigar e responder à VG.

## Âmbito desta NBP

8. Esta NBP estabelece um conjunto de boas práticas para as equipes dos projetos sobre a identificação, avaliação e gestão dos riscos de VG no contexto de FPI pelo Banco em qualquer Prática Global do Banco Mundial que envolvam

---

<sup>4</sup> Gupta, Geeta Rao e Katherine Sierra (2017). *Working Together to Prevent Sexual Exploitation and Abuse: Recommendations for World Bank Investment Projects. Report of the Global Gender-based Violence Task Force* [Trabalhando em conjunto para prevenir a exploração e o abuso sexual: Recomendações para projetos de investimento do Banco Mundial. Relatório do Grupo de Trabalho Mundial sobre Violência de Gênero] (em inglês). Washington, D.C. Grupo Banco Mundial. <http://documents.worldbank.org/curated/en/482251502095751999/Working-together-to-prevent-sexual-exploitation-and-abuse-recommendations-for-World-Bank-investment-projects>.

<sup>5</sup> A definição de abordagem centrada nos sobreviventes pode ser consultada na lista de principais termos e definições.

grandes obras civis, definidas aqui como obras civis grandes o bastante para serem realizadas por uma empresa contratada. Em outras palavras, essa definição não abrange projetos de pequena escala, como investimentos para o desenvolvimento liderados pela comunidade que costumam envolver construção realizada pelas próprias comunidades beneficiárias. Esta nota não se concentra na prevenção da VG por meio de intervenções infraestruturais específicas relacionadas ao desenho (por exemplo, a falta de espaços públicos bem iluminados, a construção de escolas com banheiros que possam ser trancados e localizados em áreas opostas para meninos e meninas). Alguns exemplos de como prevenir a VG e responder a ela por meio da concepção e implementação de projetos podem ser encontrados em *Violence Against Women and Girls Resource Guide* [Guia de recursos sobre a violência contra mulheres e meninas], disponível em inglês e espanhol.

9. Obras civis de grande porte podem estar associadas a um aumento dos riscos de VG, que podem ser enquadrados nas quatro categorias principais indicadas na Figura 1. Esta nota se concentra em duas das quatro categorias de risco de VG que podem surgir no contexto de FPIs que envolvam grandes obras civis: assédio sexual no local de trabalho e exploração e abuso sexual (ver a **Figura 1**).

## O que queremos dizer com VG?



Figura 1: Áreas de risco de VG

### Estrutura desta NBP

10. Esta NBP está estruturada em torno de três medidas principais que abrangem as ações a serem executadas durante a preparação e implementação do projeto (ver a **Figura 2**).
  - Primeiro, identificar e **avaliar** os riscos de VG, inclusive por meio de avaliações sociais e da capacidade, e incluir medidas de mitigação na concepção do projeto. O ideal é que isso seja feito durante a preparação do projeto, com o entendimento de que a avaliação do risco de VG é um processo contínuo e deve ocorrer durante todo o ciclo de vida do projeto, pois a VG pode acontecer a qualquer momento;
  - Segundo, **abordar** os riscos de VG, identificando e tomando medidas apropriadas de mitigação e monitorização continuamente ao longo da implementação do projeto;
  - Terceiro, **responder** aos incidentes de VG identificados, quer estejam relacionados ao projeto ou não, zelando para que mecanismos eficazes de monitorização e avaliação (M&A), que atendam os requisitos

internos do Banco Mundial de salvaguarda e apresenta sobre VG, estejam à disposição para relatar sobre tais incidentes e monitorar seu acompanhamento.

11. Esta NBP é complementada por outros recursos destinados às equipes dos projetos, como termos de referência (TR), exemplos de códigos de conduta (CC) e avaliações. Entre esses recursos, destaca-se o [site do Grupo Temático sobre VG](#) (em inglês).

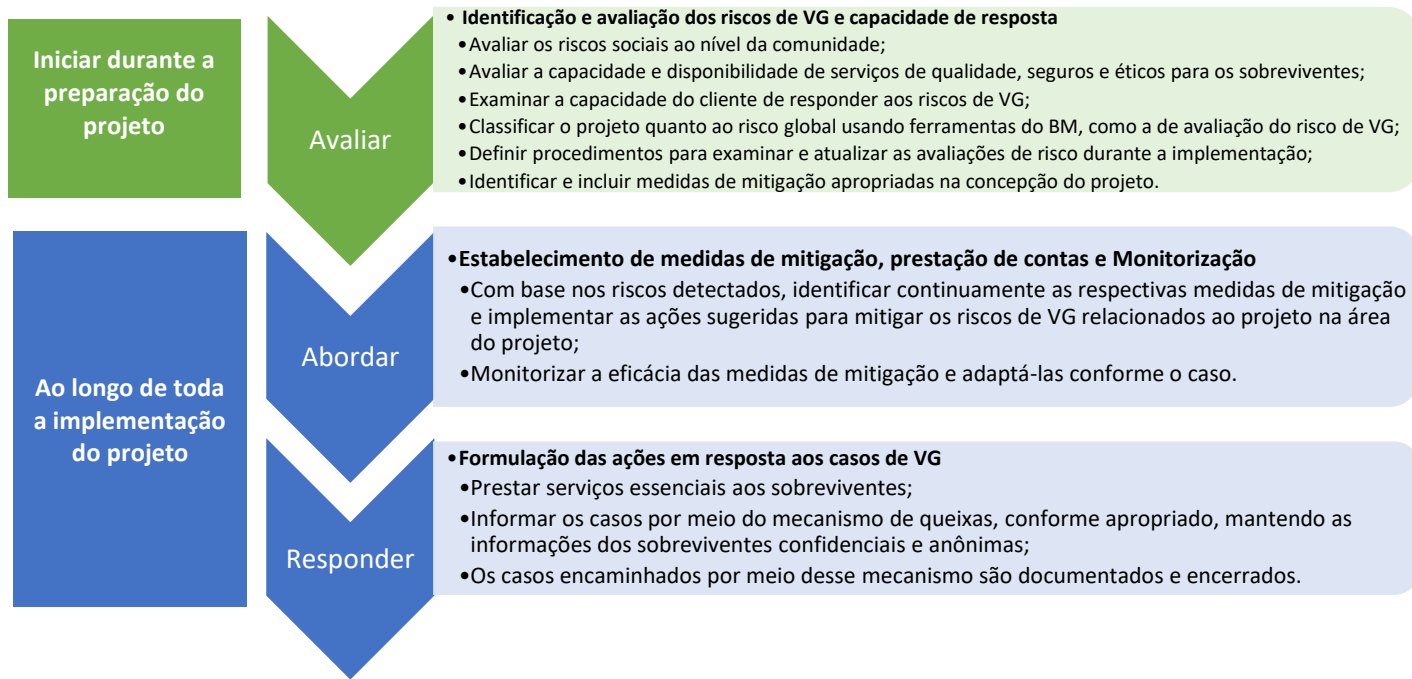


Figura 2. Avaliar, abordar e responder aos riscos de VG em FPI que envolvam Grandes Obras Civis

## 2. Considerações sobre VG em FPI envolvendo Grandes Obras Civis

### 2.1 Definição de VG

12. A violência de gênero (VG) é um termo genérico para designar qualquer ato prejudicial cometido contra a vontade de uma pessoa e que se baseia em diferenças de gênero atribuídas socialmente. Abrange os atos que infligem dano ou sofrimento físico, psicológico ou sexual; as ameaças de tais atos; a coerção e outras privações de liberdade, seja na vida pública ou na vida privada. A VG afeta desproporcionalmente as mulheres e meninas ao longo de sua vida e assume muitas formas, como o abuso sexual, físico e psicológico. Ocorre em casa, nas ruas, nas escolas, no local de trabalho, em áreas agrícolas e nos campos de refugiados; ocorre tanto em tempos de paz como durante conflitos e crises.
13. O termo VG é mais comumente usado para destacar a desigualdade sistêmica entre homens e mulheres<sup>6</sup> — existente em todas as sociedades do mundo — e funciona como uma característica unificadora e fundamental da maioria das formas de violência perpetradas contra mulheres e meninas.<sup>7</sup> Esse termo tem origem na Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, adotada pelas Nações Unidas em 1993, que define a violência contra as mulheres como “qualquer ato de violência de gênero que resulte, ou possa resultar, em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres.” A discriminação com base no sexo ou na identidade de gênero não é apenas uma causa de muitas formas de VG, mas também contribui para a ampla aceitação e invisibilidade desse tipo de violência — de tal maneira que os que a cometem não são responsabilizados e os sobreviventes se sentem desestimulados a falar a respeito e buscar apoio.
14. As manifestações da VG abrangem, entre outras:
  - Violência física (como tapas, chutes, socos ou o uso de armas);
  - Abuso emocional (como humilhação sistemática, comportamento controlador, tratamento degradante, insultos e ameaças);
  - Violência sexual, que abrange todas as formas de contato sexual não consensual, inclusive o estupro;
  - Casamento precoce/forçado, ou seja, o casamento de uma pessoa contra sua vontade, que costuma ocorrer antes dos 18 anos de idade (também conhecido como casamento infantil);
  - Abuso econômico e a negação de recursos, serviços e oportunidades (como restringir o acesso a recursos financeiros, de saúde, educacionais ou de outros tipos com a finalidade de controlar ou subjugar uma pessoa);
  - Tráfico e rapto para exploração;
  - Violência por parceiro íntimo, seja ele antigo ou atual, abrangendo uma série de atos de violência.
15. Para entender se um ato de violência é um ato de VG, deve-se considerar se ele reflete e/ou reforça relações de poder desiguais entre homens e mulheres.
16. Muitas formas de VG — porém nem todas — são tipificadas como atos criminosos nas leis e políticas nacionais. Isso difere de um país para outro, e a implementação das leis e políticas na prática pode variar muito. A impunidade generalizada é uma barreira constante — tanto nos países desenvolvidos como em desenvolvimento — e a fraca implementação das leis é quase uma característica universal nos contextos de baixa e média renda.

---

<sup>6</sup> Embora geralmente se refira à violência perpetrada por homens contra mulheres, a VG também afeta pessoas da população de “Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero” (LGBT). As medidas de mitigação aqui propostas se aplicam a todos os indivíduos afetados pela VG.

<sup>7</sup> Os termos violência de gênero e violência contra mulheres e meninas costumam ser usados indistintamente. Ver Arango, D., Morton, M. Gennari, F., Kiplesund, S., e Ellsberg, M. (2014). *Interventions to Prevent and Reduce Violence Against Women and Girls: A Systematic Review of Reviews*. Women’s Voice, Agency, and Participation Research Series. [Intervenções para prevenir e reduzir a violência contra mulheres e meninas: Um exame sistemático dos exames. Série de Estudos sobre Voz, Autonomia e Participação das Mulheres]. Washington, DC: Banco Mundial.

## 2.2 A VG e o consentimento

17. O **consentimento** é uma questão fundamental na VG, sobretudo no que diz respeito à EAS e ao AS. A VG surge quando o consentimento não é dado de forma voluntária nem livre. O consentimento precisa ser informado, com base em uma clara apreciação e compreensão dos fatos, implicações e consequências futuras de uma ação. Para dar um consentimento informado, o indivíduo em questão deve dispor de todos os fatos pertinentes no momento em que o consentimento é dado e estar apto a avaliar e compreender as consequências de uma ação. Além disso, deve estar ciente e ter o poder de exercer o direito de se recusar a participar de uma ação e/ou de não ser coagido (isto é, por considerações financeiras, força ou ameaças). Há casos em que o consentimento pode não ser possível devido a deficiências cognitivas, físicas, sensoriais ou de desenvolvimento.
18. Considera-se que as crianças são incapazes de dar um consentimento informado porque não têm a capacidade nem/ou a experiência para prever as implicações de uma ação e podem não entender ou não ter poder para exercer seu direito de recusa. O artigo 1º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança<sup>8</sup> estabelece que são crianças os menores de 18 anos. O boletim do Secretário-Geral da ONU sobre as medidas especiais para proteção contra a exploração e o abuso sexual, datado de 9 de outubro de 2003 (*Secretary-General's Bulletin: Special measures for protection from sexual exploitation and sexual abuse* (ST/SGB/2003/13)), também define as crianças como qualquer pessoa com idade inferior a 18 anos e proíbe explicitamente a atividade sexual com uma criança independentemente da idade da maioridade ou da idade de consentimento local (parágrafo 3.2 b). Essa definição também foi usada no Relatório do Grupo de Trabalho sobre VG de 2017. **Em consequência, o Banco Mundial considera criança<sup>9</sup> qualquer pessoa com menos de 18 anos — mesmo que a lei nacional preveja uma idade menor — e que, dessa forma, ela não é capaz de dar consentimento livre e voluntário.** Conforme mostrado no Anexo 1, essa definição é refletida nos requisitos dos códigos de conduta dos Documentos Padrão para Compras (*Standard Procurement Documents – SPD*). A convicção errada quanto à idade de uma criança e ao consentimento dessa criança não constitui defesa no caso de exploração e abuso sexual de crianças. Assim, atividades sexuais com indivíduos menores de 18 anos são consideradas abuso sexual infantil, exceto em casos de casamento pré-existente.<sup>10</sup>

## 2.3 A VG e as crianças

19. O abuso sexual de crianças abrange qualquer forma de relação sexual com uma criança, tendo em vista que uma criança não pode dar seu consentimento. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) estima que 10% das meninas com menos de 18 anos (aproximadamente 120 milhões em todo o mundo) já foram vítimas de estupro ou de outros atos sexuais indesejados. Os meninos também relatam abuso sexual, embora geralmente em níveis mais baixos do que as meninas.
20. Há uma alta co-ocorrência de violência contra a mulher (VCM) e de violência contra a criança (VCC), e os respectivos fatores de risco são comuns: normas de gênero desiguais e discriminação, a falta de instituições responsivas, sanções legais fracas e a impunidade no caso da VCC, a aceitação cultural e legal de certos tipos de VCC, a dominância masculina no seio familiar, o uso de violência para resolver conflitos conjugais e o consumo prejudicial de álcool e drogas. Além disso, o vínculo entre o fato de presenciar a violência na infância e cometer ou sofrer atos de violência na vida adulta é tão forte que evitar a exposição à violência na infância aumenta em muito a probabilidade de prevenir a violência na idade adulta e nas gerações futuras.

---

<sup>8</sup> O artigo 34 da Convenção sobre os Direitos da Criança estabelece que as partes devem tomar medidas específicas para proteger a criança contra todas as formas de exploração sexual e abuso sexual. Todos os membros das Nações Unidas, com a exceção dos Estados Unidos, são signatários da Convenção.

<sup>9</sup> Nesta NBP, os termos “criança” e “menor” são usados indistintamente para se referir a uma pessoa com menos de 18 anos. Isso em conformidade com o artigo 1º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

<sup>10</sup> A idade de consentimento tem implicações importantes para os trabalhadores empregados em projetos financiados pelo Banco Mundial. Se um trabalhador for casado com alguém menor de 18 anos e o casamento for reconhecido por uma autoridade pública, religiosa ou consuetudinária e compatível com a idade legal para o casamento no país, esse casamento com menor de idade não constituirá uma razão para não empregar o trabalhador. Sob quaisquer outras circunstâncias, os códigos de conduta proibirão os trabalhadores de manter relações sexuais com menores de 18 anos. Se um funcionário mantiver relações sexuais com alguém menor de 18 anos enquanto estiver empregado no projeto, deverá ser aplicada uma gama de sanções, conforme estabelecido no código de conduta, após uma avaliação justa e completa.

21. Tratar as crianças que sofreram violência, inclusive violência sexual, exige medidas específicas que diferem das adotadas na resposta à VG em determinados aspectos fundamentais e estão fora do alcance desta NBP.<sup>11</sup>

## 2.4 Os Autores da VG

22. Para os fins desta NBP, os potenciais autores de VG podem ser quaisquer indivíduos associados com grandes obras civis no âmbito de um projeto financiado pelo Banco, como trabalhadores da construção civil e outros funcionários da empresa contratada, consultores encarregados da supervisão das obras ou de atividades de assistência técnica ou estudos relacionados às obras, ou o pessoal de segurança contratado para proteger o local de uma obra.
23. Ao considerar os riscos de VG associados ao afluxo de mão de obra, também é importante avaliar as mudanças na dinâmica de poder local que podem contribuir para o aumento dos riscos de VG que pode ser cometida por trabalhadores locais ou por parceiros de mulheres e meninas do local. Assim, é importante considerar amplamente a gama de potenciais autores, combinada com outros riscos contextuais e relacionados ao projeto, a fim de assegurar que estratégias adequadas de mitigação dos riscos de VG sejam incorporadas aos projetos. Por exemplo, não é suficiente se concentrar apenas nos trabalhadores não-locais que serão empregados pelo projeto como potenciais autores. Em atividades para aumentar a conscientização sobre a VG e prestação de serviços, a violência causada por uma variedade de pessoas deve ser abordada.

## 2.5 VG e o afluxo de mão de obra

24. Os projetos que envolvem grandes obras civis costumam exigir uma força de trabalho e bens e serviços associados que não se consegue obter totalmente de fontes locais. Quando isso ocorre, uma força de trabalho pode ser trazida de fora do local do projeto (seja de outros países ou de outras regiões do país), o que pode aumentar os riscos de VG.
25. As orientações do [Banco Mundial] ao seu pessoal para identificar, avaliar e gerir os riscos de impactos socioambientais negativos associados ao afluxo temporário de mão de obra no contexto de FPI pelo Banco estão estabelecidas em uma [Nota de Orientação de 2016 sobre o Afluxo de Mão de Obra](#). Essa Nota de Orientação visa ajudar as equipes dos projetos na triagem dos projetos para identificar o perfil de risco relacionado ao afluxo de mão de obra como base para ajudar o mutuário a preparar as medidas apropriadas para mitigar os respectivos riscos e impactos. As duas principais considerações quanto ao perfil de risco ligado ao impacto causado pelo afluxo de mão de obra são: i) a escala desse afluxo; e ii) a “capacidade de absorção” da comunidade local para acomodar tal afluxo. Por exemplo, um afluxo de 100 trabalhadores em uma grande área urbana geralmente produziria um impacto baixo, enquanto o mesmo número em uma área rural afastada, ou onde vivem povos indígenas, normalmente teria um alto impacto. Outros fatores (por exemplo, aspectos culturais, a duração das obras) podem ajudar a refinar ainda mais a avaliação de riscos. O risco relacionado ao afluxo de mão de obra é um elemento fundamental a ser considerado na avaliação do risco de VG, sobretudo de assédio sexual e exploração e abuso sexual. Mais informações podem ser encontradas na referida Nota de Orientação.

---

<sup>11</sup> Entre os recursos externos relacionados à resposta à VCC, destacam-se: i) *Responding to children and adolescents who have been sexually abused* [Responder a crianças e adolescentes que foram vítimas de abuso sexual], OMS; ii) *Caring for Child Survivors of Sexual Abuse* [Como cuidar de sobreviventes de abuso sexual infantil], International Rescue Committee (IRC) e UNICEF; e iii) *INSPIRE: Seven Strategies for Ending Violence Against Children* [INSPIRE: Sete estratégias para pôr fim à violência contra crianças], OMS.

### 3. Avaliação dos Riscos de VG e Capacidade de Resposta

#### 3.1 Introdução

26. Ao identificar riscos, é importante entender que não existe um único fator por trás da VG. Enfrentar VG afeta o bem-estar, a autonomia<sup>12</sup> e a autorrealização, passando pelas conquistas nos estudos, perspectivas de subsistência e emprego, saúde física e emocional, envolvimento em atividades cívicas e muitos outros aspectos.
27. Quem sofre VG são principalmente as mulheres, de todos os estratos sociais e níveis de renda. Estudos já identificaram múltiplos fatores de risco para a VG nos níveis relacionados ao indivíduo, aos relacionamentos, à comunidade, às instituições e às políticas. Podem ser citados o controle masculino das decisões e da renda das famílias, políticas e leis que discriminam as mulheres, e normas culturais que justificam ou toleram o uso de violência contra mulheres e meninas como forma de solução de conflitos ou disciplina.
28. A Tabela 1 do Relatório do Grupo de Trabalho sobre VG de 2017 (apresentada abaixo como **Figura 3**) usa o modelo de estrutura ecológica<sup>13</sup> para identificar como o FPI com grandes obras civis pode exacerbar os riscos de VG já existentes ou gerar novos riscos. Identificar e entender os fatores de risco relacionados aos projetos à medida que eles interagem com outros fatores de risco contextuais é crucial para formular medidas de prevenção apropriadas durante a concepção do projeto. **Os riscos mudam com o tempo e, por isso, é essencial que sejam monitorizados continuamente ao longo do projeto.**

	Social	Comunidade	Autor do sexo masculino	Família	Indivíduo
Relacionado a projetos do Banco Mundial	<p><i>Nacional, regional</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Níveis de VG superiores à média regional;</li> <li>- Níveis baixos de escolaridade da força de trabalho nacional;</li> <li>- Serviços limitados; baixa capacidade de prestação de serviços aos sobreviventes; em especial, serviços judiciais ou policiais limitados ou inexistentes para facilitar a reparação para os sobreviventes;</li> <li>- Falta de legislação específica sobre a incidência da VG.</li> </ul>	<p><i>Dimensão do projeto</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Abrangência geográfica dos projetos e comunidades que o projeto afeta (por exemplo, projetos maiores se cruzam com mais comunidades e são mais difíceis de monitorar);</li> <li>- Duração — projetos de prazo mais longo aumentam o risco.</li> </ul> <p><i>População afetada pelo projeto</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pequena comunidade anfitriã, incapaz de absorver um grande afluxo de trabalhadores;</li> <li>- Comunidade anfitriã rural sem acesso a serviços e instituições, baixa capacidade de absorção;</li> <li>- Participação desigual de membros da comunidade nas consultas comunitárias.</li> </ul>	<p><i>Trabalhadores do projeto</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- De fora do local;</li> <li>- Falta de sanções por comportamento inadequado do empregador;</li> <li>- Aumento da renda dos trabalhadores distorce o equilíbrio de poder entre os trabalhadores e as comunidades;</li> <li>- O aumento da renda possibilita o sexo transacional e as relações de exploração.</li> </ul>	<p><i>Trabalhar somente com homens ou mulheres em uma casa</i></p>	<p><i>Falta de informação sobre como relatar queixas causadas pelo projeto</i></p>

Figura 3: Fatores de Risco que podem contribuir para a VG em projetos financiados pelo Banco Mundial com Grandes Obras Civis

29. Em todos os projetos de investimento financiados pelo Banco Mundial com grandes obras civis em fase de preparação e implementação, deve-se avaliar seus possíveis riscos relacionados à VG, bem como identificar e implementar medidas de mitigação para fazer face a esses riscos. Duas considerações sobressaem:
- **Avaliação do Risco de VG:** avaliação do risco de agravar a VG no nível da comunidade; e

<sup>12</sup> No nível individual, a *autonomia* significa a capacidade de tomar decisões sobre a própria vida e agir com base nelas para alcançar um resultado desejado, livre de violência, retaliação ou medo.

<sup>13</sup> A estrutura ecológica para o entendimento da VG é apresentada por inteiro no Relatório do Grupo de Trabalho sobre VG de 2017 e na introdução do documento *Violence Against Women and Girls Resource Guide* [Guia de recursos sobre violência contra mulheres e meninas].



- **Avaliação da Capacidade:** avaliação da capacidade local para prevenir e responder à VG, analisando inclusive a prestação de serviços com ética e segurança para os sobreviventes.
30. Para avaliar o risco de agravamento de VG relacionado ao projeto, duas questões essenciais devem ser consideradas. Primeiro, o contexto nacional e/ou regional em que os projetos ocorrem; segundo, os possíveis riscos que o projeto pode trazer. Esses riscos de VG precisam ser avaliados ao longo do projeto, monitorizando a situação, avaliando a eficácia das medidas de mitigação de riscos e adaptando-as conforme necessário (ver a **Figura 4**). Quando a monitorização contínua detecta mudanças nos riscos de VG identificados e/ou incidências reais de VG, os projetos precisam adaptar o nível de risco de VG e a estratégia de mitigação. Mais orientações úteis sobre essa monitorização podem ser encontradas na guia *“Integrate”* [Integrar] do documento *Violence Against Women and Girls Resource Guide* [Guia de recursos sobre violência contra mulheres e meninas] e em cada resumo setorial que o acompanha.



Figura 4. Ciclo de gestão dos riscos de VG durante o projeto

31. O principal resultado dessas avaliações de risco deve ser a classificação do projeto quanto ao risco de VG: **baixo, médio, substancial ou alto**. Essa classificação será então incluída na classificação global de risco social do projeto. O nível de risco relacionado à VG em um projeto é avaliado com a ajuda da Ferramenta de Avaliação de Riscos de VG. O nível avaliado é incorporado ao risco social global do projeto, que, por sua vez, é incorporado ao risco ambiental e social global do projeto. Este último risco é, no mínimo, do mesmo nível que o risco social global, que, por sua vez, é, no mínimo, do mesmo nível que o de risco de VG do projeto. Em outras palavras, o risco social global ou o risco ambiental e social global de um determinado projeto não pode ser inferior ao nível de risco de VG do projeto. Assim, recomenda-se que as medidas apropriadas de mitigação e monitorização (Capítulo 4) sejam implementadas com base nessa classificação de risco.

### 3.2 Avaliação dos riscos

32. A avaliação do risco de VG deve ser feita tanto pelo cliente como pelas equipes dos projetos do Banco Mundial. No caso do cliente, a avaliação desse risco em um projeto normalmente é realizada como parte da preparação do projeto, sobretudo durante as consultas com a comunidade. Já no caso das equipes dos projetos, a avaliação deve ser feita por meio da Ferramenta de Avaliação de Riscos de VG do Banco Mundial. Essas duas avaliações estão detalhadas abaixo.
33. Ao considerar os riscos de VG, existem diferentes “áreas de impacto” que influenciam tanto a natureza do risco como as medidas de mitigação apropriadas que um projeto pode implementar:

- O **local do projeto** é o lugar onde as atividades do projeto estão sendo realizadas. Abrange os lugares onde as obras civis efetivamente são executadas, como também as áreas associadas, como os locais de alojamento dos trabalhadores, pedreiras, etc.
  - As **comunidades adjacentes** ao projeto geralmente englobam a área geográfica mais ampla em torno do projeto. Estendem-se além do local específico onde as obras civis estão sendo realizadas e abrangem os arredores mais amplos. As comunidades vizinhas correm o risco de VG, sobretudo quando os trabalhadores se deslocam bastante.
  - Existem também áreas de impacto **regionais e nacionais** que não serão afetadas por intervenções específicas em um projeto, mas que podem se beneficiar do fortalecimento institucional e de outras iniciativas para fazer face aos riscos de VG. Uma avaliação no nível regional e/ou nacional pode possibilitar aos clientes e equipes dos projetos compreender a situação dos que sofrem VG no país e lhes dar uma ideia do tipo e escala da violência e sua aceitação nas comunidades em que os projetos financiados pelo Banco Mundial são implementados. Por exemplo, quanto menos igualdade houver entre homens e mulheres e quanto mais violência houver contra mulheres e meninas, maior será a probabilidade de o projeto reforçar inadvertidamente essas situações caso não se aja de maneira proativa para reconhecer esse risco e procurar mitigá-lo.
34. Na maioria dos casos, as informações necessárias sobre a prevalência de VG do projeto para o nível nacional já estão disponíveis. Os clientes e as equipes dos projetos devem recorrer a estudos e pesquisas já existentes para orientar suas decisões. **Convém evitar a criação de pesquisas de referência sobre a VG para avaliar riscos.** Conforme discutido no Anexo 2, é necessário ter extremo cuidado ao considerar a recolha de informações sobre a VG para avaliar riscos.
35. Ambientes frágeis ou afetados por conflitos precisam ser considerados cuidadosamente na avaliação dos riscos de VG de um projeto. Nesses ambientes, as comunidades podem ter passado por experiências traumáticas e o tecido social pode ter sido rompido. Ademais, em função da insegurança e do conflito, os serviços e cuidados de apoio necessários costumam ser limitados. Pode haver uma falta de segurança nas comunidades, e talvez predomine a impunidade no caso dos crimes cometidos. A supervisão dos projetos nessas áreas é difícil e, em alguns casos, requer medidas de segurança reforçadas. As empresas contratadas talvez precisem recorrer a policiais, soldados de manutenção da paz ou militares para cuidar da segurança. Contudo, essas forças talvez não estejam sujeitas ao sistema jurídico nacional, mas tenham seus próprios mecanismos judiciais internos que talvez não sejam aplicados devidamente ou não proíbam especificamente a VG, sobretudo a exploração e abuso sexual. A combinação desses fatores pode aumentar consideravelmente o risco de VG e deve ser cuidadosamente considerada na preparação e implementação do projeto. O Anexo 3 apresenta um estudo de caso sobre como isso foi feito no Projeto de Facilitação dos Transportes e Trânsito da Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) em Camarões.

### Ferramenta de Avaliação de Riscos de VG do Banco Mundial

36. Uma ferramenta para as equipes dos projetos avaliarem o risco de VG, sobretudo de exploração e abuso sexual, foi desenvolvida pelo Banco Mundial e pode ser encontrada [on-line](http://globalpractices.worldbank.org/gsg/SPS/Pages/FocusAreas/GenderBased%20Violence.aspx).<sup>14</sup> Essa ferramenta ajuda as equipes a entender os problemas e riscos de VG nas áreas dos projetos. Leva em consideração os detalhes específicos dos projetos, como os níveis de fluxo de mão de obra, além do contexto nacional<sup>15</sup> em que o projeto ocorre, como as situações de conflito. Por meio de 25 perguntas, 12 a serem respondidas pela equipe do projeto e 13 pré-preenchidas, a ferramenta usa informações para atribuir a cada projeto uma “pontuação” de risco com base nas respostas às perguntas. As perguntas servem apenas como ponto de partida e não visam ser exaustivas.
37. A pontuação de risco é calculada em uma escala de 0 a 25: os projetos com pontuação de 0 a 12,25 são considerados de **baixo risco**; de 12,5 a 16, de **risco moderado**; de 16,25 a 18, de **risco substancial**; e de 18,25 a 25, de **alto risco**.
38. A Ferramenta de Avaliação de Riscos de VG foi projetada para ser aplicada no início de um novo projeto. Recomenda-se que a classificação de risco de VG seja incluída na Nota Conceitual do Projeto (NCP) para consideração na reunião

<sup>14</sup> <http://globalpractices.worldbank.org/gsg/SPS/Pages/FocusAreas/GenderBased%20Violence.aspx>.

<sup>15</sup> As considerações relativas ao contexto nacional já vêm preenchidas automaticamente e não exigem que mais informações sejam inseridas.

de avaliação desse documento. Com base nas informações adicionais coletadas durante a preparação do projeto, a classificação deve ser atualizada conforme o caso para a reunião de Revisão de Melhoria da Qualidade (*Quality Enhancement Review – QER*) ou na reunião de análise da decisão.

39. Como ocorre com qualquer ferramenta, pode haver situações em que seja prudente adotar uma categoria de risco mais alta do que a sugerida pela ferramenta, se as condições locais o justificarem. Deve-se ressaltar que a estimativa do risco de VG não é uma ciência exata. Essa ferramenta se destina a ajudar a posicionar a equipe do projeto em uma trajetória para entender como o projeto proposto pode ter impactos relacionados à VG. A ferramenta será monitorizada no tocante à sua utilidade e precisão para classificar o risco de VG. Mais informações sobre a ferramenta podem ser consultadas no Anexo 4.

## Avaliação dos Riscos de VG conduzida pelo cliente

### *Envolvimento das Partes Interessadas*

40. Conforme descrito na NAS10, o envolvimento das partes interessadas é um processo inclusivo, realizado durante todo o ciclo de vida do projeto, e é importante para gerir os riscos do projeto. As partes interessadas<sup>16</sup> nas comunidades adjacentes precisam entender os riscos e benefícios do projeto. No contexto dos projetos, é obrigatório que se elabore um Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI), a ser implementado durante o projeto, tanto para manter as comunidades locais e outras partes interessadas informadas sobre o projeto, como para possibilitar o envolvimento contínuo com as comunidades afetadas e a coleta de opiniões. No caso de projetos de risco classificado como substancial ou alto, recomenda-se que o PEPI contenha considerações específicas sobre a VG relacionadas a como fazer consultas de maneira adequada (ver abaixo).
41. A tecnologia pode facilitar a comunicação e o intercâmbio contínuos com as comunidades, sobretudo para acompanhar as percepções de risco de VG vinculadas a um projeto. Além disso, pode ser uma vantagem ao ajudar a comunidade por meio do acesso a serviços e informações atualizadas relacionados à VG. Consulte o Anexo 8 para obter mais informações sobre a tecnologia e como ela está sendo usada atualmente em algumas operações do Banco Mundial para monitorar os riscos de VG.
42. Deve-se buscar a orientação das partes interessadas para identificar os possíveis riscos locais de VG, e elas devem ser consultadas sobre possíveis intervenções e medidas para mitigar os riscos. As consultas às pessoas que trabalham com adolescentes e outros grupos de risco, bem como às lideranças femininas, devem ser priorizadas para permitir a compreensão dos riscos e tendências da VG na comunidade.
43. As equipes dos projetos devem fazer uma monitorização cuidadosa para que as consultas com a comunidade sejam eficazes e inclusivas. As consultas geralmente são organizadas pelo órgão de implementação<sup>17</sup> com o apoio dos especialistas em salvaguardas da firma de consultoria encarregada da supervisão, embora o recurso a um consultor independente para apoiar o órgão de implementação nas consultas possa ser uma abordagem mais eficaz se as necessidades do projeto forem substanciais. **Essas consultas precisam ser contínuas durante o ciclo de vida do projeto e não apenas durante a preparação.**
44. Para entender as recomendações sobre ética e segurança relativas às consultas sobre a VG, consulte a seção sobre [Ética](#) do Guia de Recursos sobre a Violência contra Mulheres e Meninas. Nas consultas às partes interessadas, **nunca se deve perguntar diretamente sobre experiências individuais de VG**. Antes, deve-se procurar compreender as experiências das mulheres e meninas nas comunidades afetadas, passando por questões de bem-estar, saúde e segurança. Se houver consultas a crianças, esse procedimento deve ficar a cargo de uma pessoa capacitada para fazer esse tipo de consulta que entenda a cultura e os costumes locais. Antes de iniciar as consultas, as equipes devem ser preparadas com informações relacionadas aos que prestam serviços aos sobreviventes na comunidade, para que qualquer pessoa que divulgue casos de violência possa ser encaminhada imediatamente. Levar em conta esses

---

<sup>16</sup> As partes interessadas de um projeto variam dependendo dos detalhes do projeto e podem abranger comunidades locais, autoridades nacionais e locais, projetos vizinhos e organizações não governamentais.

<sup>17</sup> Os clientes devem estudar a contratação de um especialista em VG para fazer consultas e entrevistas com informantes-chave relacionadas à VG. Isso garantirá a aplicação da metodologia adequada e a observância de normas de ética e segurança de nível mundial.

princípios de ética e segurança pode evitar que sejam causados danos inadvertidamente durante as consultas às pessoas da comunidade. As principais considerações para o processo de consulta são (ver mais detalhes na NAS10):

- Identificar as comunidades adjacentes ao projeto e planejar as consultas às partes interessadas nessa base.
- Proceder às consultas de acordo com o documento [Stakeholder Consultations in Investment Operations: Guidance Note](#) [Consultas às Partes Interessadas em Operações de Investimento: Nota de Orientação]. As consultas à comunidade devem ser feitas para que as pessoas afetadas pelo projeto sejam devidamente informadas e para ouvir suas opiniões sobre a concepção do projeto e as questões de salvaguardas.
- Assegurar que as atividades de consulta ofereçam oportunidades para a partilha de informações com as partes interessadas sobre os riscos relacionados ao projeto e sobre as medidas relato e resposta propostas. Convém dar atenção especial às mulheres, crianças e outros grupos em situação de risco — cada um dos quais pode exigir abordagens diferentes para permitir um espaço seguro para discussão. Reconhecendo a dinâmica do poder de gênero e a dinâmica social dentro de uma comunidade e como elas podem inibir a participação, é fundamental assegurar a disponibilidade de espaços para que mulheres, homens e crianças afetados pelo projeto possam participar das consultas. É importante que as partes interessadas estejam cientes, no mínimo:
  - Da finalidade, natureza e escala do projeto;
  - Da duração das atividades do projeto proposto;
  - Dos possíveis riscos e impactos nas comunidades locais e daqueles relacionados à VG:
    - As implicações do afluxo de mão de obra;
    - Os riscos ambientais, sociais, de saúde e de segurança e os riscos de violência de gênero, sobretudo de exploração e abuso sexual, que podem estar associados ao projeto;
    - As políticas ambientais, sociais, de saúde e de segurança do empregador (ou seja, do governo), exigidas nos Documentos Padrão para Compras do Banco Mundial;
    - As normas dos códigos de conduta a serem usadas no projeto (por exemplo, dos SPD);
    - Quem são os prestadores locais de serviços relacionados à VG, como contatá-los e que serviços de apoio são oferecidos.
  - Do processo de envolvimento das partes interessadas proposto e de como as partes interessadas podem manifestar suas opiniões sobre o projeto;
  - Dos canais disponíveis para apresentação de queixas por meio do Mecanismo de Queixas (MQ, na sigla em inglês) e como elas serão tratadas.

45. Recomenda-se também que os órgãos de implementação e o consultor de salvaguardas consultem as organizações locais, grupos de mulheres, organizações não governamentais (ONG) e entidades multilaterais pertinentes para:

- Entender que tipos de VG estão presentes na comunidade e podem ser agravados pelo projeto; passando pela identificação de quais grupos de indivíduos são mais vulneráveis a danos; onde as mulheres e meninas se sentem mais inseguras; como a comunidade lida atualmente com as ocorrências de VG; e porque a VG pode ser agravada pelo projeto;
- Mapear os serviços e espaços seguros disponíveis para os sobreviventes da VG, bem como os espaços onde os casos de VG são relatados atualmente;
- Identificar medidas para mitigar os riscos do projeto;
- Durante as atividades de avaliação dos riscos de VG, não deve ser feita nenhuma tentativa de contatar os sobreviventes da VG nem de questioná-los sobre seu incidente de VG.<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Ver: i) A página sobre ética do Guia de recursos sobre a violência contra mulheres e meninas; ii) Ellsberg, M., e L. Heise. 2005. *Researching Violence against Women: A Practical Guide for Researchers and Activists*. Washington DC, Estados Unidos: Organização

46. A **Avaliação Ambiental e Social (ASA)** identifica possíveis impactos ambientais e sociais no início da preparação do projeto e geralmente é o principal mecanismo para avaliar os riscos de VG em um projeto com grandes obras civis. O mutuário faz uma ASA do projeto com o objetivo de avaliar os riscos ambientais e sociais ao longo do ciclo de vida do projeto. Nas áreas em que o risco de VG é substancial ou alto, conforme determinado pela Ferramenta de Avaliação de Riscos de VG, a ASA deve dedicar atenção especial à identificação desses riscos. O ideal é que, entre os consultores encarregados da ASA nesses projetos, haja um especialista em VG para que os problemas dessa natureza possam ser devidamente avaliados e sejam propostas medidas de mitigação apropriadas.<sup>19</sup>
47. Para que as ASA captem o contexto socioeconômico, cultural e de risco para as mulheres, deve-se considerar:
- Os diagnósticos e/ou planos de ação nacionais sobre gênero já existentes;
  - Dados sobre a violência física contra as mulheres causada por parceiros ou outros;<sup>20</sup>
  - Dados e/ou informações sobre práticas culturais relacionadas às mulheres (casamento precoce, práticas físicas);
  - Os serviços disponíveis relacionados à VG;
  - Onde as unidades de saúde estão localizadas e que tipos de serviços são oferecidos (por exemplo, se oferecem tratamento para doenças sexualmente transmissíveis, prestam atendimento de saúde reprodutiva, contam com kits para o caso de estupro, inclusive a profilaxia pós-exposição e a contracepção de emergência, etc.);
  - Se as mulheres têm fácil acesso a esses serviços e se têm restrições econômicas e/ou de mobilidade que possam impedir esse acesso;
  - Informações obtidas através de consultas realizadas durante a preparação do projeto.
48. Uma metodologia robusta para avaliar e analisar os riscos sociais pode ajudar a identificar marcadores cruciais para abordar os riscos relacionados ao projeto. Ferramentas como entrevistas com informantes-chave, observações, listagens livres, classificação por pares, cronogramas e calendários sazonais, análise de fluxo causal e histórias abertas têm sido usadas no campo da pesquisa sobre VG. Para obter mais informações sobre como aplicar essas ferramentas com segurança e ética, consulte o Capítulo 9 do manual *Researching Violence Against Women: A Practical Guide for Researchers and Activists* [Pesquisando a violência contra as mulheres: Um guia prático para pesquisadores e ativistas].<sup>21</sup>
49. É vital que a ASA identifique devidamente os riscos de VG. No entanto, o Plano de Gestão Ambiental e Social (**PGAS**) do projeto definirá as formas específicas para abordar os riscos de VG no projeto, identificando medidas de mitigação, como a elaboração de um plano de ação para a VG. De modo geral, esse plano é incluído no pacote da proposta e, assim, faz parte do contrato de construção, e a empresa contratada usa o PGAS do projeto para criar o PGAS da empresa (PGAS-E).<sup>22</sup> O Anexo 5 apresenta recomendações sobre o PGAS-E e descreve o PGAS do Projeto e o PGAS-E em relação à VG.

---

Mundial da Saúde, PATH; iii) Organização Mundial da Saúde, 2011. *Putting women first: Ethical and safety recommendations for research on domestic violence against women* [As mulheres em primeiro lugar: Recomendações sobre ética e segurança para a pesquisa sobre a violência doméstica contra as mulheres]; e iv) Organização Mundial da Saúde, 2007. *WHO Ethical and safety recommendations for researching, documenting and monitoring sexual violence in emergencies* [Princípios de ética e segurança recomendados pela OMS para a pesquisa, documentação e monitorização da violência sexual em situações de emergência]. Genebra, Suíça.

<sup>19</sup> Uma [lista de especialistas em VG aprovados](#) pode ser encontrada na página do grupo temático de VG na Internet.

<sup>20</sup> Esses dados estão disponíveis em muitas pesquisas demográficas e de saúde e estão resumidos como parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relativos ao gênero. Existem dados referentes a mais de 90 países.

<sup>21</sup> Uma metodologia adequada para ser empregada nas avaliações de risco é: Ellsberg M e Heise L. (2005). *Researching Violence against Women: a Practical Guide for Researchers and Activists* [Pesquisando a violência contra as mulheres: Um guia prático para pesquisadores e ativistas]. Washington DC, Estados Unidos: Organização Mundial da Saúde, PATH.

<sup>22</sup> O ideal é que as disposições do PGAS sejam incluídas nas especificações do contrato, pois isso garante que os requisitos sejam apresentados de uma maneira que as empresas contratadas possam entender e cumprir. No entanto, como isso nem sempre é feito de fato, a abordagem mais comum é incluir o PGAS entre os documentos usados na licitação.

50. O PGAS do projeto estabelece o elemento para abordar a VG e, em especial, os riscos de assédio sexual e exploração e abuso sexual, e deve fornecer a estrutura geral apropriada para qualquer proposta de medida de mitigação da VG, sobretudo as propostas aqui, nesta NBP.
51. É essencial que as medidas no nível dos projetos para abordar os riscos de VG considerem outras iniciativas em andamento para prevenir e responder à VG, bem como a maneira como o projeto vai complementá-las/usá-las. Sempre que possível, as intervenções do projeto contra a VG devem estar vinculadas às atividades existentes no setor da saúde e em outras áreas que atendam as vítimas de VG, como justiça e segurança, apoio psicossocial e programas de empoderamento econômico.

## Plano de Ação para a VG

52. Para que os riscos de VG do projeto sejam abordados devidamente, é necessário contar com um **‘Plano de Ação para a VG’** eficaz, que defina:
  - Como o projeto porá em prática os protocolos e mecanismos necessários para fazer face aos riscos de VG;
  - Como enfrentar os incidentes de VG que possam surgir.
53. Recomenda-se um Plano de Ação para a VG quando os projetos são de risco moderado, substancial ou alto, mas as atividades descritas no plano variam de acordo com o risco: quanto maior o risco, mais aspectos precisarão ser abordados por meio do Plano de Ação para a VG. Cumpre ressaltar que os elementos do Plano de Ação para a VG precisam ser adaptados às especificidades de cada projeto, legislação trabalhista local e acordos setoriais.
54. Cabe ao órgão de implementação assegurar que o projeto tenha um plano de ação apropriado para a VG. A base desse plano deve ser fornecida como parte do PGAS. A abordagem proposta para a implementação e monitorização do Plano de Ação para a VG, passando pelas sanções acordadas no âmbito do Quadro de Responsabilização e Resposta e no código de conduta, deve ser apresentada pela empresa contratada e consultores como parte do PGAS-E (ver um exemplo detalhado de um Plano de Ação para a VG no Anexo 1).
55. O Plano de Ação para a VG precisa dispor sobre os **mecanismos** específicos do projeto por meio dos quais os riscos de VG serão abordados. Deve-se considerar:
  - Uma estratégia de conscientização, que descreva como os trabalhadores e as comunidades locais serão conscientizados dos riscos de VG, além das responsabilidades dos trabalhadores nos termos do código de conduta;
  - Prestadores de serviços relacionados à VG aos quais os sobreviventes da VG serão encaminhados, e os serviços que estarão disponíveis;
  - **Procedimentos para a Denúncia da VG:** como o projeto fornecerá informações aos empregados e à comunidade sobre como informar casos de violação do código de conduta relacionados à VG, usando o mecanismo de queixa.
56. O **Quadro de Responsabilização e Resposta**, a ser finalizado com a contribuição da empresa contratada, deve conter no mínimo:
  - Os procedimentos para a denúncia de questões de VG aos prestadores de serviços relacionados à VG e, internamente, os procedimentos relacionados ao relato em casos de VG, que devem estabelecer claramente os requisitos de confidencialidade para lidar com esses casos;
  - Um Quadro de Resposta com:
    - Mecanismos para responsabilizar supostos autores de VG associados ao projeto;
    - O processo do mecanismo de queixas para capturar a divulgação de casos de VG;
    - A trajetória de encaminhamento para encaminhar os sobreviventes a serviços de apoio apropriados.
57. O “Quadro de Resposta” delinea as ações disciplinares no caso de violação do código de conduta pelos trabalhadores. **É essencial** que essas ações sejam determinadas e executadas de maneira compatível com a legislação trabalhista local e com os acordos setoriais aplicáveis; em caso contrário, corre-se o risco de o código de conduta não ser aplicado

de forma eficaz. Cumpre notar que, em cada caso, o objetivo é que as medidas disciplinares façam parte de um processo que ocorra de forma estritamente interna do ponto de vista do empregador, esteja sob o pleno controle e responsabilidade de seus administradores e seja conduzido de acordo com as leis trabalhistas nacionais pertinentes e o contrato de trabalho firmado com o trabalhador. É fundamental que as sanções propostas estejam de acordo com a legislação local, uma vez que esta pode vetar certos tipos de medidas disciplinares, como a demissão de funcionários.

58. O consultor encarregado da supervisão deve monitorizar e relatar a eficácia da implementação do plano de ação para a VG, para prevenir e mitigar os riscos de VG associados ao projeto. Esse relato deve ser feito mensalmente (ver mais em Relato, na Tabela 2: Proposta de Relato sobre VG durante Implementação).

### 3.4 Avaliação da capacidade de responder à VG

59. A capacidade de responder à VG depende da capacidade do projeto de oferecer aos sobreviventes acesso a serviços éticos e seguros. Os prestadores de serviços relacionados à VG e/ou as organizações baseadas na comunidade são essenciais não apenas para apoiar o projeto no tratamento de qualquer caso de VG que possa ocorrer, mas também para auxiliar o projeto a agir de forma proativa na prevenção de casos de VG.
60. A Seção 5.2 e o Anexo 6 apresentam recomendações sobre como identificar e trabalhar com os prestadores de serviços relacionados à VG. Sempre que for apropriado selecionar um desses prestadores para oferecer esses serviços (projetos de risco substancial ou alto), as equipes devem verificar se o prestador pode oferecer serviços de acordo com [padrões internacionais que constituam um pacote básico mínimo de serviços](#). O ideal é que esse pacote preveja o apoio no tratamento dos casos, serviços de saúde, apoio psicossocial, apoio da polícia e segurança, acesso a serviços jurídicos e abrigo, se necessário.<sup>23</sup> Ao identificar prestadores de serviços relacionados à VG, a qualidade dos serviços deve ser uma consideração importante.<sup>24</sup> Para maximizar o acesso a todos os serviços apropriados de que os sobreviventes de VG possam precisar, o prestador deve estar apto a encaminhar essas pessoas a outros prestadores sempre que necessário para permitir aos sobreviventes receber todo o atendimento que os posicionará numa trajetória de recuperação. Na maioria dos casos, os prestadores de serviços oferecem um ou dois serviços, mas não toda a gama de serviços que podem ser necessários no caso de um sobrevivente de VG. A documentação sobre como os encaminhamentos devem ser feitos costuma ser chamada de trajetória de encaminhamento.

---

<sup>23</sup> Para mais informações sobre os serviços necessários para os sobreviventes da VG, consulte: <http://www.vawresourceguide.org/overview>.

<sup>24</sup> Os padrões de qualidade para a atenção médica podem ser encontrados em: <http://www.who.int/reproductivehealth/publications/post-violence-care-in-health-facilities/en/>. Os padrões referentes a outros serviços podem ser consultados em [https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/GBVIE.Minimum.Standards.Publication.FINAL\\_.ENG\\_.pdf](https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/GBVIE.Minimum.Standards.Publication.FINAL_.ENG_.pdf).

## 4. Como abordar os Riscos de VG




### 4.1 Medidas de Mitigação e Resposta ao Risco de VG

61. Uma vez que tenham avaliado e estabelecido o nível de risco de VG, conforme descrito no Capítulo 3, as equipes dos projetos precisarão considerar uma série de medidas de mitigação para abordar e monitorar esses riscos ao longo do projeto. A **Tabela 1** apresenta um resumo das ações propostas para mitigar os riscos de VG, com base no risco de VG e na fase de preparação ou implementação do projeto. **O nível de esforço associado às medidas de mitigação na Tabela 1 geralmente varia de acordo com o risco.** Por exemplo, a concepção do mecanismo de queixas pode variar de acordo com o risco de VG.
62. As medidas de resposta recomendadas nesta nota se aplicam a projetos ora em fase de preparação, bem como aos que tiverem sua preparação iniciada após a publicação desta NBP.
63. No caso de projetos que não usem recursos de empréstimos/créditos/doações para contratar prestadores de serviços relacionados à VG no início da implementação, recomenda-se que os mutuários incluam uma cláusula de reajuste no Plano de Compromissos Ambientais e Sociais (PCAS) para o caso de os riscos de VG se tornarem aparentes durante o curso da implementação do projeto. Os mutuários podem se comprometer, por exemplo, a contratar (mais) prestadores de serviços relacionados à VG utilizando recursos de empréstimos/créditos/doações caso a presença de VG gere a necessidade de mais apoio.
64. Exemplos de TR, códigos de conduta, planos de ação para a VG e outros materiais para apoiar a implementação das recomendações estão disponíveis em: <http://globalpractices.worldbank.org/gsg/SPS/Pages/FocusAreas/GenderBased%20Violence.aspx>.



Tabela 1: Ações recomendadas para abordar os riscos de VG no financiamento de projetos de investimento<sup>25</sup>

Quando	Ação para abordar os riscos de VG	Cronograma da ação	Responsável pela ação	Gestão constante dos riscos	Se a ação é recomendada ou aconselhável segundo o nível de risco de VG			
					Baixo	Moderado	Substancial	Alto
Identificação/avaliação preliminar	Sensibilizar o órgão de implementação quanto à importância de abordar a VG no projeto e aos mecanismos a serem implementados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Preparação.</li> <li>Implementação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipe do projeto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipe do projeto deve monitorar e fornecer mais orientações conforme necessário</li> </ul>	✓	✓	✓	✓
	A avaliação social do projeto deve incluir a avaliação dos riscos subjacentes de VG e da situação social, usando a ferramenta de avaliação de riscos de VG para oferecer orientação e manter as considerações de ética e segurança relacionadas à coleta de dados de VG. Nenhum dado de prevalência nem dados de referência devem ser coletados como parte das avaliações de risco.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Preparação</li> <li>Implementação (antes do início das obras civis)</li> <li>Nota Conceitual do Projeto e Revisão de Melhoria da Qualidade/ Análise da Decisão (Ferramenta de Avaliação de Riscos de VG)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Órgão de implementação no caso da avaliação social e PGAS. Empresa contratada no caso do PGAS-E</li> <li>Equipe do projeto no caso da Ferramenta de Avaliação do Risco de VG</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Revisão contínua durante as missões de apoio à implementação</li> <li>Atualizar o PGAS do projeto e o PGAS da empresa contratada (PGAS-E) se a situação de risco mudar</li> </ul>	✓	✓	✓	✓

<sup>25</sup> Na tabela  = Ações são recomendadas devido ao nível de risco;  = Ações que devem ser consideradas realizadas e, se apropriado, adotadas em vista da natureza do projeto e dos respectivos riscos;  = Ações que provavelmente não são necessárias em vista do nível de risco.

Quando	Ação para abordar os riscos de VG	Cronograma da ação	Responsável pela ação	Gestão constante dos riscos	Se a ação é recomendada ou aconselhável segundo o nível de risco de VG			
					Baixo	Moderado	Substancial	Alto
	<b>Mapear</b> os agentes encarregados da prevenção e resposta à VG nas comunidades adjacentes ao projeto. <sup>26</sup> Convém incorporar uma avaliação da capacidade dos prestadores de serviços de oferecer serviços de qualidade centrados nos sobreviventes, como a gestão dos casos de VG, atuar como defensor das vítimas e fazer o encaminhamento para outros serviços não fornecidos pela própria entidade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Preparação.</li> <li>Implementação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Órgão de implementação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atualizar o mapeamento conforme apropriado</li> </ul>	✓	✓	✓	✓
	Providenciar para que os riscos de VG sejam refletidos adequadamente por todos os <b>instrumentos de salvaguardas</b> (ou seja, PGAS do projeto, PGAS-E), sobretudo como parte da avaliação na ASA. O mapeamento da VG deve ser incluído nesses instrumentos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Preparação.</li> <li>Implementação (antes do início das obras civis).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Órgão de implementação no caso da avaliação social e PGAS</li> <li>Empresa contratada no caso do PGAS-E</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Revisão contínua durante as missões de apoio à implementação. Atualizar o PGAS do projeto e o PGAS da empresa contratada (PGAS-E) se a situação de risco mudar.</li> </ul>	✓	✓	✓	✓
	Formular um <b>plano de ação para a VG</b> , incluindo o <b>Quadro de Responsabilização e Resposta</b> como parte do PGAS. A resposta da empresa contratada/firma de consultoria a esses requisitos deverá estar refletida no PGAS-E.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Preparação</li> <li>Implementação (antes do início das obras civis)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Órgão de implementação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Revisão contínua durante a implementação</li> </ul>	✗	✓	✓	✓
	Examinar a <b>capacidade do órgão de implementação</b> de prevenir e responder à VG como parte da <b>preparação das salvaguardas</b> .	<ul style="list-style-type: none"> <li>Preparação</li> <li>Implementação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipe do projeto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Revisão contínua durante as missões de apoio à implementação. Atualizar o PGAS do projeto se a situação de risco mudar</li> </ul>	✓	✓	✓	✓

<sup>26</sup> O ideal é que se faça um mapeamento dos agentes de prevenção e resposta à VG no nível nacional e que os resultados sejam compartilhados com todas as equipes de projeto.

Quando	Ação para abordar os riscos de VG	Cronograma da ação	Responsável pela ação	Gestão constante dos riscos	Se a ação é recomendada ou aconselhável segundo o nível de risco de VG			
					Baixo	Moderado	Substancial	Alto
	Como parte das <b>consultas com as partes interessadas do projeto, as pessoas afetadas pelo projeto devem ser informadas devidamente sobre os riscos de VG</b> e as atividades do projeto para ouvir suas opiniões sobre a concepção do projeto e as questões de salvaguarda. As consultas precisam envolver uma variedade de partes interessadas (líderes políticos, culturais ou religiosos, equipes de saúde, conselhos locais, assistentes sociais, organizações de mulheres e grupos que trabalham com crianças) e devem ocorrer no início e continuamente durante a implementação do projeto.	<ul style="list-style-type: none"> <li>As consultas precisam ser contínuas durante o ciclo do projeto e não apenas durante a preparação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Órgão de implementação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Monitorização da implementação do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas</li> <li>Consultas contínuas, sobretudo quando o PGAS-E for atualizado</li> </ul>	✓	✓	✓	✓
	<b>O Plano de Envolvimento das Partes Interessadas</b> do projeto, a ser implementado ao longo do projeto para manter as comunidades locais e outras partes interessadas informadas sobre as atividades do projeto, deve tratar especificamente das questões relacionadas à VG.	<ul style="list-style-type: none"> <li>As consultas precisam ser contínuas durante o ciclo do projeto e não apenas durante a preparação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Órgão de implementação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Monitorização da implementação do Plano de Envolvimento de Partes interessadas</li> <li>Consultas contínuas, sobretudo quando o PGAS-E for atualizado</li> </ul>	○	○	✓	✓
	Certificar-se da disponibilidade de um <b>mecanismo de queixas (MQ) eficaz</b> com vários canais para fazer uma reclamação. Deve conter procedimentos específicos para a VG, como a confidencialidade dos relatos, com a documentação segura e ética dos casos de VG. Talvez se justifique um mecanismo de queixas paralelo fora do mecanismo do projeto no caso de situações de risco substancial ou alto.	Antes de mobilizar a empresa contratada	Órgão de implementação, mas discutido e acordado com a equipe do projeto	Monitorização e relato contínuos sobre o mecanismo de queixas para verificar se está funcionando conforme o previsto	✓	✓	✓	✓

Quando	Ação para abordar os riscos de VG	Cronograma da ação	Responsável pela ação	Gestão constante dos riscos	Se a ação é recomendada ou aconselhável segundo o nível de risco de VG			
					Baixo	Moderado	Substancial	Alto
	Verificar se o <b>órgão de implementação tem um especialista em VG</b> para apoiar a implementação do projeto.	Preparação	Órgão de implementação	Relato contínuo	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Para os fins da <b>supervisão</b> , contar com um <b>especialista da área socioambiental</b> na equipe de consultores encarregados da supervisão com <b>qualificações específicas em VG</b> para supervisionar as questões relacionadas à VG (por exemplo, fiscalizar a assinatura de códigos de conduta, verificar se o mecanismo de queixas relacionadas à VG está funcionando, encaminhar casos quando necessário) e trabalhar com os prestadores de serviços relacionados à VG como pontos de entrada do atendimento para conscientizar sobre o mecanismo de queixas.	Durante o processo de avaliação das compras e contratações	Órgão de implementação	Relato contínuo	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	<b>Supervisão</b> por intermédio de <b>monitor/agente de verificação independente</b> (organização da sociedade civil, ONG internacional ou local, parceiro do meio acadêmico, empresa do setor privado) <b>com pessoal experiente em VG</b> para monitorar a implementação do plano de ação para a VG e assegurar que todas as partes estejam cumprindo suas responsabilidades.	Preparação	Órgão de implementação	Relato contínuo	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Quando	Ação para abordar os riscos de VG	Cronograma da ação	Responsável pela ação	Gestão constante dos riscos	Se a ação é recomendada ou aconselhável segundo o nível de risco de VG			
					Baixo	Moderado	Substancial	Alto
	<b>É preciso haver financiamento disponível</b> para que o órgão de implementação contrate prestadores de serviços relacionados à VG para facilitar o acesso a serviços oportunos, seguros e confidenciais para os sobreviventes (inclusive recursos para transporte, taxas de documentação e hospedagem, se necessário).	Preparação	Órgão de implementação	Órgão de implementação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	No caso de projetos que não usem recursos de empréstimos/créditos/doações para contratar prestadores de serviços relacionados à VG no início da implementação do projeto, deve-se incentivar os mutuários a incluir uma cláusula de reajuste no Plano de Compromissos Ambientais e Sociais (PCAS) para o caso de os riscos de VG se tornarem aparentes durante o curso da implementação do projeto.	Preparação	Equipe do projeto	Equipe do projeto	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Compras.	Definir claramente os requisitos e expectativas quanto à VG nos <b>documentos da licitação.</b>	Compras	Órgão de implementação	Revisão pela equipe do projeto	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Com base nas necessidades do projeto, nos Documentos Padrão para Compras (SPD) do Banco Mundial e nas políticas e metas do órgão de implementação, definir os requisitos a serem incluídos nos documentos da licitação visando um <b>código de conduta que trate da VG.</b>	Compras	Órgão de implementação	Revisão pela equipe do projeto	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	No caso de <b>compras ou contratações por meio de licitação pública nacional (LPN)</b> , considerar a incorporação da obrigação de os documentos padrão das licitações públicas internacionais abordarem os riscos de VG.	Compras	Órgão de implementação	Órgão de implementação com revisão da equipe do projeto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Quando	Ação para abordar os riscos de VG	Cronograma da ação	Responsável pela ação	Gestão constante dos riscos	Se a ação é recomendada ou aconselhável segundo o nível de risco de VG			
					Baixo	Moderado	Substancial	Alto
	Os documentos das licitações devem definir claramente como os custos de VG suficientes serão pagos no contrato. Isso poderia ser feito, por exemplo, com a inclusão de: i) rubricas na planilha de quantidades referentes a atividades relacionadas à VG claramente definidas (como a formulação de planos pertinentes) ou ii) somas provisórias especificadas referentes às atividades que não possam ser definidas com antecedência (como as destinadas à implementação do plano ou planos pertinentes, envolvendo prestadores de serviços relacionados à VG, conforme necessário).	Compras	Órgão de implementação	Revisão pela equipe do projeto	✓	✓	✓	✓
	Explicar e definir claramente aos licitantes os requisitos do respectivo <b>código de conduta</b> antes da apresentação das propostas.	Compras	Órgão de implementação	Revisão pela equipe do projeto	✓	✓	✓	✓
	<b>Avaliar a proposta sobre a VG</b> apresentada em resposta pela empresa (constante do PGAS-E) e, antes de finalizar o contrato, confirmar a capacidade da empresa de satisfazer os requisitos do projeto em termos de VG.	Compras	Órgão de implementação	Revisão pela equipe do projeto	✗	✓	✓	✓
<b>Implementação</b>	<b>Examinar o PGAS-E</b> para verificar se estão incluídas as medidas de mitigação apropriadas.	• Implementação	• Órgão de implementação	• Revisão pelo órgão de implementação • Revisão pela equipe do projeto	✓	✓	✓	✓

Quando	Ação para abordar os riscos de VG	Cronograma da ação	Responsável pela ação	Gestão constante dos riscos	Se a ação é recomendada ou aconselhável segundo o nível de risco de VG			
					Baixo	Moderado	Substancial	Alto
	<b>Avaliar se o mecanismo de queixas recebe e processa reclamações</b> para ter certeza de que os protocolos estão sendo seguidos em tempo útil, encaminhando as reclamações para um mecanismo estabelecido para examinar e tratar as reclamações referentes à VG.	• Implementação	• Equipe do projeto • Órgão de implementação	• Relato contínuo • Monitorização das reclamações e da sua solução	✓	✓	✓	✓
	<b>Códigos de conduta assinados e entendidos.</b> • Verificar se os signatários compreendem claramente os requisitos dos códigos de conduta. • Providenciar para que os códigos de conduta sejam assinados por todos os presentes no local do projeto. • Orientar o pessoal relacionado ao projeto sobre as obrigações em termos de comportamento previstas nos códigos de conduta. • Divulgar os códigos de conduta (inclusive as ilustrações) e discuti-los com os funcionários e comunidades adjacentes.	• Ações iniciadas antes da mobilização da empresa a ser contratada e continuadas durante a implementação	Empresa contratada, consultor, órgão de implementação	• Revisão dos riscos de VG durante a supervisão do projeto (por exemplo, revisão intermediária do projeto) para avaliar mudanças no risco • Informação pelo consultor encarregado da supervisão de que os códigos de conduta foram assinados e que os trabalhadores foram orientados e entendem suas obrigações <sup>27</sup> • Monitorização do mecanismo de queixas quanto às reclamações relacionadas à VG • Discussão em consultas públicas	✓	✓	✓	✓
	Providenciar para que os trabalhadores do projeto e a comunidade local recebam <b>orientação</b> sobre exploração e abuso sexual e sobre assédio sexual.	• Implementação	• Órgão de implementação, empresas contratadas, consultores	• Relato contínuo	✓	✓	✓	✓

<sup>27</sup> Os relatórios mensais do consultor encarregado da supervisão das obras civis devem confirmar que todas as pessoas presentes no local do projeto assinaram um código de conduta e foram orientadas.

Quando	Ação para abordar os riscos de VG	Cronograma da ação	Responsável pela ação	Gestão constante dos riscos	Se a ação é recomendada ou aconselhável segundo o nível de risco de VG			
					Baixo	Moderado	Substancial	Alto
	Fazer a <b>monitorização e avaliação</b> regulares do progresso das atividades relacionadas à VG, como a reavaliação dos riscos, conforme o caso.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Órgão de implementação, empresas contratadas, consultores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Monitorização do mecanismo de queixas</li> <li>Relato contínuo</li> </ul>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	<p>Implementar <b>atividades apropriadas ao nível do projeto</b> para reduzir os riscos de VG antes do início das obras civis, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Manter instalações separadas, seguras e de fácil acesso para mulheres e homens que trabalhem no local.</b> Os vestiários e/ou banheiros devem estar localizados em áreas separadas e bem iluminadas, com portas que podem ser trancadas por dentro.</li> <li><b>Exibir sinais visíveis em torno do local do projeto</b> (se for o caso) indicando aos trabalhadores e à comunidade que o local do projeto é uma área onde a VG é proibida.</li> <li>Conforme apropriado, os espaços públicos ao redor do local do projeto devem ser <b>bem iluminados</b>.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Antes do início das obras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Empresa contratada/consultor encarregado da supervisão</li> <li>Equipe do projeto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relato contínuo</li> <li>Revisões durante as missões de apoio à implementação</li> </ul>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>



## 4.2 Abordar os riscos de VG por meio do Processo de Compras

65. A incorporação de requisitos relacionados à VG nos processos de compras é um mecanismo fundamental para garantir a responsabilidade legal de abordar a VG nos projetos. As recentes revisões dos requisitos de compras do Banco Mundial reforçaram as medidas para abordar os riscos de VG nas operações financiadas pelo Banco. Os Documentos Padrão para Compras (SPD) e os Documentos Padrão para Licitações (SBD), com os quais o mutuário concorda em aplicar para concorrer a licitações públicas internacionais, constituem a base para assegurar que as empresas contratadas e os consultores cumpram suas obrigações relacionadas à VG.

### Documentos de licitação (compras)

66. É importante que os documentos de licitação reflitam suficientemente as constatações das ASA e os requisitos do PGAS quanto à abordagem dos riscos de VG e os riscos ambientais, sociais, de saúde e de segurança (SASS) em geral. Os SPD e SBD do Banco (relacionados às obras e destinados aos consultores encarregados da supervisão) oferecem a estrutura e contêm explicações e notas visando a inclusão de disposições relativas à VG nos documentos de compras, por exemplo, por meio de especificações apropriadas nos requisitos/TR do empregador.
67. É essencial que as equipes dos projetos providenciem para que os documentos de licitação definam claramente os requisitos do projeto relacionados à VG por meio das especificações e dos requisitos do empregador. As principais considerações devem ser:
- Recomenda-se que o documento de licitação a ser usado seja revisto para confirmar se os possíveis riscos de VG são tratados de maneira adequada à luz da natureza do projeto. Isso se reveste de especial importância quando se prevê que:
    - O projeto resultará em um grande fluxo de mão de obra; ou
    - As licitações públicas nacionais (LPN) serão usadas quando os documentos de LPN do país não abordarem os riscos de SASS e de VG de maneira adequada.<sup>28</sup>
  - Recomenda-se que os projetos de alto risco prevejam o requisito de os licitantes apresentarem não apenas um código de conduta, mas também um plano de gestão do fluxo de mão de obra visando a gestão adequada dos trabalhadores do projeto.
  - As especificações (em uma situação ideal) e/ou as condições particulares do contrato devem ser usadas para tratar adequadamente os riscos de VG e, de maneira mais geral, melhorar o desempenho SASS. As orientações sobre como fazer isso constam do documento do Banco Mundial *Procurement Guidance: Environmental, Social, Health & Safety in Procurement* [Guia de Compras: Meio Ambiente, Social, de Saúde e de Segurança nas Compras].
  - O PGAS do projeto e outros documentos de salvaguarda devem descrever detalhadamente os riscos de VG (inclusive em um plano de ação para a VG) e, de forma mais ampla, as expectativas SASS, além de conter medidas de mitigação apropriadas. Isso deve ser transcrito na especificação de acordo com as orientações contidas no referido Guia de compras.
  - Conforme descrito em mais detalhes no SPD (documento *Works SPD PCC 4.1*), o documento de licitação deve conter a exigência de a empresa contratada não executar nenhuma obra, nem mesmo a mobilização e/ou pré-construção, a menos que o engenheiro esteja convencido de que foram tomadas medidas apropriadas para abordar os riscos e impactos ambientais, sociais, de saúde e de segurança. No mínimo, a empresa contratada será obrigada a aplicar as estratégias de gestão e planos de implementação, assim

---

<sup>28</sup> Como parte da decisão de usar os procedimentos de compras nacionais, uma avaliação dos documentos nacionais de compras deve ser feita para estabelecer como e onde as disposições relativas à VG devem ser incluídas. A equipe do projeto do Banco (por ex., os especialistas em compras, em salvaguardas) deve trabalhar com o mutuário para identificar o melhor mecanismo para incorporar os requisitos necessários. Caso esse processo se revele impraticável no caso do projeto (por exemplo, por exigir longos processos de autorização por parte de autoridades de vários níveis), uma abordagem alternativa provisória seria o mutuário adotar um código de conduta mínimo a ser seguido por todos os licitantes, que refletiria os requisitos SASS e de VG necessários. O Anexo 1 descreve como isso foi feito nas ilhas do Pacífico.

como o código de conduta, apresentados como parte da proposta e acordados como parte do contrato. Orientações sobre como proceder no caso de compras que não usem SPD podem ser encontradas no Guia de compras.

68. É preciso considerar cuidadosamente como os custos a serem incorridos pela empresa contratada para cumprir os requisitos relacionados à VG serão tratados na proposta, avaliados e pagos como tal. O orçamento do projeto deve ser realista quanto a esses custos. Uma opção a ser estudada é o uso de um montante provisório que permitiria ressarcir a empresa ou empresas contratadas pelos custos razoáveis da implementação do plano de ação para a VG. A vantagem dessa abordagem é que todos os licitantes terão um nível uniforme de financiamento em suas propostas, o que neutralizaria as implicações de preços abaixo ou acima do normal.

## Durante a licitação

69. É essencial chamar a atenção dos licitantes para os requisitos específicos do projeto relacionados à VG. Isso pode ser feito, por exemplo, por meio do envolvimento com o mercado (durante a formulação da estratégia de compras do projeto para o desenvolvimento), esclarecimentos e/ou reuniões anteriores à licitação. Os detalhes sobre como proceder constam dos SPD e do guia de compras. Recomenda-se ser o mais claro possível quanto à forma e natureza dos riscos de VG conhecidos durante esse processo, bem como sobre as medidas que os licitantes precisarão tomar. As principais informações a serem fornecidas aos licitantes são:

- Os requisitos do PGAS, sobretudo no que diz respeito às expectativas SASS e requisitos relacionados à VG (inclusive uma resposta ao plano de ação para VG);
- Que as obras civis não começarão até que o PGAS-E tenha sido aprovado pelo órgão de implementação ou pelo consultor encarregado da supervisão;<sup>29</sup>
- Que o PGAS-E — em que está inserido o plano de ação para VG — pode ser divulgado no *site* do órgão de implementação,<sup>30</sup> e que a empresa contratada deve participar das consultas públicas, arcando com os respectivos custos.

## Avaliação das propostas

70. As especificações ou o PGAS nos documentos de licitação precisam conter os requisitos para responder aos riscos ou impactos específicos previstos com relação à VG. Como parte do plano de gestão social da empresa contratada, que deve ser apresentado junto com a proposta, convém incluir detalhes sobre:

- A proposta de abordagem da empresa contratada para a implementação do plano de ação para a VG, inclusive o Quadro de Responsabilização e Resposta (em resposta aos requisitos delineados no PGAS);
- Seus códigos de conduta;
- Outras atividades para abordar os riscos de VG no projeto (por exemplo, o plano de gestão do fluxo de mão de obra).

---

<sup>29</sup> No caso de projetos complicados ou demorados, um PGAS-E “em fases” talvez possa ser aceite. Isso significa que o PGAS-E seria aprovado em fases, refletindo a ordem de execução das obras civis. Por exemplo, em um projeto de cinco anos para construir uma via expressa, se a pavimentação asfáltica for aplicada apenas no quarto ano, então não há necessidade de incluir os requisitos ambientais da usina de asfalto no PGAS-E inicial, que se concentraria nas atividades iniciais como a mobilização do projeto e a terraplenagem.

<sup>30</sup> Esse não é um requisito do Banco Mundial, mas a experiência tem mostrado que é vantajoso para o projeto envolver as comunidades locais, pois elas estão bem informadas sobre as atividades de construção específicas do projeto que podem afetá-las. Embora os PGAS sejam divulgados no *site* externo do Banco Mundial, os PGAS-E não devem ser divulgados nesse *site*, pois não exigem que o Banco Mundial indique sua “não objeção”. A recomendação é que a divulgação seja feita apenas no *site* dos órgãos de implementação.

71. Essas informações devem ser avaliadas pelo mutuário como parte da capacidade de resposta da proposta. Quando os desvios ou omissões não forem considerados importantes — o que levaria à rejeição da proposta — o mutuário pode solicitar que o licitante forneça esclarecimentos e/ou mais informações para uma avaliação mais profunda.
72. Nos processos de compras que prevejam critérios classificados ou um sistema de pontos, os requisitos relacionados à VG podem fazer parte do sistema de pontuação da proposta. Quando for esse o caso, a equipe do projeto deve zelar para que os requisitos sejam claros e específicos e que a atribuição de pontos em relação a outros fatores seja equilibrada.
73. Os licitantes são obrigados a apresentar uma declaração indicando se já tiveram um contrato rescindido ou suspenso, ou se já tiveram uma garantia de desempenho executada, por motivos relacionados a um mau desempenho em aspectos SASS. A declaração deve conter os detalhes dos motivos. Caso seja estabelecido que o motivo ou motivos se devem à VG, deve ser feita uma devida diligência pelo órgão de implementação para averiguar se os licitantes aprenderam com a experiência anterior e como modificaram ou implementaram controles de gestão para evitar a recorrência. Caso o licitante não consiga demonstrar a implementação de controles apropriados para evitar a recorrência, a equipe do projeto deve rever a avaliação e recomendação do órgão de implementação sobre as etapas seguintes e consultar esse órgão, conforme necessário, sobre o que fazer para assegurar a adoção dos controles apropriados.

### 4.3 Códigos de Conduta

74. Desde 2017, os DPC do Banco Mundial para obras civis e consultores de supervisão adquiridos sob Licitação Competitiva Internacional (LCI) exigem que os trabalhadores assinem um CC como uma medida de mitigação de primeira linha (ver Anexo 1). O CC esclarece a missão, os valores e princípios de uma organização, ligando-os a normas de conduta profissional.<sup>31</sup> O CC articula os valores que a organização deseja promover em líderes e funcionários e, ao fazê-lo, define o comportamento desejado. Consequentemente, um CC escrito pode se tornar uma referência contra a qual o desempenho individual e institucional pode ser medido. **Os requisitos de DPC para CC prevê disposições para abordar a VG, particularmente a exploração e abuso, e contêm proibições contra a atividade sexual com menores de 18 anos. Convicções erradas em relação à idade e ao consentimento da criança não constituem defesa para o envolvimento em atividade sexual com menores.**
75. Como mencionado anteriormente, o CC está associado a um plano de ação em VG, em que consta um “Quadro de Responsabilização e Resposta” que descreve como as reclamações serão tratadas, em que prazo e a gama de possíveis consequências para os autores de VG, para que o CC possa ser implementado de forma eficaz (ver Anexo 1).
76. O Banco Mundial não endossa um “modelo” de CC para projetos. Os DPC fornecem orientações sobre o conteúdo mínimo das questões a serem abordadas no CC. Os licitantes também são obrigados a descrever os esquemas de implementação do CC. Conforme observado no Anexo 1, alguns projetos em ambientes de baixa capacidade trabalharam com o órgão de implementação (OI) para desenvolver o CC do OI, que é usado como o padrão mínimo aceitável para os licitantes em suas submissões. Este CC do OI pode ser usado pelos licitantes, caso não tenham seu próprio. O [grupo temático de VG](#) compilou amostras de CC de várias organizações de todo o mundo que podem ser usados como documentos de referência na prestação dos CC pelos órgãos de implementação ou para avaliar os CC dos prestadores de serviços.
77. Um elemento chave do CC são as sanções que poderão ser aplicadas, caso se confirme que um empregado cometeu VG. As sanções precisam ser proporcionais à transgressão. Antes de impor sanções, em face de contestação verossímil do suposto incumprimento do CC por parte do trabalhador, o empregador deve colocá-lo em licença administrativa enquanto aguarda uma revisão completa e justa a fim de determinar a veracidade dessa alegação. Alguns exemplos de possíveis sanções baseadas nos projetos de transporte das Ilhas do Pacífico são:
  - Advertência informal;
  - Advertência formal;
  - Treinamento adicional;

---

<sup>31</sup> <http://www.ethics.org/resources/free-toolkit/code-of-conduct>.

- Perda de até uma semana de salário;
- Suspensão do emprego (seja licença administrativa como descrito acima ou sem pagamento de salário), por um período mínimo de 1 mês até um máximo de 6 meses;
- Demissão do emprego; e/ou,
- Encaminhamento para a polícia ou outras autoridades, conforme necessário.

#### 4.4 PGAS da empresa contratada

78. Conforme observado na Seção 3, os documentos de salvaguarda do cliente devem identificar o risco de VG e propor medidas de mitigação – em particular por meio do PGAS do projeto. O **PGAS do projeto é geralmente a base para o C-PGAS**, que é o plano preparado pela empresa contratada que delinea especificamente como as atividades de obras civis serão implementadas de acordo com os requisitos do PGAS do projeto e com o contrato.<sup>32</sup> O C-PGAS, portanto, é um instrumento fundamental para assegurar a supervisão e gestão dos riscos de VG.
79. O Anexo 5 mostra como um C-PGAS eficaz é essencial para abordar os riscos de VG durante a implementação. Contratualmente, a empresa contratada deve seguir o C-PGAS, razão pela qual é importante que o C-PGAS seja baseado nos resultados e nas medidas propostas identificadas na ASA e PGAS do projeto. Para os poucos casos de financiamento de projetos de investimentos em infraestrutura que não possuem PGAS e C-PGAS, seria necessário encontrar uma modalidade alternativa.
80. A divulgação pública e consultas sobre o C-PGAS – particularmente no que diz respeito à mitigação do risco de VG – é benéfica (mas não obrigatória), pois garante que as comunidades locais estejam cientes das ações específicas propostas para lidar com os riscos. O ideal seria que o contrato de empreitada exigisse que a empresa contratada participe das consultas, arcando com os respectivos custos, pois elas estão relacionadas aos trabalhos do projeto.

#### 4.5 Treinamento em VG para empresas contratadas, consultores e clientes

81. O treinamento e sensibilização dos trabalhadores são essenciais para abordar a VG de forma apropriada. Este esforço deve envolver as empresas de construção contratadas (incluindo subcontratados e fornecedores), consultores de supervisão, outros consultores que podem ter uma presença nas comunidades adjacentes ao projeto – bem como os órgãos de implementação. Os projetos podem procurar integrar módulos de treinamento que incorporem a VG nas reuniões regulares de segurança, treinamentos oficiais e/ou esforços de treinamento autônomo sobre Saúde e Segurança Ocupacional (SSO) com trabalhadores. Vincular o currículo a agentes externos ao projeto, como profissionais do setor de saúde e educação, também pode ser útil. O treinamento em VG deve ser abrangente e proporcional ao risco de VG. A modalidade, frequência e conteúdo do treinamento devem ser detalhados no plano de ação em VG.
82. O treinamento deve conter, no mínimo, o seguinte:
- O tipo de VG, particularmente EAS e AS, e como o projeto pode exacerbar os riscos da VG;
  - Papéis e responsabilidades dos agentes envolvidos no projeto (as normas de conduta para o pessoal relacionado ao projeto captadas nos CC);
  - Mecanismo de denúncia de incidentes de VG, estruturas de responsabilização e procedimentos de encaminhamento dentro dos órgãos e para os membros da comunidade relatarem casos relacionados à equipe do projeto;
  - Serviços disponíveis para sobreviventes de VG; e,
  - Atividades de acompanhamento para reforçar o conteúdo do treinamento.

---

<sup>32</sup> Como parte da proposta, a empresa envia estratégias de gestão, planos de implementação e um CC. A empresa contratada também submete, de forma contínua, para aprovação prévia do Engenheiro, estratégias de gestão e planos de implementação complementares, conforme seja necessário para a gestão dos riscos e impactos de SASS das obras em andamento. São estas estratégias de gestão e planos de implementação que formam coletivamente o C-PGAS.

83. O treinamento e conscientização constituem um passo importante em direção à mudança de comportamento. À medida que os projetos são implementados, o treinamento sobre a VG deve ser disponibilizado para as comunidades afetadas pelo projeto para que possam saber mais sobre o papel e responsabilidades dos agentes envolvidos no projeto, processos para relatar incidentes de VG relacionados ao projeto e as estruturas de responsabilização correspondentes. O treinamento das comunidades afetadas pelo projeto e dos implementadores do projeto permite que todas as partes interessadas compreendam os riscos de VG, assim como medidas apropriadas de mitigação e resposta, colocando a todos em sintonia.
84. O treinamento dos órgãos de implementação também ajudará a entender melhor o potencial de VG que pode ser exacerbado no contexto de um projeto. Um exemplo de treinamento realizado pelo Banco Mundial com clientes no Uganda, bem como outras recomendações sobre treinamento e exemplos de vários projetos, pode ser encontrado no Anexo 9.

## 4.6 Mecanismos de Queixas

85. Todos os projetos de investimento financiados pelo Banco Mundial são obrigados a ter um Mecanismo de Queixas. Para abordar os riscos de VG de forma apropriada, é necessário que o MQ esteja em vigor antes da mobilização dos prestadores de serviços. Embora muitos projetos tenham tradicionalmente considerado o MQ apenas no contexto do reassentamento, como descrito no Anexo 7, o QAS do Banco Mundial exige que o financiamento de projetos de investimento tenha um “mecanismo de queixa proporcional aos riscos e impactos do projeto”. Isto **deve se aplicar a todos os aspectos do projeto**.<sup>33</sup> Quaisquer MQ paralelos operados por empresas contratadas e consultores devem conter processos para que as queixas sejam encaminhadas ao MQ do projeto, a fim de garantir que um entendimento preciso das queixas contra o projeto está sempre disponível.
86. No caso de queixas de VG – e particularmente de EAS e AS – existem riscos de estigma, rejeição e represálias contra sobreviventes. Isso cria e reforça uma cultura de silêncio, que faz com que os sobreviventes possam ser reticentes em abordar o projeto diretamente. O MQ precisa, portanto, ter múltiplos canais através dos quais as queixas possam ser registradas de maneira segura e confidencial (ver Anexo 7). Considerações específicas de MQ para a abordagem da VG são:
- O MQ é normalmente operado pelo órgão de implementação ou pela UGP em nome desse órgão. Quando houver projetos com risco substancial ou alto de VG, deve-se considerar um sistema de MQ para VG separado, possivelmente executado por um prestador de serviços de VG – com *feedback* para o MQ do projeto semelhante ao dos MQ paralelos de empresas contratadas e consultores. O Anexo 7 apresenta uma discussão adicional sobre os prós e contras de abordar a VG através do sistema MQ geral do projeto, em oposição a um MQ para VG paralelo e independente. Os operadores de MQ devem receber treinamento para que possam acolher os casos de VG de forma confidencial e empática (sem julgamento). Consulte o Anexo 2 para mais detalhes.
  - Os projetos devem ter vários canais para queixas, e estes devem ser confiáveis para aqueles que precisam usá-los. As consultas à comunidade podem ser um mecanismo para identificar canais eficazes (por exemplo, organizações comunitárias locais, prestadores de saúde, etc.).
  - Nenhuma informação identificável sobre sobreviventes deve ser armazenada no MQ.
  - O MQ **não** deve solicitar ou registrar informações sobre mais do que três aspectos relacionados ao incidente de VG:
    - A natureza da queixa (o que o reclamante diz com suas próprias palavras sem questionamento direto);
    - Se, salvo melhor juízo e convicção, o autor estava associado ao projeto; e,
    - Se possível, a idade e sexo do sobrevivente.
  - O MQ deve ajudar as sobreviventes de VG, encaminhando-os para apoio de prestadores de serviços de VG após receber diretamente uma queixa diretamente de um sobrevivente. Isso será possível porque uma lista

---

<sup>33</sup> A NAS 10 observa que o mesmo MRQ pode ser usado para aquisição e reassentamento de terras (NAS 5) e Povos Indígenas (NAS 7), mas recomenda um mecanismo separado para os trabalhadores do projeto no âmbito da NAS 2.

de prestadores de serviços já estará disponível antes do início das obras como parte do exercício de mapeamento.

- As informações no MQ devem ser confidenciais, especialmente quando relacionadas à identidade do reclamante. Para VG, o MQ deve servir principalmente para: i) **encaminhar** reclamantes para o prestador de serviços de VG; e ii) **registrar** a resolução da queixa (ver Capítulo 5).

87. **Partilha de dados:** O prestador de serviços de VG terá seu próprio processo de gestão de casos, que será usado para reunir os dados detalhados necessários para apoiar o reclamante e facilitar a resolução do caso referido pelo operador do MQ. O prestador de serviços de VG deve entrar em um protocolo de partilha de informações com o operador de MQ para encerrar o caso. Essas informações não devem ir além da resolução do incidente, a data em que o incidente foi resolvido e que o caso está encerrado, conforme descrito no Capítulo 5. Os prestadores de serviços não têm obrigação de fornecer dados do caso a ninguém sem o consentimento do sobrevivente. Se o sobrevivente consentir em partilhar os dados do caso, o prestador de serviços poderá partilhar informações quando e se isso for seguro, o que significa que a partilha de dados não colocará o sobrevivente ou o prestador de serviços em risco de sofrer mais violência. Para mais informações sobre a partilha de dados de VG, consulte: <http://www.gbvim.com/gbvims-tools/isp/>.
88. Os custos de operação do MQ são geralmente modestos e devem ser financiados pelo projeto como parte dos custos gerais de gestão do projeto.<sup>34</sup>
89. O MQ deve ter processos para notificar imediatamente o órgão de implementação e o Banco Mundial sobre qualquer queixa de VG com o consentimento do sobrevivente. Para o protocolo de relatório do Banco Mundial, consulte as Ferramentas de Resposta a Incidentes de Salvaguardas.

#### 4.7 Monitorização e Relato

90. É essencial que o projeto monitore as atividades de VG. O processo de monitorização e relato desempenha um papel fundamental na avaliação da eficácia das medidas de mitigação. Como parte do processo, os indicadores precisam ser selecionados para inclusão no Quadro de Resultados do projeto.

#### Indicadores do Quadro de Resultados

91. O quadro de resultados do projeto deve conter indicadores relacionados a: i) as atividades de VG no projeto; e, ii) o MQ.
92. Os indicadores de VG podem incluir:
- Implementação bem sucedida do plano de ação de VG acordado (S/N);
  - Número de cursos de formação relacionados com a VG realizados;
  - Percentagem de trabalhadores que assinaram um CC; e/ou,
  - Porcentagem de trabalhadores que participaram do treinamento de CC.
93. **Indicadores de MQ:** Para medir a eficácia do MQ, a publicação de estatísticas sobre a resolução de queixas de acordo com as recomendações da IDA sobre [Envolvimento do Cidadão](#) deve ser seguida. Além disso, o seguinte indicador poderia ser considerado para medir a eficácia do MQ no tratamento de queixas relacionadas à VG “Número de queixas de VG que foram encaminhadas para os prestadores de serviços de VG”.<sup>35</sup> Outro indicador de deveria ser monitorado é o tempo que levou para resolver a queixa relacionada à VG.

---

<sup>34</sup> A operação do MRQ não abrange o custo de resolver queixas de VG (por exemplo, serviços de apoio a sobreviventes), que, dependendo do nível de risco e do mecanismo em vigor, podem ser mais caros.

<sup>35</sup> Este não é um dos indicadores recomendados de “Envolvimento do Cidadão” conforme a Nota de Orientação sobre Quadro de Resultados e Monitorização e Avaliação, mas é um importante indicador de MRQ na monitorização da VG no projeto e na identificação de quaisquer mudanças no perfil de risco de VG do projeto.

94. Os projetos têm um papel importante a desempenhar no que diz respeito a espaços seguros para mulheres e crianças relatarem suas experiências de violência. Deve-se notar que o aumento no número de casos relatados não significa necessariamente que os incidentes de VG aumentaram, mas provavelmente refletem mecanismos aprimorados para o relato seguro e confidencial e maior interesse em acessar serviços de apoio de VG. A **Tabela 2** propõe mecanismos de informação para a monitorização da VG. Deve-se enfatizar que qualquer relatório produzido não deve conter informações identificáveis sobre casos individuais. É essencial que a confidencialidade e a segurança dos sobreviventes da VG sejam protegidas.

Tabela 2: Proposta de Relato sobre VG durante Implementação

Quem	A quem	O que	Quando	Objetivo
<b>Operador do MQ</b>	OI (e OI para fornecer ao BM)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relatórios de incidentes de VG com três dados principais:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>Natureza do caso;</li> <li>Relacionado ao projeto (S/N); e,</li> <li>Idade e/ou sexo (se disponível).</li> </ul> </li> </ul>	Assim que se tornar conhecido	<p>Para OI monitorar a resposta</p> <p>Para o BM informar à administração de acordo com as FRIS.</p>
<b>Prestador de serviços de VG (Contratado para o projeto)</b>	Consultor de OI e Supervisão	<p>Agregar dados sobre o número de caso:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Número de casos de VG encaminhados pelo MQ, desagregados por adulto/criança e por sexo;</li> <li>O número de casos em abertos e o tempo médio que estão em abertos;</li> <li>O número de casos encerrados e o tempo médio que ficaram em abertos.</li> </ul>	Mensalmente	Assegurar a responsabilização do prestador de serviços de VG, especialmente recursos financeiros estiverem sendo oferecido para apoio de sobreviventes
<b>Consultor de Supervisão</b>	OI	<ul style="list-style-type: none"> <li>Situação de implementação do plano de ação de VG do projeto;</li> <li>Os indicadores acordados de VG do projeto, por exemplo:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação bem sucedida do plano de ação de VG acordado (S/N);</li> <li>Número de cursos de formação relacionados com a VG realizados;</li> <li>Percentagem de trabalhadores que assinaram um CC; e/ou</li> <li>Percentagem de trabalhadores que participaram do treinamento de CC.</li> </ul> </li> <li>Que o MQ está funcionando corretamente para receber e resolver queixas;</li> <li>Os indicadores do MQ;</li> <li>Que um mecanismo apropriado para resolver queixas de VG está estabelecido e funcional.</li> </ul>	Mensalmente	Parte da obrigação de supervisão geral do engenheiro é monitorizar as atividades do dia a dia e a implementação do CC do projeto
<b>Órgão de Implementação</b>	BM	<ul style="list-style-type: none"> <li>Indicadores de VG do projeto; e,</li> <li>Indicadores do MQ (conforme fornecidos pelo Consultor de Supervisão)</li> </ul>	Segundo os acordos legais do projeto	De acordo com a prática padrão de Relato do Quadro de Resultados
<b>MPT (se aplicável)</b>	OI (e AI para fornecer ao BM)	<ul style="list-style-type: none"> <li>A implementação do plano de ação de VG;</li> <li>O funcionamento de um mecanismo apropriado para resolver e resolver queixas de VG;</li> <li>O funcionamento do prestador de serviços de VG; e,</li> <li>O funcionamento do MQ e o status dos indicadores de MQ relacionados à VG.</li> </ul>	Trimestralmente	Parte das obrigações gerais do MPT da implementação do CC.

95. **Memorandos:** Os memorandos devem incluir os dados fornecidos pela OI por intermédio do consultor de supervisão, bem como qualquer informação de MPT/AVI.



96. **Relatórios sobre a situação de implementação (RSI):** Os RSI devem incluir atualizações sobre o status das atividades de VG no projeto, bem como sobre os indicadores no Quadro de Resultados.

#### 4.8 Envolvimento das Partes Interessadas

97. Conforme observado no Capítulo 3, as consultas com comunidades locais nas comunidades adjacentes ao projeto **precisam ser contínuas ao longo do projeto**. Essas consultas regulares devem fornecer oportunidades para compartilhar informações com as comunidades sobre os riscos relacionados ao projeto e as medidas de resposta e relato, a fim de identificar quaisquer problemas que possam surgir em relação à VG. Isso significa que as consultas devem estar centradas especificamente nas mulheres, crianças e outros grupos em risco – cada um dos quais pode exigir abordagens diferentes para permitir um espaço seguro para discussão.

#### 4.9 Supervisão e Acompanhamento

98. Empresas contratadas em projetos de obras civis são normalmente supervisionadas por uma firma de consultoria em favor do órgão de implementação. Um dos principais desafios de muitos projetos é que a supervisão e acompanhamento das atividades de VG durante as obras civis são inadequados. Esta seção descreve atividades que podem ser incorporadas ao projeto para tornar a supervisão e o acompanhamento mais proativos.

#### Modalidades de Supervisão

99. A supervisão e o acompanhamento eficazes dos esforços de prevenção e mitigação da VG do projeto são essenciais e devem, portanto, ser cuidadosamente considerados durante a preparação do projeto. Como demonstrado na **Figura 5**, a supervisão eficaz requer a atuação de vários indivíduos, e outros podem ser necessários em projetos de risco mais alto. Todas as entidades envolvidas – consultores de supervisão, o órgão de implementação, entidades de supervisão independentes e outras, como comitês de direção e a sociedade civil – devem ter papéis e responsabilidades claros durante a implementação do projeto. Todos os envolvidos nas atividades de VG devem ter formação e competências apropriadas para as tarefas que lhes são atribuídas.

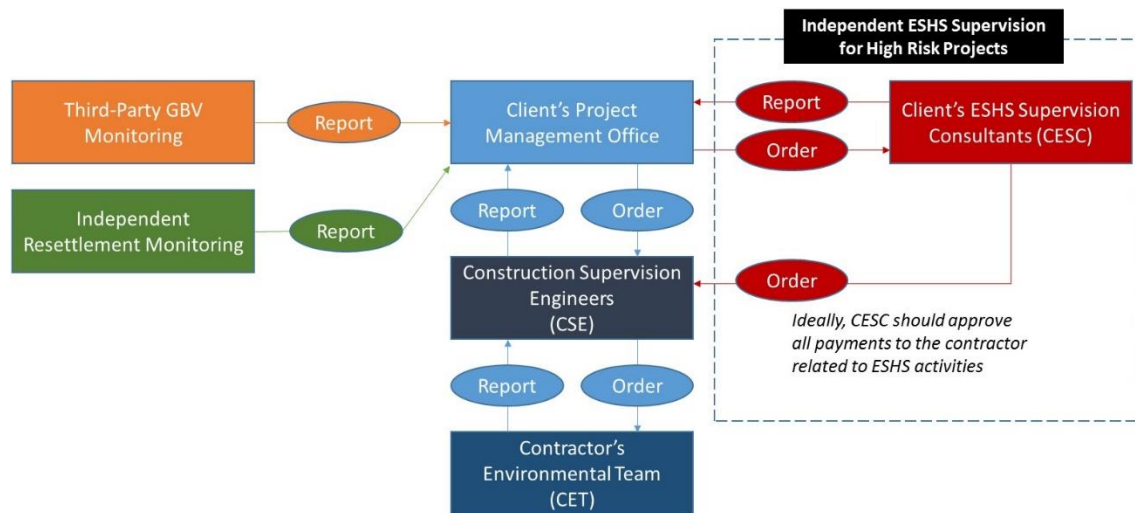


Figura 5. Opções de supervisão e acompanhamento para projetos de alto risco baseadas no Projeto China Hubei Yiba Highway

#### Consultores de Supervisão

100. Os termos de referência para os consultores de supervisão precisam delinear claramente as expectativas de seu papel em assegurar que os riscos de VG e as medidas de mitigação estejam refletidos devidamente no C-PGAS e que sejam implementadas. É fundamental que o consultor de supervisão conte com especialistas sociais e ambientais

devidamente qualificados. Além disso, para projetos de risco moderado, substancial e alto, os consultores precisam demonstrar que têm a capacidade adequada para assumir responsabilidades relacionadas à VG, tais como supervisionar a assinatura do CC, verificar que o MQ para VG esteja em funcionamento para o encaminhamento de casos de VG quando necessário e trabalhar com prestadores de serviços de VG e pontos de entrada na prestação de serviços (conforme necessário) para aumentar a conscientização sobre o MQ. Eles também desempenham uma função na resolução de queixas de VG feitas ao MQ, não apenas para o projeto, mas também para assegurar a aplicação de sanções aos seus próprios funcionários.

101. Para projetos com risco substancial e alto de VG, é prudente exigir inspeções trimestrais para monitorizar a implementação de medidas de mitigação de VG. Recomenda-se que as inspeções incluam: i) o engenheiro residente do consultor de supervisão, o responsável pela supervisão diária da empresa contratada; ii) o especialista em VG do consultor de supervisão; e, iii) o especialista em VG dos órgãos de implementação. A presença de especialistas em VG do órgão de implementação – que podem ser os especialistas sociais do projeto – ajudará o engenheiro residente a cumprir as normas de VG necessárias e todos os especialistas para verificar se os relatórios de salvaguarda do projeto refletem adequadamente a situação real em relação à mitigação dos riscos de VG.

### Pessoal do Órgão de Implementação

102. Recomenda-se que o órgão de implementação tenha especialistas ambientais e sociais apropriados disponíveis. Sem eles, será muito difícil gerir os riscos SASS do projeto, especialmente relacionados à VG. Para projetos com risco substancial ou alto de VG, recomenda-se que o órgão de implementação tenha um especialista em VG como parte da equipe de salvaguardas a fim de garantir que as atividades e serviços relacionados à VG sejam realizados de acordo com a qualidade global e diretrizes éticas.

### Monitorização Independente de VG

103. Se houver um alto risco de VG em um projeto, recomenda-se a **monitorização de GV por terceiros (MPT)**. O MT ou AVI é a organização encarregada de monitorizar e prestar informações de forma independente sobre a eficácia da implementação do plano de ação VG para prevenir e mitigar os riscos de VG associados ao projeto<sup>36</sup>. A função do MPT/AVI **não é rastrear, investigar ou acompanhar casos individuais de VG** – essa é a função do prestador de serviços de VG, que também assegura a confidencialidade do sobrevivente. O MPT/AVI tem uma função de supervisão de nível mais alto para confirmar que todos os agentes que atuam no projeto, como o Prestador de Serviços de VG e os pontos focais ou comitês designados para abordar e resolver queixas de VG, estão implementando o Plano de Ação para a VG. O MPT/AVI verifica a implementação e funcionamento das disposições para prevenir e responder à VG, e também pode fornecer aviso antecipado quanto aos problemas que possam surgir.

104. A seleção do MPT/AVI deve basear-se no contexto, âmbito e realidade do projeto no local, podendo ser uma organização da sociedade civil, ONG internacional ou local, parceiro acadêmico, empresa do setor privado ou mecanismo de resolução de disputas. O MPT/AVI deverá ter experiência em VG, para que parte do monitorização possa ser usada para avaliar a qualidade das ações realizadas. Deve também apresentar relatórios regulares (no mínimo trimestralmente) diretamente para o órgão de implementação, que deve remetê-los à equipe do projeto.

---

<sup>36</sup> O MPT envolve normalmente a verificação de resultados por uma entidade remunerada para este fim por fonte de financiamento externa à cadeia de beneficiários ou estrutura de gestão direta do projeto ou programa, ao passo que o AVI desempenha um papel de verificação semelhante, mas pode ser contratado usando o financiamento do projeto. Muitos referem-se ao AVI como MPT, como no Relatório do Grupo de Trabalho sobre VG de 2017.

## 5. Responder a Incidentes de VG

### 5.1 Uma abordagem centrada no sobrevivente

105. A melhor prática global reconhece que é essencial responder adequadamente à queixa de sobreviventes, respeitando as suas escolhas. Isso significa que os direitos, necessidades e desejos do sobrevivente são priorizados em todas as decisões relacionadas ao incidente. O sobrevivente da VG, particularmente de exploração e abuso sexual e de assédio sexual, que tem a coragem de denunciar, deve sempre ser tratado com dignidade e respeito. Todos os esforços devem ser feitos para proteger a sua segurança e bem-estar, e toda ação deve ser sempre tomada com o seu consentimento informado. Essas medidas servem para minimizar o potencial de trauma e mais violência contra o sobrevivente.
106. A **confidencialidade** é essencial em todo o processo. Caso contrário, o sobrevivente corre o risco de retaliação e perda de segurança.
107. Se o suposto autor for um empregado da empresa contratada, consultor ou órgão de implementação, com o intuito de proteger a segurança do sobrevivente e do local de trabalho em geral, o órgão de implementação, empresa contratada ou consultor, em consulta com sobrevivente – e com o apoio do prestador de serviços em VG – deve avaliar o risco de abuso contínuo para o sobrevivente e no local de trabalho. Ajustes razoáveis devem ser feitos no horário de trabalho e no ambiente de trabalho do suposto autor – em vez do sobrevivente – conforme necessário. O empregador deve providenciar licença adequada a sobreviventes que procurem por esses serviços, após sofrerem violência.

### 5.2 Prestadores de serviços em VG

108. Conforme observado no Capítulo 3 e no Anexo 6, uma das formas mais eficazes de abordar os riscos e incidências de VG é através do trabalho com os prestadores de serviços em VG e organizações comunitárias que possam suportar o projeto em qualquer caso de VG que pode estar relacionado ao projeto, ao mesmo tempo em que trabalha de forma proativa para impedir esses casos.
109. **Identificação de prestadores de serviço em VG:** Recomenda-se que todos os projetos identifiquem prestadores de serviços de VG – antes da avaliação preliminar do projeto – independentemente do nível de risco. A razão para isso é que incidentes de VG podem surgir em qualquer projeto, e é necessário ter os mecanismos de resposta apropriados em vigor. O mapeamento de agentes de prevenção e resposta à VG em uma dada comunidade pode já existir, particularmente em situações humanitárias. Onde não houver conhecimento local sobre prestadores de serviços de prevenção e resposta, ou este for insuficiente, o ideal será a Unidade de Gestão de País (UGP) realizar um exercício de mapeamento por meio de uma abordagem de portfólio que identifique prestadores de serviços em VG qualificados, ONGs e organizações comunitárias nas comunidades adjacentes do projeto. Na falta disso, as equipes dos projetos também podem realizar o exercício. Em todos os casos, o mapeamento dos prestadores de serviços em VG deve ser verificado durante a preparação do projeto, pois o financiamento para a provisão de serviços em VG é escasso e pode mudar o cenário de prestação de serviços em uma questão de meses. Se tal organização não existir na área do projeto, prestadores de serviços de outras áreas (nacionais ou internacionais) que atendam aos padrões internacionais serão recomendados. Alternativamente, se isso não for possível, a equipe do projeto, em consulta com os especialistas em VG e/ou de saúde, deverá avaliar se existe a possibilidade no projeto de financiar um programa de desenvolvimento de capacidades para fornecer apoio apropriado à VG. Isso precisará ser cuidadosamente planejado e considerado.<sup>37</sup>
110. **Financiamento de prestadores de serviços em VG:** Em projetos de risco substancial ou alto em áreas remotas, onde os esquemas existentes ainda não estão em vigor para cobrir os custos dos prestadores de serviços em VG, pode ser prudente a contratação pelo órgão implementador de um ou mais prestadores de serviços em VG para fornecer serviços específicos (normalmente com o uso de procedimentos de empréstimo/crédito/subvenção). Essa medida facilita o processo de assegurar que todo sobrevivente receba o apoio necessário. **Nenhuma compensação**

---

<sup>37</sup> Um exemplo disso é o Projeto de Investimento em Aviação de Tuvalu, em que uma atividade foi inserida no âmbito do terceiro Financiamento Adicional para estabelecer serviços de apoio para sobreviventes da VG, pois tais serviços não estavam disponíveis em Tuvalu. Em razão disso, o Centro de Crise das Mulheres de Fiji realizou atividades de treinamento e capacitação financiadas pelo projeto.

**monetária deve ser dada diretamente ao sobrevivente. Todos os serviços de apoio e os requisitos de transporte, alojamento e apoio que o acompanham (dinheiro para documentação oficial ou recolha de provas forenses) são pagos por intermédio do prestador de serviços.**

111. Se financiado pelo projeto, o prestador de serviços em VG deve documentar o nível de apoio prestado ao sobrevivente, incluindo encaminhamento a outros prestadores de serviços. Além dos principais dados agregados não identificáveis (por exemplo, natureza do caso, relacionados ao projeto e, se disponíveis, idade e sexo), dados referentes ao caso nunca devem ser solicitados aos prestadores de serviços. Na situação excepcional em que os prestadores de serviços precisem partilhar mais detalhes com uma parte externa, isso deve ser feito com a permissão do sobrevivente. O sobrevivente deverá dar consentimento para a partilha de dados e saber quais dados serão partilhados, com quem e com que propósito. Para mais informações sobre a partilha de informações sobre VG, consulte: <http://www.gbvims.com/gbvims-tools/isp/>.

112. É importante que o prestador de serviços em VG compreenda suas obrigações legais, os limites legais de confidencialidade, bem como seus códigos profissionais de prática, especialmente quando se trata de reportar casos de VG à polícia. A OMS não recomenda a notificação obrigatória de VG à polícia<sup>38</sup>, mas se a legislação de um país assim o exigir, o prestador de serviços em VG deverá informar esta obrigação, bem como quaisquer outras restrições de confidencialidade, ao órgão de implementação e potencial sobrevivente.

### 5.3 Lidar com queixas de VG

113. Todos os projetos precisam ter uma estrutura para lidar adequadamente com alegações de VG. Pelo menos três elementos principais estão envolvidos no tratamento das alegações de VG: i) o operador do MQ; ii) o prestador de serviços em VG e iii) o representante do órgão de implementação AI. É, portanto, essencial que, antes de receberem queixas de VG, todos os projetos identifiquem claramente quem especificamente será responsável por lidar com a queixa: quem irá avaliar a natureza da queixa, a punição apropriada a ser aplicada ao autor, verificar se o sobrevivente recebeu apoio e se foram impostas sanções, etc. As equipes devem observar que as modalidades existentes para relatar queixas podem não ser apropriadas para permitir a notificação ou lidar com as sensibilidades associadas à VG. As equipes podem, portanto, precisar identificar canais alternativos para isso, como, por exemplo, o prestador de serviços em VG.

114. O órgão de implementação deve estabelecer um mecanismo de relato e resposta para resolver casos de VG. Embora o processo de resolução e as pessoas envolvidas possam variar, o principal princípio orientador do processo de resolução deve ser o de garantir a total confidencialidade do sobrevivente, uma abordagem centrada no sobrevivente, uma resolução rápida e que o processo delineado no 'quadro de relato e resposta' acordado seja aplicado. Toda a pessoa envolvida no processo de resolução deve ser especificamente treinada para tratar e resolver queixas relacionadas à VG e, sempre que possível, um ponto focal dedicado do prestador de serviços em VG deve fazer parte do processo de resolução. Um exemplo de mecanismo de resolução aplicado no Projeto de Investimento em Aviação de Vanuatu (PIAV) pode ser encontrado no Anexo 7.

115. O processo de tratamento de queixas normalmente seria feito nas seguintes linhas (ver Anexo 7):

- O operador do MQ manterá os relatórios com as alegações de VG confidenciais e, a menos que a reclamação tenha sido recebida pelo prestador de serviços em VG ou outros canais de comunicação identificados, encaminhará o sobrevivente imediatamente para o prestador de serviços em VG.<sup>39</sup>
- Se um caso for primeiro recebido pelo prestador de serviços em VG ou outros canais de comunicação identificados, o relatório será enviado ao operador de VG para garantir que seja registrado no sistema.
- O prestador de serviços em VG fornecerá o apoio necessário ao sobrevivente enquanto for necessário (consulte a Seção 5.4).

<sup>38</sup> Para mais informações, consulte as diretrizes clínicas e de políticas da OMS (2013) Responder à violência de parceiros íntimos e à violência sexual contra mulheres.

<sup>39</sup> Sobreviventes de VG podem precisar de acesso à polícia, justiça, serviços de saúde ou psicossocial, abrigo seguro e meios de subsistência para iniciar a cura de sua experiência de violência. Isso será providenciado pelo prestador de serviços em VG em seu nome e de acordo com seus desejos (consulte a Seção 5.1).

- Se solicitado pelo órgão de implementação, um representante do sobrevivente ligado ao prestador de serviços em VG participará do mecanismo de resolução de VG, inclusive do encaminhamento para a polícia, se necessário. O sobrevivente deve dar o consentimento ao representante do prestador de serviços para participar do mecanismo de resolução de VG em seu nome.
- Como parte do mecanismo de resolução estabelecido, as alegações de VG são consideradas, e um acordo é feito sobre um plano de resolução, bem como sobre medidas corretivas para o autor, tudo dentro do menor prazo possível para evitar mais trauma para o sobrevivente.
- Em consulta com o prestador de serviços em VG, o representante apropriado do órgão de implementação será encarregado de implementar o plano acordado, que deve sempre estar de acordo com a legislação local, o contrato de trabalho e o CC.
- Por intermédio do prestador de serviços em VG, o mecanismo de resolução de queixas de VG informa ao operador do MQ que o caso foi resolvido e que será encerrado no âmbito do MQ.
- O órgão de implementação e o Banco Mundial serão notificados de que o caso está encerrado.

116. Conforme observado anteriormente, o prestador de serviços e os representantes do órgão de implementação envolvidos na resolução do caso de VG precisam entender suas obrigações legais no que diz respeito ao relato de casos de VG à polícia. A denúncia deve ser feita de acordo com a lei, especialmente nos casos que exigirem relatos obrigatórios de certos tipos de incidentes de VG, como abuso sexual de menores. Quando não houver obrigação legal de reportar o caso de acordo com a lei local, os sobreviventes podem decidir se desejam relatar o caso ao MQ para resolução, e a outros prestadores de serviços, sendo que isso só poderá ser feito com o consentimento do sobrevivente.

#### 5.4 Garantir o apoio adequado a sobreviventes

117. O apoio dado aos sobreviventes por intermédio dos prestadores de serviços VG deve incluir: i) saúde; ii) psicossocial; e iii) apoio jurídico. Os serviços devem seguir normas e diretrizes globais.<sup>40</sup>

118. Todo sobrevivente que relatar a VG por um mecanismo de denúncias em um projeto de investimento financiado pelo Banco Mundial deve receber atendimento, independentemente de o autor estar ou não associado ao projeto. Isto se dá porque:

- Muitas vezes, pode ser que não se saibam detalhes sobre o autor no momento em que os serviços de apoio começam e, uma vez iniciados, o sobrevivente deve poder continuar a ter acesso aos cuidados.
- O aumento das atividades de sensibilização à VG vinculadas a projetos financiados pelo Banco nas comunidades contíguas do projeto pode levar sobreviventes das comunidades a buscar serviços por meio do projeto, independentemente de o autor estar ou não vinculado ao projeto.<sup>41</sup>

119. No que diz respeito ao apoio dado ao sobrevivente pelo prestador de serviços em VG, de acordo com a abordagem centrada no sobrevivente, o caso somente será encerrado quando o sobrevivente não necessitar mais de apoio.

#### 5.5 Informar a Administração

120. O Banco Mundial introduziu recentemente as "Ferramentas de Resposta a Incidentes de Salvaguardas" (FRIS) para descrever os procedimentos para que os funcionários do Banco Mundial relatem incidentes negativos de salvaguardas em um FPI. O FRIS descreve os requisitos para relatar casos de VG e possui um protocolo que define incidentes usando três categorias. Eventos "indicativos" são abordados pela equipe do projeto com notificação ao

<sup>40</sup> Normas de qualidade para atendimento médico podem ser encontradas em:

<http://www.who.int/reproductivehealth/publications/post-violence-care-in-health-facilities/en/> Outras normas de serviço podem ser encontradas em: [https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/GBVIE.Minimum.Standards.Publication.FINAL\\_.ENG\\_.pdf](https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/GBVIE.Minimum.Standards.Publication.FINAL_.ENG_.pdf)

<sup>41</sup> Embora alguns tenham expressado preocupações de que os projetos possam gerar denúncias de VG, a experiência mostra que o número de denúncias de VG é normalmente baixa em todo o mundo. Embora um terço das mulheres sofra violência por um parceiro íntimo ou violência sexual por um estranho, apenas 7% das mulheres e meninas vítimas de VG relata o incidente a uma fonte formal (variações regionais incluem 2% na Índia e no leste da Ásia até 14% na América Latina e no Caribe).

Gerente de Prática e ao Coordenador Regional de Salvaguardas (CRS). Eventos “sérios” precisam ser levados pela equipe do projeto ao Gerente/Diretor do País, Gerente de Práticas Globais, Gerentes e Diretores de Práticas Ambientais e Sociais, Líderes de Programas Relevantes, Jurídico, Relações Externas e Corporativas (REC), Conselheiro Regional de Salvaguardas do CRS e Diretor de Normas Ambientais e Sociais (DNAS). (veja FRIS Figura 2 - Tabela de Comunicação de Eventos). Finalmente, em um evento “grave”, a equipe do projeto notifica imediatamente a UGP (Gerente do País/Diretor do País). O DP informa o VPR, VP SD e/ou outro VP da rede, se apropriado, copiando o Gerente de Prática (GP) para Práticas Gerais, Diretor e Diretor Sênior, RSA, DNAS, Gerentes de prática Ambiental e de Segurança (A&S) e Diretores e Diretores Sênior, LEGEN (com cc para o Advogado do País), especialistas em A&S, CRS e REC.

121. As informações necessárias para relatar casos de VF de maneira significativa à administração devem ser provenientes da monitorização de casos de VG no MQ e da revisão regular da relato do consultor de supervisão. Conforme observado na Seção 4.8, as equipes dos projetos devem incluir dados importantes sobre VG nos memorandos e RSI.

## 5.6 Resolver e Encerrar um Caso

122. Existem dois elementos relacionados à resolução e encerramento de casos de VG:

- O sistema interno do projeto, no qual o caso é encaminhado ao prestador de serviços em VG para apoio a sobreviventes e, por meio do mecanismo de resolução de VG estabelecido, são tomadas ações apropriadas contra os autores; e,
- O apoio que o sobrevivente recebe do prestador de serviços em VG.

123. Conforme descrito anteriormente, quando uma queixa é recebida, ela é registrada no MQ do projeto e encaminhada ao prestador de serviços em VG com o consentimento da reclamante. Os prestadores de serviços iniciam o procedimento para apurar responsabilidades, com o consentimento do sobrevivente.

- Se o sobrevivente não quiser fazer uma queixa oficial ao empregador, a queixa será encerrada.
- Se o sobrevivente prosseguir com a queixa, o caso será revisto por meio do mecanismo de resolução de VG estabelecido e um curso de ação é acordado. A parte que emprega o autor (ou seja, a empresa contratada, o consultor ou o órgão de implementação) tomará as medidas disciplinares acordadas de acordo com a legislação local, o contrato de trabalho e o CC. No âmbito do mecanismo de resolução estabelecido, confirma-se que a ação é apropriada e informa-se o MQ que o caso está encerrado.

124. Todos os sobreviventes de VG que se apresentarem antes da data de encerramento do projeto devem ser encaminhados imediatamente ao prestador de serviços em VG para assistência médica, psicossocial e jurídica. Se um projeto for concluído com casos de VG ainda em aberto, antes do encerramento do projeto, devem ser tomadas providências apropriadas juntamente com o prestador de serviços em VG para assegurar a disponibilidade de recursos para apoiar o sobrevivente por um tempo adequado após o encerramento do projeto e, no mínimo, por dois anos a partir do momento em que esse apoio foi iniciado. O financiamento para isso não pode ser fornecido pelo projeto após a data de encerramento, portanto, outras providências precisarão ser tomadas, tais como financiamento pelo mutuário, envolvendo outros projetos dentro da carteira que possam ter objetivos compatíveis e flexibilidade orçamental – ou, em circunstâncias extremas, pode ser necessário adiar a data de encerramento do projeto.

## 6. Referências

World Bank (2011). Stakeholder Consultations in Investment Operations Guidance Note. The World Bank, Washington, D.C. <http://siteresources.worldbank.org/EXTSOCIALDEVELOPMENT/Resources/244362-1164107274725/Consultations-Note.pdf>

World Bank (2014a). Evaluating a Grievance Redress Mechanism. The World Bank, Washington, D.C. <http://documents.worldbank.org/curated/en/431781468158375570/Evaluating-a-grievance-redress-mechanism>

World Bank (2014b). Interventions to Prevent or Reduce Violence Against Women and Girls: A Systematic Review of Reviews. The World Bank, Washington, D.C. <http://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/document/Gender/Arango%20et%20al%202014.%20Interventions%20to%20Prevent%20or%20Reduce%20VAWG%20-%20A%20Systematic%20Review%20of%20Reviews.pdf>

World Bank (2014c). Results Framework and M&E Guidance Note. The World Bank, Washington, D.C. [http://intresources.worldbank.org/INTOPCS/Resources/380831-1360104418611/Guidance\\_Note\\_Results\\_and\\_M&E.pdf](http://intresources.worldbank.org/INTOPCS/Resources/380831-1360104418611/Guidance_Note_Results_and_M&E.pdf)

World Bank (2016a). Managing the Risks of Adverse Impacts on Communities from Temporary Project Induced Labor Influx. The World Bank, Washington, D.C. <http://pubdocs.worldbank.org/en/497851495202591233/Managing-Risk-of-Adverse-impact-from-project-labor-influx.pdf>

World Bank (2016b). The Road to Good Health. The World Bank, Washington, D.C. <http://www.theroadtogoodhealth.org/>

World Bank (2016c). The World Bank Procurement Regulations for IPF Borrowers. The World Bank, Washington, D.C. <https://policies.worldbank.org/sites/ppf3/PPFDocuments/7ab37ad5cb6e4f4c9c07555d23cc0c42.pdf>

World Bank (2017a). Safeguards Incident Reporting Toolkit. Working Draft. Novembro de 2017. Report to the Environment and Natural Resources Global Practice.

World Bank (2017b). Working Together to Prevent Sexual Exploitation and Abuse: Recommendations for World Bank Investment Projects. The World Bank, Washington, D.C. <http://documents.worldbank.org/curated/en/482251502095751999/Working-together-to-prevent-sexual-exploitation-and-abuse-recommendations-for-World-Bank-investment-projects>

World Bank (2018b). The World Bank Environmental and Social Framework. The World Bank, Washington, D.C. <http://pubdocs.worldbank.org/en/837721522762050108/Environmental-and-Social-Framework.pdf#zoom=80>

## Anexo 1: Códigos de Conduta e o Plano de Ação para VG

125. Para construir um sistema de mitigação de riscos de VG, os projetos devem:

- Fazer com que todos os funcionários das empresas contratadas (incluindo subcontratados), consultores de supervisão e outros consultores com atuação na área do projeto assinem os CC;
- Ter um Plano de Ação eficaz para VG para que os trabalhadores entendam as expectativas e políticas de comportamento, bem como o mecanismo de responsabilização e relato. Este Plano de Ação deve incluir treinamento e comunicação. Ele também deve incluir planos para conscientizar a comunidade afetada pelo projeto sobre o CC que o pessoal relacionado ao projeto acaba de assinar; e,
- Como parte do Plano de Ação para VG, definir os protocolos de responsabilização e resposta, que estabelecem os procedimentos para responsabilizar os indivíduos e penalizar funcionários que incumprirem as políticas de VG.

### Códigos de Conduta

126. Tendo em vista que o CC estabelece expectativas de comportamento no âmbito de uma empresa e da comunidade na qual a empresa atua ou trabalha, ele se torna um instrumento para auxiliar na mitigação de riscos relacionados à EAS e à AS. O CC define claramente as obrigações de todo o pessoal do projeto (inclusive subcontratados) em relação a:

- Políticas relacionadas à VG, especificamente a EAS e AS no local de trabalho;
- Cumprimento da legislação trabalhista vigente;
- Normas e regulamentos de conduta para todo o pessoal;
- Um entendimento de que a VG é proibida e todas as transgressões serão punidas;
- O CC deve cobrir o compromisso da empresa e as responsabilidades dos gestores e dos indivíduos em relação à VG e, se possível, outras questões-chave identificadas no ASA/PGAS/C-PGAS, tais como SASS e SSO; e,
- É importante que o CC seja traduzido para o idioma local.

127. Para permitir a disseminação dos princípios estabelecidos no CC e as consequências do seu incumprimento, uma estratégia de conscientização deve ser anexada ao CC como parte do plano de ação para VG. A conscientização das normas de CC deve ser direcionada tanto para o pessoal da empresa quanto para os membros da comunidade afetada pelo projeto.

128. É essencial que o CC seja discutido em consultas públicas e que suas normas sejam publicadas em espaços públicos nos campos de trabalho e áreas de convivência da empresa contratante na língua local (consultar Capítulo 3 sobre Consultas Comunitárias). Também é essencial que isso se estenda além do local específico onde as obras são executadas nas comunidades adjacentes ao projeto mais amplo, conforme definido no ASA/PGAS do projeto, já que as comunidades vizinhas estão em risco de VG, particularmente quando os trabalhadores se deslocam bastante.

129. O consentimento é um elemento crucial de um CC e refere-se à escolha informada que uma pessoa faz de concordar livre e voluntariamente em fazer algo. Os CC utilizados em projetos financiados pelo Banco Mundial devem refletir esses princípios (consulte o Capítulo 2). Nesse contexto, embora não seja necessário que o CC proíba o sexo consensual com alguém de 18 anos ou mais, o CC deve exigir explicitamente que os trabalhadores se comportem de acordo com a legislação nacional.

130. O Banco Mundial não endossa um “modelo” de CC para projetos. De fato, os DPC e os DPL de 2017 do Banco Mundial para Licitação Competitiva Internacional de obras civis e contratos OPRC deixam claro que a expectativa é de que os licitantes já tenham seus próprios CC, ou possam desenvolvê-los para licitações. Isso é refletido no requisito do DPC para Obras, nos termos do qual:



*“O Licitante deverá apresentar seu Código de Conduta que será aplicado ao pessoal da empresa contratada (conforme definido na Subcláusula 1.1.2.7 do mecanismo de queixas), para garantir o cumprimento de suas obrigações ambientais, sociais, de saúde e segurança (SASS) no âmbito do contrato. [Obs.: Preencher e incluir os riscos a serem abordados pelo Código de acordo com a Seção VII - Requisitos da Obra, por exemplo, riscos associados a: afluxo de mão de obra, propagação de doenças transmissíveis, assédio sexual, violência de gênero, exploração e abuso sexual, comportamento ilícito e crime, manutenção de um ambiente seguro, etc.]*

*Além disso, o Licitante deverá detalhar de que maneira este Código de Conduta será implementado, ou seja: como será introduzido nas condições de emprego/envolvimento, que treinamento será fornecido, como será monitorado e como a empresa contratada se propõe a lidar com incumprimentos.*

*“A empresa contratada deverá implementar o Código de Conduta acordado.”*

131. Os DPC descrevem os principais requisitos para o CC do Licitante da seguinte forma:

*“[Um requisito mínimo para o Código de Conduta deve ser estabelecido pela empresa contratada, levando em consideração as questões, impactos e medidas de mitigação identificadas, por exemplo, em:*

- *relatórios de projeto, por exemplo, AIAS/PGAS*
- *quaisquer requisitos específicos de VG/EAS*
- *condições de consentimento/autorização (**condições da autoridade reguladora associadas a quaisquer autorizações ou aprovações para o projeto**)*
- *normas exigidas, incluindo as Diretrizes Ambientais, de Saúde e Segurança do Banco Mundial*
- *convenções, normas ou tratados internacionais relevantes, etc., requisitos e normas nacionais, legais e/ou regulamentares (quando estes representarem padrões mais elevados do que as Diretrizes de SAS do Grupo Banco Mundial)*
- *normas relevantes, por exemplo, Acomodação dos Trabalhadores: Processo e Normas (IFC e BERD)*
- *normas relevantes do setor, por exemplo, acomodação dos trabalhadores*
- *mecanismos de queixas.*

*Os tipos de questões identificadas podem ter riscos associados a: afluxo de mão de obra, propagação de doenças transmissíveis, assédio sexual, violência de gênero, comportamento ilícito e crime e manutenção de um ambiente seguro, etc.]*

*[Alterar as instruções a seguir para o Licitante, levando em conta as considerações acima.]*

*Um código de conduta satisfatório conterá obrigações de todo o pessoal da empresa contratada (incluindo subcontratados e trabalhadores diários) que sejam adequadas para abordar, no mínimo, as questões a seguir. Outras obrigações podem ser acrescentadas para responder a preocupações específicas da região, do local e do setor do projeto ou a requisitos específicos do projeto. O código de conduta deve conter uma declaração de que o termo “criança”/“crianças” significa qualquer pessoa com menos de 18 anos de idade.*

*As questões a serem abordadas são:*

1. *Conformidade com leis, regras e regulamentos aplicáveis*
2. *Conformidade com os requisitos de saúde e segurança aplicáveis para proteger a comunidade local (incluindo grupos vulneráveis e desfavorecidos), o pessoal do empregador e o pessoal da empresa contratada (incluindo o uso de equipamento de proteção individual prescrito, prevenção de acidentes evitáveis e obrigação de relatar condições ou práticas que representam perigo à segurança ou ameaça ao meio ambiente)*
3. *O uso de substâncias ilegais*
4. *Não discriminar ao lidar com a comunidade local (incluindo grupos vulneráveis e desfavorecidos), o pessoal do empregador e o pessoal da empresa contratada (por exemplo, com base no status de família, etnia, raça, gênero, religião, idioma, estado civil, idade, deficiência (física e mental), orientação sexual, identidade de gênero, convicção política ou estado social, cívico ou de saúde)*

5. *Interações com as comunidades locais, membros das comunidades locais e qualquer pessoa afetada (por exemplo, para expressar uma atitude de respeito a sua cultura e tradições)*
6. *Assédio sexual (por exemplo, para proibir o uso de linguagem ou comportamento, em particular voltado para as mulheres e/ou crianças, que seja inadequado, ofensivo, abusivo, sexualmente provocativo, humilhante ou culturalmente inadequado)*
7. *Violência, incluindo violência sexual e/ou de gênero (por exemplo, atos que causem danos ou sofrimento físico, mental ou sexual, ameaças de tais atos, coerção e privação de liberdade).*
8. *Exploração incluindo exploração sexual e abuso (por exemplo, a proibição da troca de dinheiro, emprego, bens ou serviços por sexo, incluindo favores sexuais ou outras formas de comportamento humilhante e degradante, comportamento exploratório ou abuso de poder)*
9. *Proteção de crianças (incluindo proibições contra atividade ou abuso sexual ou comportamento inaceitável em relação a crianças, limitação de interações com crianças e garantia de segurança nas áreas do projeto)*
10. *Requisitos de saneamento (por exemplo, para garantir que os trabalhadores usem instalações sanitárias específicas fornecidas pelo empregador e não áreas abertas)*
11. *Evitar conflitos de interesse (de tal forma que benefícios, contratos ou emprego, ou qualquer tipo de tratamento preferencial ou favores não sejam fornecidos a nenhuma pessoa com quem exista uma conexão financeira, familiar ou pessoal)*
12. *Respeitar as instruções de trabalho razoáveis (incluindo as normas ambientais e sociais)*
13. *Proteção e uso adequado da propriedade (por exemplo, para proibir roubo, descuido ou desperdício)*
14. *Dever de denunciar o incumprimento deste código*
15. *Não retaliar contra trabalhadores que denunciarem incumprimentos do código, se a denúncia for feita de boa fé.*

*O código de conduta deve ser redigido em uma linguagem simples e assinado por cada trabalhador para indicar que estes:*

- *receberam uma cópia do código;*
- *receberam uma explicação sobre o código;*
- *reconheceram que a conformidade com o código de conduta é uma condição de emprego;*
- *entenderam que o incumprimento do código pode resultar em sérias consequências, incluindo até demissão, ou encaminhamento às autoridades legais.*

*Uma cópia do código deve ser exibida em local de fácil acesso para a comunidade e pessoas afetadas pelo projeto. Deve ser fornecido em idiomas compreensíveis para a comunidade local, o pessoal da empresa contratada, o pessoal do empregador e as pessoas afetadas.”*

#### **Boxe A6.1: O Código de Conduta para Transportes nas Ilhas do Pacífico**

A partir de 2014, os projetos de transporte no âmbito do "Programa de Investimento na Aviação do Pacífico" (PIAP) implementaram CC de "Proteção à Criança" para todas as empresas e indivíduos que trabalham no projeto. Em 2016, eles foram ampliados e passaram a incluir a VG e, em 2017, passaram a incluir também SASS e SSO.

Diferente da abordagem de DPC do Banco Mundial de 2017 em que os licitantes desenvolvem o CC, no âmbito do PIAP, é o mutuário que adota e define o CC como o padrão mínimo que deve ser cumprido por todos os fornecedores do projeto. O CC é aplicado a todas as atividades do projeto, como obras civis (licitações nacionais e internacionais), compras, consultores individuais, etc. Os licitantes podem optar por usar o CC do mutuário na licitação ou apresentar o seu próprio, desde que atenda aos requisitos mínimos do CC do mutuário.

Além de definir o comportamento esperado, as responsabilidades e o protocolo de resposta para os indivíduos, os CC do PIAP incluem CC separados para a empresa e para os gerentes. Isto se baseou na experiência anterior no setor dos transportes em

relação ao HIV/AIDS, tal como incorporado no conjunto de ferramentas 'Road to Good Health' [Caminho para a boa saúde] do setor dos transportes.<sup>42</sup> Os três níveis resultantes são:

- **CC da Empresa:** Compromete a empresa a lidar com questões de SASS, SSO e VG;
- **CC do Gerente:** Compromete os gerentes a implementar o CC da Empresa, bem como aqueles assinados por indivíduos; e,
- **CC do Indivíduo:** Compromete todas as pessoas - incluindo subcontratados e fornecedores – a cumprir normas de comportamento.

## Conteúdo do Plano de Ação de VG

132. Conforme descrito no Capítulo 4, o Plano de Ação de VG é usado para descrever as atividades de prevenção e resposta de VG do projeto. O Plano de Ação de VG descreve como o projeto implementará os protocolos e mecanismos necessários para minimizar o risco de exacerbar a VG no projeto, bem como para resolver quaisquer problemas de VG que possam surgir. O Capítulo 4 contém um esboço de um Plano de Ação de VG.

133. Exemplos de Planos de Ação de VG e outros materiais para apoiar a implementação das recomendações estão disponíveis em:

<http://globalpractices.worldbank.org/gsg/SPS/Pages/FocusAreas/GenderBased%20Violence.aspx>

## Anexo 2: Recolha de informações sobre VG

134. Em geral, é desnecessário realizar novas pesquisas para determinar os riscos de VG, uma vez que as informações chave já estão disponíveis em pesquisas demográficas e de saúde em nível nacional ou em pesquisas independentes representativas em nível nacional sobre violência contra mulheres e meninas. A eliminação de várias formas de violência enfrentadas por mulheres e meninas também faz parte de vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e levou a um aumento na recolha de dados e denúncias sobre a VG.<sup>43</sup>

135. Não deve ser realizada **absolutamente nenhuma recolha de dados** relacionada à VG com alguém que possa ser um sobrevivente sem que sejam disponibilizados serviços de encaminhamento para apoiá-lo. Se a recolha de dados for necessária, as equipes dos projetos devem confirmar que os protocolos estão em vigor para permitir o encaminhamento de participantes que revelam experiências de violência **antes do início da recolha de dados, para evitar traumatizar novamente os sobreviventes**. O treinamento de pesquisadores deve abranger todas as diretrizes de segurança e ética relacionadas à VG. **Não deve ser realizada nenhuma discussão em grupo focal com os membros da comunidade sobre experiências pessoais de VG**. Tendo em vista que a prevalência de VPI e/ou abuso sexual de não parceiros afeta 35% das mulheres entre 15 e 49 anos, os grupos focais provavelmente têm mulheres que são sobreviventes de um incidente de VG. Para mais informações sobre como discutir a VG de forma ética, consulte:

- The Violence Against Women and Girls Resource Guide [Ethics page](#)
- [Ellsberg M, and Heise L. \(2005\). Researching Violence Against Women: A Practical Guide for Researchers and Activists. Washington DC, United States: World Health Organization, PATH.](#)
- [World Health Organization \(2001\). Putting women first: Ethical and safety recommendations for research on domestic violence against women.](#)
- [World Health Organization \(2007\). WHO Ethical and safety recommendations for researching, documenting and monitoring sexual violence in emergencies.](#)

136. No entanto, quando dados não estiverem disponíveis e for realizada recolha de dados sobre temas relacionados à VG, como comportamentos de busca de ajuda, percepções quanto à qualidade dos Prestadores de Serviços de VG ou mapeamento de segurança das comunidades, os seguintes princípios devem ser seguidos e questões éticas relativas à coleta de dados de VG devem ser cuidadosamente consideradas. A coleta de dados só deve ser feita com a implementação adequada destes princípios.

- Os benefícios para os entrevistados ou comunidades de documentar a VG devem ser maiores que os riscos.
- A segurança e proteção de todos os envolvidos na coleta de informações sobre a VG é uma preocupação primordial e deve ser continuamente monitorizada.
- A recolha de informações e a documentação devem ser feitas de modo a representar menos risco para os entrevistados, a ser metodologicamente sólida e a ser baseada na experiência atual e boas práticas.<sup>44</sup>
- O atendimento básico e o apoio às sobreviventes devem estar disponíveis localmente antes de iniciar qualquer atividade que envolva a divulgação de informações pessoais sobre experiências de VG.
- A confidencialidade dos indivíduos que fornecem informações sobre a VG deve ser protegida a todo momento.
- Qualquer pessoa que forneça informações sobre a VG deve dar o seu consentimento informado antes de participar da atividade de recolha de dados.

---

<sup>43</sup> Por exemplo, <http://dhsprogram.com/What-We-Do/Survey-Types/DHS.cfm>.

<sup>44</sup> Um exemplo disso é a seção de Recomendações Éticas e de Segurança: <http://www.vawresourceguide.org/resources#esr>. Em particular, Ellsberg, M. e L. Heise. 2005. *Researching Violence Against Women: A Practical Guide for Researchers and Activists*. Washington DC, Estados Unidos: Organização Mundial de Saúde, PATH.

- Todos os membros da equipe de recolha de dados devem ser cuidadosamente selecionados e receber apoio contínuo e treinamento especializado relevante e suficiente.
- Salvaguardas adicionais devem ser implementadas se crianças (ou seja, menores de 18 anos) forem objeto da recolha de informações.<sup>45</sup>

## Anexo 3: VG em Zonas de Conflito - Experiências de Camarões

137. Em zonas de guerra, ou áreas com risco elevado de violência, muitas vezes é difícil contratar empresas civis sem alguma forma de proteção pela polícia e/ou o exército nacional. Em circunstâncias extremas, as empresas contratadas podem não estar dispostas a trabalhar nessas áreas, o que significa que o governo é obrigado a contratar uma entidade militar especializada ou ligada à ONU para realizar a construção. Este desafio foi enfrentado na região do Extremo Norte de Camarões como parte do Projeto de Facilitação de Transportes e Trânsito (PFTT) da Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC). O projeto incluiu a reabilitação da estrada Mora-Dabanga-Kousseri, uma seção fundamental do corredor Douala-Ndjamena, numa área que sofria de fragilidade crônica e recorrentes ataques do Boko Haram. Uma empresa estava originalmente envolvida no projeto, mas as obras foram interrompidas depois que o Boko Haram sequestrou alguns trabalhadores em 2014. Por conseguinte, foi discutido e acordado com o Governo que o Corpo de Engenheiros do Exército de Camarões seria contratado pelo Ministério das Obras Públicas para realizar a construção de acordo com um acordo específico de Conta de Força para Desembolso Baseado nos Resultados.

138. Projetos financiados pelo Banco Mundial já trabalharam com entidades militares no passado, mas nunca tinham usado entidades militares para realizar obras em uma zona de conflito ativa. A mobilização de pessoal militar para uma área remota e vulnerável exigiu um entendimento muito completo dos riscos e medidas potenciais de mitigação necessárias para enfrentá-los. Uma ONG local recrutada especificamente pelo Banco Mundial realizou uma avaliação de risco social detalhada que identificou, entre outros, um alto risco de violação dos direitos humanos e VG para as comunidades ao longo da estrada. Isso levou a equipe a desenvolver algumas medidas específicas de mitigação para lidar com esse risco, incluindo:

139. Um MQ específico (com capacidade para documentar casos de VG) e um plano de comunicação social gerido pela própria ONG com pessoal especializado e treinado para trabalhar na prevenção, identificação e envolvimento da resposta à VG;

140. Sensibilização extensiva da comunidade;

- Direitos humanos, VG e treinamento de envolvimento civil-militar de militares conduzidos pela Crescente Internacional da Cruz Vermelha;
- Triagem de todo o pessoal militar designado para trabalhar no projeto, com disposições específicas aplicáveis a todo o pessoal militar associado ao projeto, com processos claros de resposta em caso de violação; e,
- Monitorização ativa da área do projeto por meio de MPT independente financiado pelo Banco, juntamente com a ONG contratada para implementar o MQ.

141. A estrutura de monitorização foi complementada por uma UGP descentralizada e dois consultores de supervisão. Dado o envolvimento do exército na construção, essas medidas específicas de mitigação social, que normalmente constam dos documentos de licitação e contrato, foram refletidas no Acordo de Financiamento do projeto.

142. Para mais informações sobre a integração dos aspectos de VG ao projeto, acesse [aqui](#).

---

<sup>45</sup> Ver recomendação 8 em Organização Mundial de Saúde (2007). [WHO Ethical and safety recommendations for researching, documenting and monitoring sexual violence in emergencies](#).

## Anexo 4: Ferramenta de Avaliação dos Riscos de VG

143. Para ajudar a avaliar o risco de VG relacionado ao projeto, o Grupo de Gênero, juntamente com colegas de vários GG, desenvolveu a Ferramenta de Avaliação de Riscos da VG.<sup>46</sup> O objetivo da ferramenta é estimular o pensamento acerca do risco de VG relacionado ao projeto. A ferramenta extrai informações de uma variedade de fontes para dar a cada projeto uma “pontuação” de risco com base nas respostas a cada pergunta individual. A pontuação de risco é calculada com base em uma escala de 0 a 25: projetos com pontuação de 0 a 12,25 são considerados de “**Baixo**” risco; 12,5 a 16, de risco “**Moderado**”; projetos com pontuação de 16,25 a 18 representam um risco “**Substancial**”; e projetos com pontuação de 18 a 25 são considerados projetos de “**Alto**” risco. Os projetos que estão em preparação usam as seções A e B e agregam as pontuações para cada seção, que podem ser concluídas na fase da NCP. Com base nas informações adicionais coletadas durante a preparação do projeto, o risco deve ser atualizado se necessário para a reunião de Revisão de Melhoria da Qualidade (QER, na sigla em inglês) ou na reunião de Análise de Decisão.

144. Esta ferramenta não aborda como o projeto em si pode promover a igualdade de gênero e reduzir a VG por meio de suas atividades. Em vez disso, trata-se de uma tentativa de reduzir a VG e, em particular, o risco de EAS, permitindo que as equipes dos projetos determinem o risco de o projeto aumentar a VG.

145. A ferramenta é composta das seguintes seções:

- A seção A fornece uma visão geral do “**contexto do país**”, especificamente relacionado ao compromisso do país com a igualdade de gênero e a incidência nacional de violência.
- A Seção B, “**contexto do projeto**”, é essencial, já que não importa qual seja o contexto do país, o projeto em si pode criar novos riscos e vulnerabilidades de VG que talvez não existissem antes. Esta seção é mais aprofundada que a seção A.

146. Cabe notar que nenhum dos indicadores na ferramenta pode sozinho prever a VG, nem ter uma boa pontuação em qualquer indicador protege um projeto do risco de exacerbar a VG. Não importa qual seja o contexto do projeto, os projetos do Banco podem influenciar o risco da VG, muitas vezes aumentando-o, em virtude de mudar a dinâmica de poder e as relações financeiras existentes. Uma pontuação de risco menor não significa que o projeto não apresente nenhum risco de exacerbar a VG; uma pontuação de alto risco não significa que o projeto não possa prosseguir. Em vez disso, essa é uma ferramenta para ajudar as equipes dos projetos a pensar sobre os tipos de medidas necessárias para evitar a VG e as disposições de resposta adequadas que podem ser implementadas para melhor acomodar a configuração do projeto.

147. A ferramenta contém indicadores sobre VG contra os quais as equipes dos projetos avaliam seu projeto. Por exemplo, os dois primeiros indicadores da Seção A fornecem uma estimativa de quão prevalente a VPI e qualquer violência sexual perpetrada por um parceiro ou não parceiro está ao nível nacional. O primeiro indicador “Prevalência da violência praticada pelo parceiro íntimo” destina-se a fornecer uma visão geral dos níveis de violência contra as mulheres no país. Nenhuma correlação direta foi estabelecida entre o risco de EAS dentro de um projeto e os níveis de violência contra mulheres e meninas nos países; no entanto, essa estatística é importante para dar uma ideia do contexto do país no qual o projeto ocorre. A prevalência nacional de VPI é comparada com a média regional de acordo com as estimativas regionais da OMS (2013). Para avaliar o risco, o maior risco é quando a prevalência nacional de VPI está acima da média regional<sup>47</sup> e o menor risco é quando a prevalência nacional de VPI está abaixo da média regional (Figura 6). A Seção A será pré-preenchida para fornecer um contexto para as equipes dos projetos sobre o compromisso do país com a igualdade de gênero e a incidência nacional de violência.

---

<sup>46</sup> Além disso, a Nota de Orientação da Metodologia de Avaliação de Riscos fornece mais detalhes e direcionamentos para a ferramenta de avaliação de riscos e pode ser encontrada [aqui](#).

<sup>47</sup> De acordo com a OMS 2013.

Item Number	P# Here:								←-TTLS: Fill out the cells in yellow
	Project Name Here	Measure	Rating	Numeric Rating	Possible scoring	Low Score	Medium Score	High Score	
<b>Section A: Country Context</b>									
<b>Country-level violence background</b>									
1	<a href="#">Prevalence intimate partner violence</a> (select the country then in the "Common Indicators" tab and scroll to "Physical or sexual violence by a husband/partner")				0 (below regional average), 1 (above regional average)	0		0.5	Regional IPV average is 41.75%
2	<a href="#">Prevalence of any form of sexual violence</a> (select the country then in the "Complete List" tab and click the "Domestic Violence" tab. Select the "Experience of sexual violence" option, then select "Women who ever experience sexual violence" option)				Higher Risk is having IPV prevalence above regional average per WHO 2013 (See Table 2, Annex 1). Lower Risk is having IPV prevalence below the regional average per WHO 2013 (See Table 2, Annex 1)	0		1.0	Regional sexual violence prevalence by non-partner 9.15%
3	<a href="#">State Department Trafficking in Persons report (Tier 1-3, with one low and 3 high risk)</a>				Lower risk is Tier I Medium risk is Tier II Higher risk is Tier III and Tier II watch-list	0	0.25	0.5	
4	<a href="#">Presence of Peace-keeping mission</a>				0 if there is no mission, 1 if there is a mission	0		0.5	

Figura 6. Seção A da Ferramenta de Avaliação dos Riscos de VG - Contexto do País - Questões 1 a 13

148. As equipes dos projetos preenchem a Seção B, sobre riscos e vulnerabilidades de VG relacionados ao projeto (Figura 7). Por exemplo, a ferramenta contém um indicador no nível da construção de infraestrutura para captar se o projeto inclui alguma construção ou modernização de infraestrutura, pois esses projetos podem mudar o cenário, o uso de espaço, dinâmicas sociais e o fluxo de trabalho na comunidade, podendo afetar a segurança dos trabalhadores envolvidos na construção, bem como das mulheres, meninas e meninos que usam ou vivem nas áreas circundantes. O risco maior acontece quando há obras de construção importantes ou substanciais, ao passo que o risco menor seria no caso de obras de pequena escala.

<b>Section B: Project Context</b>									
14	<a href="#">Is project in a humanitarian area of the country?</a> Go to Country in the "Countries" tab--> click on Map of the country and view "Maps & Infographics section" and "Updates" for latest humanitarian and emergency situation.				Higher risk is humanitarian or emergency situation in project area Lower risk is no presence of humanitarian or emergency situation in project area	0		2	
15	How much infrastructure construction, upgrading or rehabilitation does your project entail? (major = higher risk, medium quantity= medium risk, small amount=lower risk)				Lower risk is No Higher risk is Yes	0		1	
16	According to the guidance from the labor <a href="#">influx note</a> , rate your project as high, medium or low risk related to the level of labor influx. If there is no labor influx, choose the low risk option.				Low, medium and high (self judgement) as per guidance criteria: Higher risk can be associated with large number of workers, small remote community (low absorption capacity)/context with pre-existing social conflicts, high prevalence of GBV, weak law enforcement, presence of specific marginalized, vulnerable, ethnic groups	0	1	2	

Figura 7. Seção B da Ferramenta de Avaliação dos Riscos de VG Seção B - Contexto do Projeto - Questões 14 a 25

## Anexo 5: Abordar a VG no PGAS da Empresa Contratada

149. Conforme descrito nos capítulos 3 e 4, o PGAS do projeto deve abordar os riscos de VG. A Figura 8 mostra o processo geral desde a preparação até a construção.

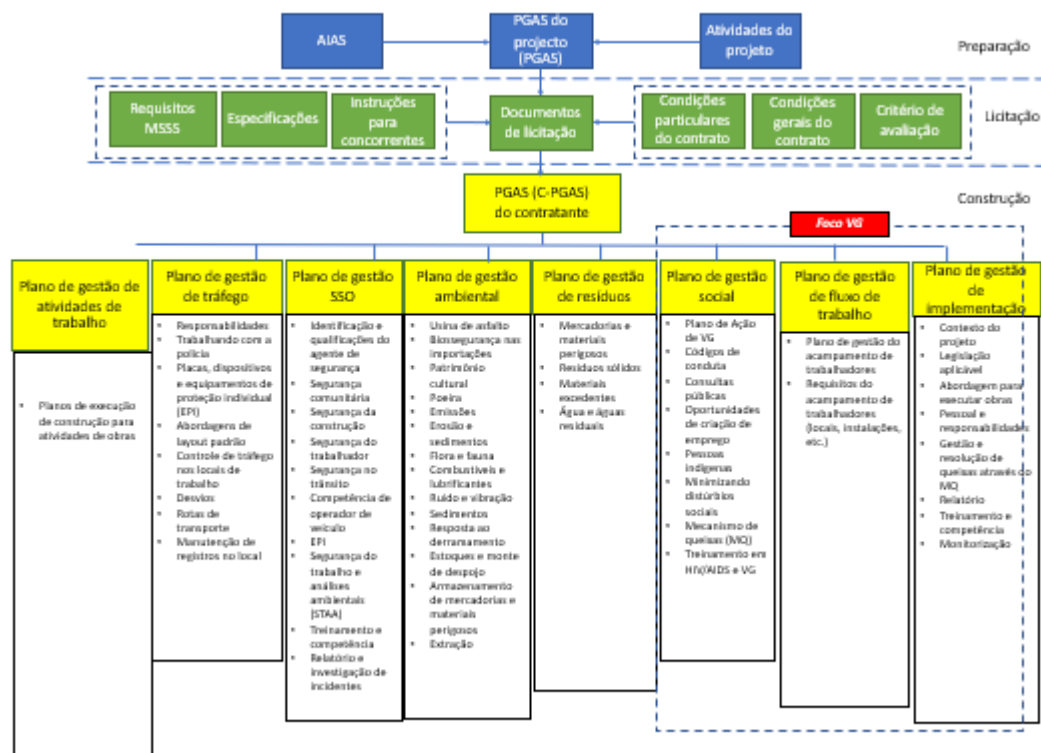


Figura 8: Gestão do Risco Ambiental e Social desde a Preparação do Projeto até a Construção

150. Durante a preparação, o ASA (se preparado) e o PGAS do projeto são preparados pelo mutuário, com consultas públicas, revisados e aprovados pelo Banco Mundial e depois divulgados publicamente. O mutuário deve obrigatoriamente implementar o PGAS do projeto como parte do seu acordo de financiamento com o Banco Mundial. Os princípios de PGAS do projeto estão incorporados nos requisitos e especificações de PGAS do projeto, juntamente com outros elementos relacionados a compras, e formam os documentos de licitação, com o PGAS do projeto frequentemente incluído como parte do documento de licitação.

151. Na licitação, as empresas contratadas devem fornecer uma série de planos de gestão<sup>48</sup> e estes, em última análise, passam a fazer parte do C-PGAS que a empresa deve seguir durante as obras civis. Os planos de gestão irão variar dependendo da natureza dos projetos, mas a VG deve ser incluída conforme apropriado (consulte **Figura 8**).

152. O C-PGAS é o plano preparado pela empresa contratada que descreve a implementação das atividades do projeto de acordo com os requisitos do PGAS e de acordo com o contrato. Um pilar para abordar a VG, e mais amplamente os riscos de SASS, durante a implementação é o desenvolvimento de um C-PGAS eficaz. Contratualmente, a empresa contratada deve seguir o C-PGAS, razão pela qual é importante que o C-PGAS se baseie nos resultados e medidas propostas identificados na ASA e PGAS do projeto.

<sup>48</sup> Como parte da proposta, a empresa apresenta estratégias de gestão, planos de implementação e um CC. A empresa também envia, de forma contínua, para a aprovação prévia do Engenheiro, estratégias de gestão e planos de implementação complementares, conforme necessário, para gerir os riscos e impactos de SASS dos trabalhos em andamento. Estas estratégias de gestão e planos de implementação abrangem coletivamente o C-PGAS.



153.O C-PGAS deve incluir:

- **Implementação do plano de ação de VG e estrutura de responsabilização e resposta:** Conforme descrito no Capítulo 4, este é o plano detalhado para a empresa contratada implementar o plano de ação de VG delineado no PGAS do projeto;
- **Código de conduta:** O CC acordado para abordar o comportamento que será utilizado no projeto para os trabalhadores da empresa contratada, incluindo subcontratados e fornecedores;
- **Plano de treinamento:** O plano para treinar trabalhadores em VG;
- **Plano de consultas à comunidade:** A estratégia pela qual – em consulta com o órgão de implementação – as comunidades locais nas comunidades adjacentes do projeto serão informadas sobre as atividades do projeto, como fazer reclamações, bem como sobre os serviços de apoio à VG; e,
- **Plano de gestão de fluxo de trabalho:** Caso o projeto envolva o fluxo de mão de obra, como esse fluxo será gerido – particularmente para lidar com riscos de VG.

154.Para garantir que os riscos da VG sejam geridos, é importante que:

- A empresa contratada deve preparar o C-PGAS de acordo com os requisitos do projeto de PGAS. O C-PGAS deve fornecer uma explicação detalhada de como a empresa contratada cumprirá os requisitos de salvaguarda do projeto (incorporados no PGAS), demonstrando que são orçamentados fundos suficientes para esse fim.
- A empresa contratada não realizará **nenhuma** obra, incluindo atividades de mobilização e/ou pré-construção (por exemplo, autorização limitada para estradas de transporte, acessos ao local e estabelecimento do canteiro de obras, investigações geotécnicas ou investigações para selecionar recursos auxiliares, como pedreiras e jazidas de empréstimo), a menos que o consultor de supervisão<sup>49</sup> esteja convencido de que existem medidas apropriadas para abordar os riscos e impactos da VG no C-PGAS.<sup>50</sup>
- Consultas públicas devem ser realizadas sobre o C-PGAS, com a participação ativa da empresa contratada<sup>51</sup> e do especialista em salvaguardas do consultor de supervisão. Essas consultas devem ser bem documentadas e incluir consultas separadas com mulheres e meninas.
- Os especialistas técnicos e de salvaguarda do Banco Mundial revisam o C-PGAS e apresentam a “não objeção” técnica do Banco à sua utilização.<sup>52</sup>
- O C-PGAS pode ser divulgado publicamente no *site* do projeto do mutuário e em outros locais.<sup>53</sup>

155.O C-PGAS aprovado deve ser revisado periodicamente (normalmente, no mínimo, a cada seis meses) e atualizado em tempo útil, conforme necessário, pela empresa contratada, de forma a conter medidas apropriadas às atividades da obra a serem realizadas. O C-PGAS atualizado está sujeito à aprovação prévia do consultor de supervisão e, idealmente, novamente divulgado no *site* do órgão de implementação.

---

<sup>49</sup> No âmbito do contrato FIDIC, que é comumente usado para supervisionar obras civis financiadas pelo Banco Mundial, o “engenheiro” é o representante do cliente responsável por vigiar e supervisionar os trabalhos, testar e examinar os materiais a serem utilizados e a mão de obra empregada na obra. Como parte da equipe de supervisão, há o “engenheiro” designado, que conta frequentemente com o apoio de “engenheiros residentes” no campo. Outros membros da equipe de supervisão incluem especialistas em salvaguardas.

<sup>50</sup> Com o acordo do cliente e do engenheiro, o C-PGAS pode ser preparado em etapas para abordar atividades específicas acordadas (por exemplo, mobilização). No entanto, a mobilização não deve começar até que os elementos de gestão do fluxo de mão de obra e de VG do C-PGAS tenham sido aprovados.

<sup>51</sup> Deve ser incluída no documento de licitação a seguinte redação: “A empresa contratada deverá participar de consultas públicas sobre o C-PGAS, participando de reuniões públicas às suas próprias custas, conforme solicitado pelo engenheiro, para discutir o C-PGAS ou quaisquer outros aspectos da conformidade ambiental e social do projeto de interesse para o público”.

<sup>52</sup> Embora esta não seja uma política obrigatória do Banco, é uma boa prática.

<sup>53</sup> Com base no parecer da Vice-Presidência Jurídica, embora o PGAS do projeto seja divulgado pelo Banco Mundial por meio do *site* externo, isso não deve ser feito para o C-PGAS.

156.O C-PGAS deve incluir medidas de mitigação específicas baseadas no PGAS, no desenho final do projeto, nas declarações do método de construção proposto, na natureza do local do projeto, etc. Como mostra a **Figura 8**, o C-PGAS deve incluir planos de gestão específicos que abordem os diversos riscos do projeto. A VG é geralmente tratada como parte do “Plano de Gestão Social”, que identifica como gerir o impacto do projeto na comunidade local e trabalhadores.<sup>54</sup> Para situações de alto risco, o C-PGAS deve incluir um plano de afluxo de mão de obra para a gestão dos impactos do afluxo de mão de obra nas comunidades, especialmente no que diz respeito à VG, incluindo a EAS.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> Exemplos de Planos de Ação podem ser encontrados em: <http://globalpractices.worldbank.org/gsg/SPS/Pages/FocusAreas/GenderBased%20Violence.aspx>.

<sup>55</sup> Exemplos de PGAS estão em: <https://tinyurl.com/esmps-C-ESMPs>.

## Anexo 6: Trabalhar com Prestadores de Serviços em VG

157. Uma das formas mais eficazes de abordar a VG é trabalhar com prestadores de serviços em VG e organizações comunitárias que são capazes de apoiar o projeto para lidar com casos de VG que possam surgir no contexto de um projeto, e também trabalhar para entender riscos exacerbados e prevenir de forma proactiva a VG que possa surgir no contexto de um projeto. Previamente à avaliação do projeto, as equipes precisam identificar as organizações (por exemplo, ONGs e instituições locais) em que a comunidade local confia e que trabalham na prevenção e resposta à VG. Em áreas com alta prevalência de VG, já pode haver um mapeamento existente de agentes de prevenção e resposta à VG em uma determinada comunidade. É essencial a coordenação com organizações de mulheres locais, partes interessadas do governo (por exemplo, Ministério das Mulheres, Ministério da Saúde, etc.) e agências das Nações Unidas (ONU).
158. Prestadores de Serviços em VG para sobreviventes de VG devem ser identificados de acordo com [normas internacionais que articulam um pacote básico mínimo de serviços](#), que devem idealmente incluir apoio à gestão de casos, serviços de saúde, apoio psicossocial, apoio e segurança policial, acesso a serviços jurídicos e abrigo, se necessário. Ao identificar Prestadores de Serviços em VG, a qualidade da prestação de serviços deve ser uma consideração chave.
159. De acordo com uma abordagem centrada no sobrevivente, o acesso aos serviços deve ser a escolha do sobrevivente. O acesso à polícia e aos serviços de justiça deve ser disponibilizado, caso o sobrevivente queira prosseguir com as acusações através do sistema de justiça local.
160. É importante mapear organizações comunitárias que trabalham com os direitos das mulheres e meninas, pois elas podem ser tantos pontos de entrada para serviços para sobreviventes quanto aliadas úteis para atividades de conscientização no âmbito dos CC. Ao identificar organizações baseadas na comunidade, procure aquelas com experiência de trabalho com a população local para abordar as causas profundas da VG, fornecendo apoio aos meios de subsistência ou implementando intervenções baseadas na comunidade para combater normas e atitudes subjacentes à VG. Essas duas atividades se enquadram nas amplas categorias de prevenção e resposta à VG.
161. As atividades que os Prestadores de Serviços em VG fornecerão a um projeto dependerão do nível de risco. Elas podem incluir o seguinte:
- Realizar um mapeamento comunitário de “pontos fundamentais” de risco de VG e grupos-alvo vulneráveis<sup>56</sup> que podem ser mais suscetíveis à VG no contexto do projeto, particularmente EAS;
  - Em consulta com o órgão de implementação e com base no mapeamento comunitário, identificar as atividades específicas de prevenção da VG a serem empreendidas para lidar com os riscos da VG (consulte a Seção 2 para os tipos de riscos a serem considerados);
  - Prestar serviços a sobreviventes e/ou tornar-se um defensor da vítima/acompanhamento da vítima, organização de gestão de casos. Se necessário e em situações de alto risco, o projeto deve equipar esta organização com fundos que permitirão facilitar o acesso a serviços oportunos, seguros e confidenciais para o sobrevivente (como dinheiro para transporte, taxas de documentação e hospedagem, se necessário);
  - Fornecer treinamento relacionado a garantir o conhecimento das normas estabelecidas no CC e serviços disponíveis para as sobreviventes;
  - Assegurar que o projeto tenha “espaços seguros” onde os sobreviventes possam relatar incidentes de VG a pessoal treinado;
  - Aumentar a conscientização sobre os mecanismos de responsabilização existentes e apoiar o desenvolvimento de um plano de envolvimento das partes interessadas;
  - Encaminhar queixas para o mecanismo de responsabilização apropriado (consulte o Anexo 7).

---

<sup>56</sup> Por exemplo, mulheres jovens, com idades entre 13 e 25 anos - especificamente voltado para meninas e grupos de jovens em idade escolar; mulheres jovens, com idades entre 25 e 35 anos; homens jovens, com idade entre 14 e 25 anos, meninos em idade escolar e homens que fazem sexo com homens; e profissionais do sexo (particularmente para o HIV/AIDS).

162. **Contratação do Prestador de Serviços em VG.** A experiência mostra que a abordagem mais eficaz é o órgão de implementação contratar o Prestador de Serviços em VG. Entre as vantagens dessa abordagem estão:

- O mesmo Prestador de Serviços em VG pode ser usado para várias empresas contratadas, o que não só é mais econômico, mas também ajuda a garantir a prestação consistente de serviços em todo o projeto.
- O Prestador de Serviços em VG pode ser contratado e mobilizado bem antes da empresa contratada, evitando, assim, qualquer risco de interrupções no apoio durante as etapas iniciais do projeto.
- Fazer com que o Prestador de Serviços em VG se comunique diretamente com o órgão de implementação facilita garantir o controle de qualidade e a consistência da prestação de serviços.

163. O ideal seria que o Prestador de Serviços em VG também cobrisse os serviços de apoio ao HIV/AIDS - mas nem todos têm a capacidade de fazê-lo. Em contextos de alto risco de VG, pode ser aconselhável contratar uma ONG/Prestador de Serviços em VG com contrato com o órgão de implementação para fornecer uma gama de serviços de prevenção de VG ao longo do ciclo de vida do projeto, bem como serviços de encaminhamento se casos de VG surgirem no projeto. Em outras circunstâncias (com menos risco), pode ser mais apropriado exigir que o órgão de implementação contrate um especialista em VG em tempo integral (normalmente como parte de sua UGP) para assegurar que as disposições estão sendo seguidas apropriadamente.

164. Modelos de TR (tanto para Prestadores de Serviços em VG/ONGs como para especialistas de VG contratados pelo órgão de implementação) são fornecidos em:

<http://globalpractices.worldbank.org/gsg/SPS/Pages/FocusAreas/GenderBased%20Violence.aspx>

## Anexo 7: VG no âmbito de Mecanismos de Queixas

165. O QAS do Banco Mundial exige que: “o Mutuário [deve] estabeleça um mecanismo, processo ou procedimento de queixas, para receber e facilitar a resolução de queixas e preocupações das partes afetadas pelo projeto que surjam em relação ao projeto, sobretudo no que diz respeito ao desempenho ambiental e social do mutuário. Um mecanismo de queixa será proporcional aos riscos e impactos do projeto”. A NAS 10 define os requisitos do MQ, que devem ser aplicados a todos os aspectos do projeto,<sup>57</sup> não apenas à VG.

166. O Anexo 1 da NAS 10 propõe que um MQ deve conter:

- Diferentes maneiras para que os usuários enviem suas queixas, que podem ser apresentação feita pessoalmente, por telefone, mensagem de texto, correio, e-mail ou *site*;
- Um registo onde as queixas serão registradas por escrito e mantidas como uma base de dados;
- Procedimentos anunciados publicamente, estabelecendo o prazo para a confirmação de recebimento, resposta e solução das queixas dos usuários;
- Transparência em relação ao procedimento de queixas, à estrutura vigente e aos encarregados por tomar as decisões;
- Um procedimento de recurso (incluindo o sistema judiciário nacional) a que os usuários insatisfeitos podem recorrer quando não tiver sido alcançada uma solução para a queixa; e,
- Uma opção para mediação quando os usuários não estão satisfeitos com a resolução proposta.

167. Os custos de operação do MQ são geralmente modestos e devem ser financiados pelo órgão de implementação como parte dos custos gerais de gestão do projeto. O MQ precisa estar em vigor antes da mobilização da empresa contratada.

168. O MQ precisa ter vários canais onde as queixas podem ser registradas. Sobretudo no caso de VG, em que os riscos de estigma, rejeição e represálias contra sobreviventes criam e reforçam uma cultura de silêncio, os reclamantes podem ser reticentes em abordar diretamente a equipe de gerenciamento de projetos. Medidas adicionais podem, portanto, ser necessárias para possibilitar o relato.

169. O MQ é operado pelo órgão de implementação ou, para a VG, em alguns casos pelo Prestador de Serviços em VG. A Figura A9.1 apresenta um exemplo do Projeto de Investimento em Aviação de Vanuatu e a Figura A9.2 do Projeto de Desenvolvimento de Rodovias Integradas de Moçambique.

170. Soluções baseadas em TI têm sido usadas em projetos de transporte para implementar o MQ, incluindo: i) o Sistema de Registro de Documentos de Queixas (SRDR), um sistema Open Source/Joomla implementado em projetos de transporte das Ilhas do Pacífico;<sup>58</sup> e ii) o *Feedback Resolve* implementado para os projetos de transporte da Albânia.<sup>59</sup> O uso de soluções baseadas em TI também ajuda os projetos a atingir as metas do Banco Mundial de melhorar o envolvimento dos cidadãos.<sup>60</sup>

171. Ao tentar integrar vias para a apresentação de queixas relacionadas à VG em um MQ de projeto, deve-se pensar na natureza sensível dessas queixas e em como e por quem elas serão administradas e que medidas serão tomadas. Acima de tudo, o essencial **não** é recolher dados sobre VG através de um MQ de projeto, a menos que se possa fazer um encaminhamento para um Prestador de Serviços e os operadores de MQ sejam treinados sobre como recolher

---

<sup>57</sup> O NAS 10 observa que o mesmo MRQ pode ser usado para aquisição e reassentamento de terras (NAS 5) e Povos Indígenas (NAS 7), mas recomenda um MRQ separado para os trabalhadores de um projeto no âmbito da NAS 2.

<sup>58</sup> [www.isafeguards.com](http://www.isafeguards.com)

<sup>59</sup> <http://rrugadixhitale.al>

<sup>60</sup> O documento “Nota de Orientação sobre Quadro de Resultados e Monitorização e Avaliação 4” de novembro de 2014 contém indicadores referentes ao envolvimento dos cidadãos para projetos financiados pelo Banco. Um MRQ eficaz permite a abordagem de até três dos indicadores propostos: i) queixas registradas quanto aos benefícios gerados pelo projeto que são atendidas (%); ii) queixas respondidas e/ou resolvidas dentro das normas de serviço estipuladas (%); e iii) organizações apoiadas pelo projeto que publicam relatórios periódicos sobre o MRQ e como os problemas foram resolvidos [incluindo taxas de resolução] (Sim/Não).

casos de VG de forma confidencial e empática (sem julgamento). Se ambos os requisitos forem atendidos, o MQ deverá solicitar ou registrar informações sobre no máximo três aspectos relacionados ao incidente de VG:

- A natureza da queixa (o que o reclamante diz com suas próprias palavras sem questionamento direto);
- A idade do sobrevivente; e,
- Se, salvo melhor juízo e conhecimento, o autor está associado ao projeto.

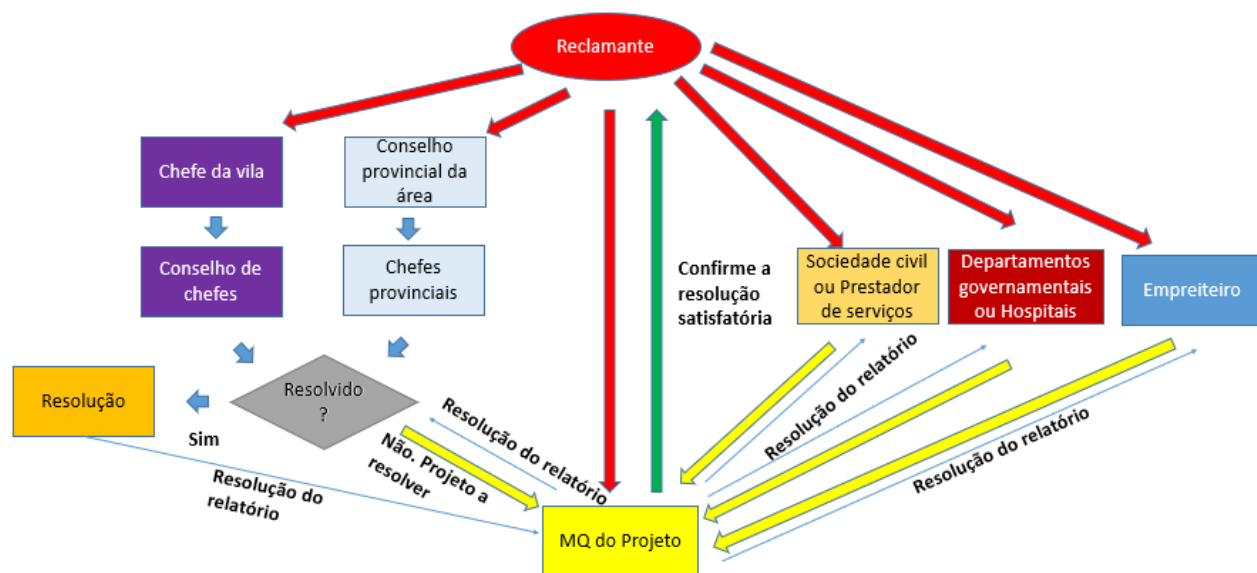


Figura A9.1: Exemplo de Canais de Queixas para o Projeto de Investimento de Aviação em Vanuatu

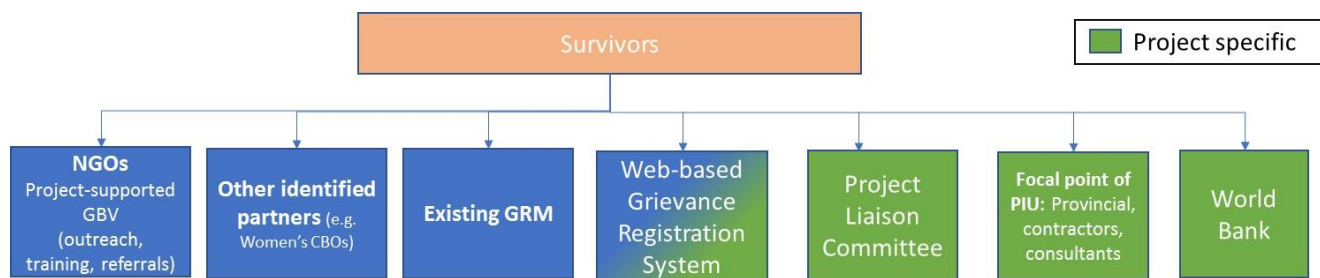


Figura A9.2: Pontos de Entrada para sobreviventes de exploração e abuso sexual para o Projeto de Acesso no Projeto de Estradas de Moçambique

172. Toda queixa de VG, a não ser que tenha sido recebida através do Prestador de Serviços em VG, deve ser imediatamente encaminhada ao Prestador de Serviços em VG.<sup>61</sup> Cabe ao sobrevivente decidir quanto ao encaminhamento.

173. As duas opções para abordar a VG no processo de MQ são:

174. Tê-la como parte do MQ global do projeto (um exemplo do Projeto de Investimento da Aviação de Vanuatu está na Figura A9.3); ou,

<sup>61</sup> Não importa se a queixa de VG está relacionada ao projeto, todas as queixas devem ser encaminhadas.

175. Ter um MQ independente para casos de VG operados pelo Prestador de Serviços em VG como parte dos serviços de apoio que são financiados pelo projeto.

176. Há vantagens e desvantagens em ambos os casos, e a abordagem selecionada dependerá da situação e das capacidades específicas do Prestador de Serviços em VG. Uma consideração importante é a capacidade de fornecer os canais necessários para o recebimento de queixas (ou seja, tem que haver uma ampla variedade de canais para fazer a queixa se o sobrevivente desejar registrar o incidente no MQ). Ter um único MQ de projeto fornece um único canal para todas as questões relativas ao projeto, por isso é mais fácil de gerir e promover junto às comunidades locais. É necessário, no entanto, que as informações sejam cuidadosamente geridas de modo a proteger a confidencialidade, e os operadores do MQ devem ser devidamente treinados.

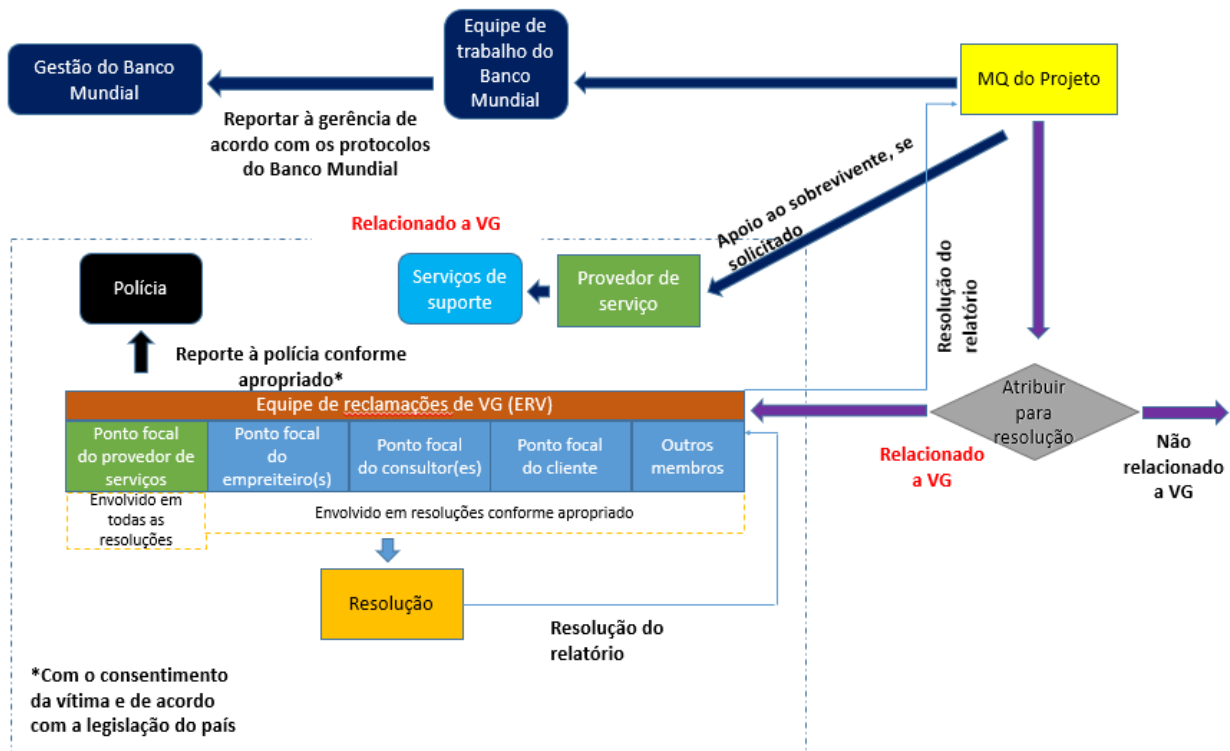


Figura A9.3: Processo de Resolução de Queixas de VG do Projeto de Investimento de Aviação em Vanuatu

177. A Figura A9.3 também mostra uma abordagem que foi aplicada no Projeto de Investimento de Aviação em Vanuatu para tratar de uma queixa de VG:

- A equipe do projeto é avisada de uma queixa pelo operador do MQ ou outro, e a equipe do projeto informa a administração de acordo com os protocolos de relato;
- O sobrevivente é encaminhado pelo operador do MQ ao Prestador de Serviços em VG para receber apoio;
- A queixa é encaminhada à Equipe de Queixas de VG (EQV), que:
  - Analisa o caso e concorda coletivamente sobre as ações apropriadas a serem tomadas e as sanções, se for o caso.
  - Encaminha o caso à polícia, conforme apropriado (ver Capítulo 5).

- Designa o “Ponto Focal<sup>62</sup>” apropriado para implementar as ações – com a assistência do Prestador de Serviços em VG – de acordo com seu contrato de trabalho.
- Após a resolução, o ponto focal e o Prestador de Serviços em VG avisam à EQV que o caso foi resolvido, que por sua vez informa ao operador do MQ.
- O operador do MQ anota a resolução e encerra o caso.

## Anexo 8: Uso da tecnologia para abordar a VG

178. Existem várias maneiras de a tecnologia ser usada para aumentar a conscientização sobre a VG, ajudar a mitigar os riscos de VG e possibilitar uma melhor monitorização e resposta a incidências de VG. Cabe notar que as redes sociais **não** devem ser usadas, por exemplo, para monitorização ou como mecanismo de alerta, pois a confidencialidade e segurança dos sobreviventes de VG são primordiais.

179. Alguns exemplos de tecnologias que foram desenvolvidas externamente e por equipes dos projetos do Banco Mundial são:

- **Projeto de Facilitação do Comércio dos Grandes Lagos: Alavancando tecnologia para medir e monitorar riscos de VG.** O comércio transfronteiriço de pequena escala é uma fonte fundamental de meios de subsistência para muitas pessoas nos países em desenvolvimento. Na África Subsaariana, a grande maioria desses comerciantes são mulheres. Todos os dias, elas cruzam fronteiras várias vezes para comercializar bens e serviços, enfrentando riscos de abuso e exploração, incluindo o assédio sexual e outras formas de VG. Em resposta a esses desafios, o Banco Mundial está atualmente apoiando várias medidas, como a implementação do “Projeto de Facilitação do Comércio dos Grandes Lagos” (PFCGL). Ativa nas fronteiras selecionadas entre a República Democrática do Congo, Ruanda e Uganda e com planos de expansão para outras no Burundi, Tanzânia e Zâmbia, a intervenção visa facilitar o comércio transfronteiriço de pequena escala através de melhorias infraestruturais, reformas políticas e processuais, capacitação e conscientização, juntamente com outras medidas para melhorar o comportamento nos locais de fronteira de destino e para prevenir e mitigar os riscos de VG. Algumas medidas do PFCGL dependem de tecnologia de ponta. Em cada país-alvo, por exemplo, o projeto apoia o estabelecimento de sistemas telefônicos nacionais gratuitos para permitir que comerciantes, especialmente mulheres, denunciem anonimamente os abusos sofridos na fronteira, tanto por SMS quanto por chamadas de voz, usando aparelhos GSM básicos sem acesso à internet. Os relatórios seriam armazenados e processados automaticamente por uma plataforma de código aberto baseada na nuvem e, subsequentemente, visualizados em um *site* disponível em duas versões: uma aberta ao público, fornecendo detalhes e atualizações sobre o *status* de cada problema, que pode ser usada para fins de monitorização e apoio jurídico; e uma segunda, privada e acessível apenas por meio de credenciais de *login*, que oferece às partes interessadas selecionadas, como agências de fronteira, associações de comerciantes e sociedade civil, a oportunidade de revisar e tomar medidas sobre os vários assuntos relatados pelos comerciantes. A fim de preservar sua privacidade e minimizar o risco de retaliação, o sistema também é projetado de forma a que todos os relatórios sejam submetidos e revisados em total anonimato.

180. **Módulo de VG do Sistema de Registros de Queixas e Reclamações:** O Sistema de Registros de Queixas e Reclamações (SRQR) é um sistema de banco de dados gratuito e de código aberto desenvolvido pela [equipe Pacific Transport](#) para receber e gerir queixas. O sistema tem um módulo adicional que permite que os sobreviventes da VG submetam com segurança sua queixa pelo *site* do projeto. No *back-end* em que as reclamações são processadas, o nome do sobrevivente e a queixa são criptografados e só podem ser acessados por meio de uma senha de acesso única enviada a um endereço de e-mail pré-configurado gerenciado pelo gerente responsável ou pelo Prestador de Serviços de VG. Uma cópia da denúncia anônima também é enviada diretamente ao Responsável da equipe do projeto.

---

<sup>62</sup> Os pontos focais podem ser representantes de RH com experiência em lidar com funcionários e familiarizados com o CC e os mecanismos de responsabilização.



181. **Aplicativo Segurança na Estrada:** [Uma equipe de transporte na Índia](#) liderou o desenvolvimento de um aplicativo de Segurança na Estrada, com foco especial na segurança das mulheres. A solução de segurança na estrada compreende duas partes: i) um aplicativo móvel para os cidadãos; e ii) um aplicativo de sala de controle para autoridades de segurança no trânsito. O aplicativo móvel é usado pelos cidadãos para alertar os amigos e autoridades quando necessário. Tem uma interface fácil de usar, da qual uma pessoa que tenha sofrido um acidente ou seja vítima de um crime de rua pode escolher a opção apropriada, com alertas imediatos enviados às autoridades relevantes próximas e a um conjunto pré-configurado de membros da família. Em caso de incidentes de perseguição ou violência contra mulheres e meninas, onde talvez não seja possível abrir o aplicativo no celular, a equipe desenvolveu uma opção em que as mulheres podem apertar um botão em um amuleto inteligente (que pode ser usado visivelmente como uma joia) para acionar o alerta.
182. **Circle of 6:** O Circle of 6 (Círculo de 6) é um aplicativo que permite que os usuários escolham seis amigos confiáveis para adicionar a um "círculo" para o qual o usuário pode enviar automaticamente uma mensagem de alerta via SMS pré-programada com a localização do usuário em uma situação de risco ou desconforto. Em situações perigosas e críticas, há também duas linhas telefônicas nacionais pré-programadas ou números de emergência locais que são chamados.
183. **Aplicativo myPlan:** O "myPlan" é um aplicativo para dispositivos móveis que ajuda nas decisões de segurança se uma pessoa estiver sofrendo abuso em um relacionamento íntimo. Por meio do aplicativo protegido por senha, um conjunto de perguntas personalizadas é feita a sobreviventes para fornecer orientação sobre as diferentes opções disponíveis para proteção.

## Anexo 9: Programas de treinamento em VG

184. Existem alguns princípios fundamentais que devem ser considerados ao desenvolver o programa de treinamento:

- **Quem:** O programa de treinamento em VG deve ser direcionado aos grupos-alvo identificados no plano de ação de VG. Normalmente, eles são: i) trabalhadores, tanto da empresa contratada como subcontratados; ii) consultores, como consultores de supervisão ou outros que trabalhem na área do projeto; e iii) pessoal do órgão de implementação envolvido com o projeto. Os gerentes são particularmente importantes para receber treinamento, pois têm a responsabilidade de garantir a conformidade do pessoal com os CC, bem como aplicar sanções pelas transgressões. O treinamento em VG também deve ser feito dentro das comunidades adjacentes do projeto.
- **Quando:** Todos os funcionários devem participar de um curso de treinamento inicial antes de começar a trabalhar no local a fim de garantir que estejam familiarizados com os compromissos da empresa para lidar com a VG e com o CC de VG do projeto. As sanções incorporadas no CC precisam ser claramente explicadas. Cabe notar que o curso de admissão precisará ser repetido regularmente, à medida que novos funcionários começam a trabalhar no projeto.
- **Com que frequência:** Recomenda-se que todos os funcionários participem de um curso de treinamento obrigatório (não mais que mensalmente) por toda a duração do contrato, começando com o primeiro treinamento de admissão antes do início do trabalho a fim de reforçar o entendimento das metas de VG do projeto.

185. O treinamento deve, no mínimo, abranger (ver exemplos de cursos de formação efetivos no final deste anexo):

- Definição da VG, em particular exploração e abuso sexual e assédio sexual, e como o projeto pode exacerbar a VG;
- Papéis e responsabilidades dos agentes envolvidos no projeto (as normas de conduta para o pessoal relacionado ao projeto devem constar do CC);
- Mecanismo de denúncia de incidentes de VG, estruturas de responsabilização e procedimentos de encaminhamento dentro das agências e para os membros da comunidade relatarem casos relacionados à equipe do projeto;
- Serviços disponíveis para sobreviventes de VG; e,
- Atividades de acompanhamento para reforçar o conteúdo do treinamento.

### Estudo de Caso 1: Treinamento de VG em Tuvalu

Em Tuvalu, o Projeto de Investimento da Aviação de Tuvalu, Financiamento Adicional III, foi o primeiro projeto de transporte nas Ilhas do Pacífico a usar os recursos do projeto para incorporar “melhores atividades de treinamento, prevenção e suporte de VG e VCC”. O projeto alocou US\$ 200 mil para essas atividades específicas e um indicador dentro da estrutura de resultados para “Implementação bem-sucedida do programa de VG e VCC”. O programa de VG e VCC consiste em três pilares: i) avaliação de necessidades, que inclui consultas ao país, consultas a parceiros regionais e um mapeamento comunitário de áreas de alto risco e serviços disponíveis; ii) prevenção, que inclui um CC, treinamento de trabalhadores e gerentes e atividades de conscientização da comunidade; e iii) serviços de apoio, que incluem apoio a sobreviventes e uma série de treinamentos de capacitação para prestadores de serviços em VG.

NO âmbito das atividades de prevenção, o órgão de implementação e a empresa contratada trabalham com o Departamento de Assuntos de Gênero de Tuvalu para ministrar treinamentos de funcionários e gerentes (veja o programa de treinamento abaixo). Todos os trabalhadores e gerentes são obrigados a participar de um treinamento de indução em VG e VCC antes de começar a trabalhar para reforçar seu entendimento sobre a VG e CC de VCC. Além disso, os treinamentos de trabalhadores e gerentes são concebidos para sensibilizar os trabalhadores sobre VG e VCC, razões pelas quais a VG e VCC ocorrem, questões de gênero, dinâmicas de poder, leis de Tuvalu, serviços de apoio disponíveis para sobreviventes e mecanismos de denúncia. Os gerentes são obrigados a participar de um treinamento de gestão

para que estejam familiarizados com suas funções e responsabilidades na manutenção do CC e para proporcionar o conhecimento e apoio técnico necessários para desenvolver um plano para lidar com VG e VCC durante toda a vida do projeto. O treinamento também ajuda a entender melhor sua posição, poder e papel como líderes. Treinamentos de reciclagem para trabalhadores e gerentes são realizados a cada dois meses durante toda a duração do projeto, como treinamentos separados com o Departamento de Assuntos de Gênero, mas também durante reuniões de caixa de ferramentas para mensagens consistentes e constantes.

186. Os gerentes precisarão de treinamento adicional para garantir que estejam familiarizados com seu papel e responsabilidades na manutenção do CC da VG. Os gerentes devem ser obrigados a participar e auxiliar cursos de treinamento facilitados pelo projeto para todos os funcionários. O ideal seria que os gerentes apresentassem os treinamentos e anunciassem as avaliações de aprendizagem, que devem incluir perguntas sobre a qualidade do treinamento e uma seção para sugestões sobre como melhorar a eficácia do treinamento. Isso ajudará a garantir que a funcionários reconheçam a importância das atividades de treinamento.

187. O projeto também precisará treinar:

- O operador de MQ sobre como lidar com queixas de VG de maneira centrada no sobrevivente; e,
- Quaisquer pontos focais que façam parte do mecanismo de resolução de casos de VG precisarão de treinamento sobre como ouvir com empática e sem julgamento.

### **Estudo de Caso 2: Treinamento de VG em Uganda**

Em Uganda, uma equipe do Banco Mundial treinou 55 representantes de vários ministérios e órgãos públicos – ministérios de Energia, Transporte, Urbano, Educação e Gênero, Trabalho e Desenvolvimento Social, em abril de 2017. O treinamento de dois dias teve dois objetivos: o primeiro foi aumentar a capacidade dos funcionários do Banco Mundial e seus colegas para abordar questões importantes da VG no âmbito do financiamento de projetos de investimento no âmbito de grandes obras civis; e a segunda foi permitir que os participantes do *workshop* desenvolvessem roteiros para ações concretas, usando orientações e recomendações encontradas no Guia de Recursos sobre Violência contra Mulheres e Meninas.

O *workshop* permitiu que os participantes abordassem o modelo ecológico para a violência do parceiro, usando discussões em grupo e Notas Post-It para identificar os principais fatores de risco transversal nos projetos liderados por seu ministério. Os grupos discutiram como o casamento precoce, a pobreza, a falta de títulos de terra, baixas taxas de alfabetização, crenças culturais e normas prejudiciais poderiam ser fatores de risco e impulsionadores da VG em suas comunidades afetadas pelo projeto.

Os participantes também receberam uma visão geral do [Guia de Recursos sobre Violência contra Mulheres e Meninas](#), que explica como iniciar, integrar e inovar em medidas para prevenir e responder à violência contra mulheres e meninas. Trabalhando em grupos por setor, os participantes aplicaram essas e outras ferramentas para desenvolver roteiros para diferentes órgãos públicos a serem usados na implementação de planos de ação de VG, com foco em:

- Trabalhar com prestadores de serviços para prevenir o assédio sexual no local de trabalho (bem como dentro dos órgãos e das empresas contratantes) e outras formas de VG nas comunidades afetadas pelo projeto (por exemplo, através do CC);
- Fortalecer MQ e outros mecanismos de monitorização para fornecer sistemas de notificação seguros e éticos para pessoas que desejam relatar casos de VG, e sua ligação com a resposta adequada;
- Promover intervenções para reduzir o nível de tolerância à VG, contribuindo para a mobilização da comunidade em torno dos locais do projeto, incluindo o uso de parcerias com ONGs, autoridades nacionais e locais e outros líderes.

Os participantes concluíram que todos os projetos precisam se proteger contra a VG. Durante as sessões, os participantes se abriram sobre suas jornadas pessoais e profissionais para uma melhor compreensão do significado da VG. Um dos participantes, engenheiro de transporte, disse que percebeu que seu trabalho não era apenas construir estradas, mas também entender o impacto de um projeto nas comunidades ao redor do local do projeto e administrar os riscos sociais,

especialmente para mulheres e crianças. Desde o treinamento, vários órgãos incorporaram ativamente atividades para mitigar o risco da VG que pode ser exacerbado pelos projetos. Por exemplo, o Ministério da Energia solicitou aos trabalhadores que assinassem o CC e reforça a mensagem do CC em reuniões diárias de caixa de ferramentas. Além disso, os ministérios não estão apenas vendo suas operações como um potencial para aumentar os riscos da VG, estão abordando a VG como uma área em que podem contribuir com mudanças positivas e estão comprometidos em desempenhar um papel na eliminação da violência contra mulheres e meninas em Uganda.

## Tuvalu - Programa de treinamento de meio dia em VG para gerentes

Hora	Temas	Trabalho em grupo/Ferramentas para treinamento
<b>0800- 0830</b>	Boas-vindas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abertura do treinamento, introdução do programa e participantes</li> </ul>
<b>0830-0930</b>	Função de um gerente em Vanuatu Função de um líder	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os gerentes escrevem o que pensam sobre isso e colocam as notas sobre o papel de rascunho</li> <li>• Discussão</li> </ul>
<b>0930-1000</b>	Código de Conduta, entendemos que é?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ter cópias disponíveis e ler o código de conduta e o plano de ação</li> <li>• Reforçar o código de conduta – Destacar o papel de um líder, enfatizar o papel para a segurança e proteção dos trabalhadores contra o abuso e exploração e de explorar e abusar dos outros</li> <li>• Quais são as responsabilidades institucionais? Os gerentes não devem ser como policiais nem precisam cumprir essa função. O objetivo é promover um ambiente de trabalho e arredores positivo, seguro e respeitoso</li> </ul>
<b>1030-1230</b>	CUIDADOS da Equipe: Violência Contra Mulheres e Crianças (VCMC), Abuso Sexual Infantil, Exploração	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalho de grupo no planejamento de um protocolo de resposta sobre o que um gerente deverá fazer se ocorrer abuso por um membro da equipe ou contra um membro da equipe</li> <li>• Imprimir gráficos com as trajetórias de encaminhamento VCMC e MQ e distribuir aos gerentes</li> </ul>

## Tuvalu - Programa de Treinamento em VG de um dia para trabalhadores

Hora	Temas	Trabalho em grupo/Ferramenta para treinamento
<b>0800-0830</b>	Boas-vindas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Algumas palavras de boas-vindas</li> <li>Os participantes se apresentam</li> <li>Todos os participantes preenchem a pesquisa de linha de base pré-treinamento (somente para sessões de introdução)</li> </ul>
<b>0830-0930</b>	Entender o gênero e a violência contra as mulheres em Vanuatu	<ul style="list-style-type: none"> <li>Slide do PowerPoint sobre a trajetória de encaminhamento dos Resultados de Pesquisa sobre VCMC de 2009 sobre "Vida das Mulheres e Relacionamentos Familiares"</li> <li>Um dos seguintes exercícios:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Trabalho em grupo: Percepção de mulheres e homens em Vanuatu</li> <li>- Trabalho em grupo: Dinâmica de poder (Ferramenta 17 da <i>Road to Good Health</i>)</li> </ul> </li> </ul>
<b>0930-1045</b>	Tipos de violência contra mulheres e crianças	<ul style="list-style-type: none"> <li>Definições dos tipos de violência - VG, VCC, Violência Doméstica (VD)/VPI, Violência Familiar e Sexual (VFS)               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estupro</li> <li>- Agressão sexual (incluindo sexo transacional)</li> <li>- Agressão física</li> <li>- Agressão emocional/psicológica (retenção de recursos)</li> <li>- Assédio sexual</li> <li>- Cobrir as definições usadas nos códigos de conduta e em Vanuatu</li> </ul> </li> <li>Trabalho em grupo: Normas e aceitação social da violência - Impactos da VG/VFS, VCMC e VD/VPI sobre o infrator, vítima/sobrevivente, sua família, comunidade – como isso leva a uma cultura de violência</li> </ul>
<b>1045-1100 Pausa para o café</b>		
<b>1100-1130</b>	Entender as Leis: Lei de Proteção Familiar e	<ul style="list-style-type: none"> <li>O que é consentimento? Leis nacionais e internacionais sobre consentimento e idade legal para dar consentimento. Posicionamento do código de conduta sobre o consentimento</li> <li>Código Penal e Lei de Proteção Familiar, Pedido para Ordens de Proteção Familiar (OPF)</li> <li>Como usar o MQ para denunciar casos: Como e a quem se pode denunciar? VAIP, VPMU, VCMC, polícia, etc.</li> <li>Responsabilidade e confidencialidade de todas os sobreviventes e os que denunciam</li> <li>Ligações com o código de conduta</li> <li>Serviços de aconselhamento e apoio em VCMC - Como procurar ajuda e/ou encaminhar pessoas para VCMC</li> <li>Serviços prestados por VCMC para sobreviventes de violência</li> <li>Que outros serviços de apoio existem em Port Vila?</li> </ul>
<b>1130-1200</b>	Código Penal O MQ e	
<b>1200-1230</b>	Denúncias de Casos  Serviços de VCMC	
<b>1230-1330 Almoço</b>		
<b>1330-1415</b>	Códigos de conduta VG e VCC	<ul style="list-style-type: none"> <li>Código de Conduta: Entendemos o que é? Perguntas sobre códigos de conduta?</li> <li>Ler todas as cópias dos Códigos de Conduta e assegurar que os participantes entenderam</li> <li>Potenciais sanções e penalidades</li> </ul>
<b>1415-1445</b>	Resumo, avaliação e encerramento	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fórum aberto para resumir e refletir sobre treinamento</li> <li>Avaliação do <i>workshop</i> (após cada sessão)</li> <li>Avaliação através de pesquisa pós-treinamento (somente antes de o trabalhador sair do projeto)</li> <li>Encerramento</li> </ul>

